

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA ROSEVICS

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE E A CONSTRUÇÃO
DE UM IMAGINÁRIO REGIONAL

CURITIBA

2009

LARISSA ROSEVICS

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE E A CONSTRUÇÃO
DE UM IMAGINÁRIO REGIONAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo curso de Pós Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

CURITIBA

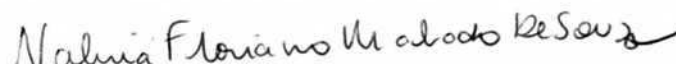
2009

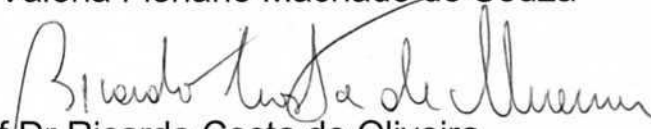


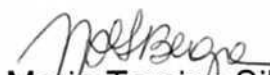
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **LARISSA ROSEVICS**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO REGIONAL", é de parecer favorável à aprovação do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Instituição e Poder" da área de concentração em Cultura e Poder, Curitiba, 17 de agosto de 2009.


Profª Drª Valéria Floriano Machado de Souza


Prof Dr Ricardo Costa de Oliveira


Profª Drª Maria Tarcisa Silva Bega
Orientadora e presidente da banca examinadora

É verdade que as sociedades não improvisam a si próprias, que não surgem abruptamente do nada; elas se reconstróem a partir dos escombros deixados pelas que desaparecem. Esses materiais serão organizados para atender a outros objetivos; e não existe garantia de que os novos fins sejam a continuação dos anteriores ou venham a constituir uma progressão linear.

(Emile Durkheim – Ética e sociologia da moral)

Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais – mesmo que seja, só para preencher as funções de novos templos, como o fizeram os atenienses após as guerras médicas.

(Cornelius Castoriadis- A instituição imaginária da sociedade)

Cada geração seleciona ruínas do passado e, juntando-as de acordo com seus próprios ideais e valores, faz delas casas características de seu tempo.

(Norbert Elias – Sociedade de Corte)

AGRADECIMENTOS

Foi a partir de uma conversa descontraída com uma amiga historiadora que o tema para essa dissertação apareceu. Ela pesquisava com fervor sobre o paranismo e seus artistas e eu tentava terminar minha monografia de graduação sobre nacionalismo. Não poderia iniciar meus agradecimentos sem lembrar desta mão amiga que sempre foi Raquel Zanotelli.

À minha família, meus pais Adolfo e Natalina e minha irmã Letícia, pela paciência dispensada, pelos sorrisos e choros compartilhados, pelo exemplo de força e vida, agradeço imensamente. À turma de mestrado em Sociologia de 2007 Joslei, Valéria e Luis Fernando, e em especial as colegas de linha de pesquisa e amigas Maria Alejandra Nicolas e Roberta Carnelos Resende, foi muito bom poder compartilhar esses anos de alegrias e sofrimentos com vocês. Aos amigos de infância, de bar, de universidade e de ofício, pelo apoio dado e pela compreensão das ausências: Vanessa Barbosa e Ney Santos, Alline Sperendio; Charles; Fernanda da Costa; Fernanda Guedes; Juliano de Sá; Karina Russo; Luciane Filizola; Nadia Guariza; Tálita Rasoto. À Bruno, pelo colo nas linhas finais.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Maria Tarcisa Silva Bega. Observá-la em suas diversas atividades políticas, administrativas e acadêmicas, foi mais valioso que muitas aulas assistidas ou livros lidos. Com sabedoria, soube dar-me a liberdade necessária para aprender a caminhar sozinha, guiou-me nos momentos oportunos, chamou-me a atenção quando devido e acreditou acima de tudo que essa dissertação era possível. Espero um dia poder ser motivo de orgulho para aquela a qual tomo como exemplo para minha vida profissional.

A Sociologia foi mais que uma escolha acadêmica, ela foi uma mudança na maneira de encarar a vida. Durante os quase quatro anos que pude frequentar o Departamento de Ciências Sociais, entre a Especialização em Sociologia Política e o Mestrado, pensei várias vezes quais teriam sido os motivos que me impediram de fazer a graduação em Ciências Sociais. O único que encontrei foi à paixão arrebatadora que sinto pelas Relações Internacionais. Agradeço de coração todo apoio e carinho recebido dos professores Dra. Ana Luisa Fayet Sallas, Dr. Ângelo José da Silva, Dr. José Miguel Rasia, Dra. Marlene Tamanini e a professora do Departamento de História professora Dra Helenice Rodrigues da Silva que participou

da banca de qualificação e forneceu questionamentos importantes para essa dissertação. À professora Dra Valéria Floriano Machado de Souza por ter aceito fazer parte da banca de defesa. À todos os membros do Centro de Cultura e Imagem da América Latina (CECIAL) e, em especial a Luis Afonso Salturi e Flávia Regina Marchiori pelas discussões sobre o tema e sobre imaginário. Ao meu orientador na Especialização, ouvido atento as minhas dúvidas e anseios, inspiração nas discussões sobre política paranaense, parte da banca de qualificação e de defesa dessa dissertação, professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, um especial agradecimento.

De maneira geral, agradeço a todos aqueles que durante esta caminhada contribuíram com críticas, sugestões, conselhos, compreensões e souberam compartilhar as emoções e os medos dessa jornada, que por hora, chega ao fim.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
RESUMEN	x
INTRODUÇÃO	001
1 MEDIAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA	010
1.1 COMUNIDADES IMAGINADAS	015
1.2 FEDERALISMO E REGIONALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	018
1.3 PARANISMO: O NACIONALISMO PARANAENSE NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO E DA COMUNIDADE PARANAENSE	027
2 OS PROJETOS PARA O INSTITUTO	031
2.1 PROJETO POLÍTICO	033
2.1.1 Questões geopolíticas	034
2.1.2 A questão social: história e etnologia	037
2.2 A CRIAÇÃO DO APARATO INSTITUCIONAL	042
2.2.1 O Estatuto	044
2.2.2 Notícia histórica da fundação do Instituto	048
3 OS HOMENS E O PODER: REDES DE SOCIABILIDADE	050
3.1 OS FUNDADORES	057
3.1.1 Os heróis	058
3.1.2 Os políticos	059
3.1.3 Os homens das letras	062
3.1.4 Os estrangeiros	065
3.2 AS DEMAIS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO INSTITUTO	066
3.2.1 Os sócios efetivos	066
3.2.2 Os sócios beneméritos	069
3.2.3 Os sócios honorários	070
3.2.4 Os sócios correspondentes	071
3.2.5 Os sócios auxiliares	073
3.3 A DIREITORIA E AS DIFICULDADES	074
4 OS DISCURSOS DOS BOLETINS DO IHGP	077
4.1 TEXTOS TÉCNICOS: A PRÁTICA DA CIÊNCIA	079
4.2 TEXTOS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	086

4.2.1 Os documentos oficiais do Instituto	088
4.2.2 A memória a partir da geografia	088
4.2.3 Descrição de viagens exploradoras	091
4.2.4 Os textos históricos	093
4.2.5 Edição especial	095
4.2.6 A busca por um mito fundador	099
4.3 O PROJETO PARA O PARANÁ	104
4.3.1 O Paraná é parte da nação brasileira	105
4.3.2 A cultura paranaense e o indígena	107
4.3.3 De onde virão os paranaenses	108
4.3.4 Estratégias para o progresso	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	125

LISTA DE SIGLAS

IPARDES -	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RESUMO

O Paraná foi uma das últimas províncias do império brasileiro a conquistar sua autonomia política, tendo na produção de erva mate, na extração de madeira e na criação de gado suas atividades econômicas básicas e delas descendendo os grupos políticos do período. O federalismo da Primeira República brasileira, que se estendeu de 1889 a 1930, possibilitou a consolidação da formação territorial, populacional e identitária do Paraná. Com a maior parte do território coberta de mata virgem e grupos indígenas, uma das principais preocupações do grupo político dominante era o povoamento da região e, impulsionada pelos ideais positivistas de razão e progresso, escolheu como estratégia para tal a imigração européia. Esta dissertação procura explorar a idéia de nação para então poder estabelecer o papel do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* enquanto suporte cultural e político para a consolidação de um imaginário regional paranaense. Parte-se da idéia de que a nação, como é conhecida na modernidade, é uma comunidade imaginada que surgiu com a ascensão da burguesia ao poder político na América do Norte e Europa entre os séculos XVIII e XIX, possibilitando inclusive processos de invenções de símbolos, mitos e tradições. Inserido em um contexto de pesquisas sobre o Paraná do início do século XX este é um passo a mais para entender como se processou a formação da identidade de um grupo populacional completamente heterogêneo, com etnias, idiomas, culturas e tradições distintas e por vezes conflitantes. As únicas semelhanças existentes entre esses homens eram o espaço geográfico que partilhavam e a possibilidade de um futuro em comum. Para isso foi necessário construir todo um imaginário sobre o Paraná.

PALAVRAS CHAVE: imaginário paranaense; *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*; nação; século XX.

RESUMEN

El Paraná fue una de las últimas provincias del imperio brasileño a conquistar su autonomía política, tiendo en la producción de hierva mate, la extracción de madera e en la creación bovina sus actividades económicas básicas y de ellas descendiendo los grupos políticos del periodo. El federalismo de la Primera Republica brasileña, que fue desde 1889 hasta 1930, posibilito la consolidación de la formación territorial, poblacional y identitária del Paraná. Con la mayor parte de su territorio cubierto de vegetación virgen y por grupos indígenas, una de las principales preocupaciones del grupo político dominante era el poblamiento de la región y, llevados por las ideas positivistas de razón y progreso, ellos escogerán como estrategia la inmigración europea. Esta disertación procura explorar la idea de nación para entonces poder establecer el papel del *Instituto Histórico Geographico Paranaense* como un soporte cultural y político para la consolidación de un imaginario regional paranaense. Empieza por la idea de que la nación, como es conocida en la modernidad, es una comunidad imaginada que surgió con la ascensión de la burguesía al poder político en la América del Nord y Europa entre los siglos XVIII y XIX, posibilitando incluso procesos de invención de símbolos, mitos y tradiciones. Inserido en un contexto de pesquisas sobre el Paraná del inicio del siglo XX este es un paso a mas para el entendimiento de como se conduje a la formación de la identidad de un grupo poblacional completamente heterogéneo, con etnias, idiomas, culturas y tradiciones distintas y por veces conflictantes. Las únicas semejanzas existentes entre esos hombres eran el espacio geográfico que compartían y la posibilidad de un futuro común. Para esto, fue necesaria la construcción de un imaginario sobre el Paraná.

PALAVRAS LLAVE: imaginario paranaense; *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*; nación; siglo XX.

INTRODUÇÃO

Canção do Exílio

Não permita Deus que eu morra
sem que daqui me vá
sem que diga adeus ao pinheiro
onde já não canta o sabiá
morrer ó supremo desfrute
em Curitiba é que não dá
(...)

(*Pão e Sangue*, Dalton Trevisan, 1988)

De tensões entre o sujeito e o mundo que lhe cerca, é composta a obra de um dos mais populares escritores paranaenses. O poeta e cronista Dalton Trevisan inspira-se na cidade de Curitiba e no imaginário do estado¹ do Paraná para compor sua literatura, considerada crítica, obsessiva, melancólica e ácida. O trecho acima é de um dos seus poemas mais famosos, em que o autor procurou desconstruir o texto “Canção do exílio” de Gonçalves Dias, escrito em 1843 e representativo para o nacionalismo romântico do século XIX.

Ao contrário do poema oitocentista que inspirou o hino nacional brasileiro, a “Canção do exílio” de Dalton Trevisan regionaliza a temática nacionalista ao substituir a palmeira pelo pinheiro, e satiriza Curitiba ao transformar a exaltação à terra natal em repúdio. Ao longo do poema, Trevisan faz referência a elementos do passado e do presente curitibano que compõem o imaginário social do estado e que constituem uma identidade própria aos paranaenses. Este trabalho versará sobre esse imaginário que aos poucos foi constituído no início do século, em meio à tensões e concessões dos grupos políticos e sociais presentes no estado do Paraná.

No entanto, quem identidade e imaginário são esses, que compõem e que oferecem elementos de coesão social, estéticos, figuras de linguagem, símbolos, mitos e personagens para as obras de Dalton Trevisan e tantos outros escritores paranaenses contemporâneos? Atacada por alguns como sem personalidade, fraca e até mesmo inexistente, sofreria a identidade paranaense atual de uma série de críticas internas de sua própria sociedade, assim como o poeta fez com o

¹ Um esclarecimento. Para tratar do Paraná, são usados dois termos de caráter político-histórico, ao longo da dissertação. O termo “província” é utilizado para caracterizar o Paraná como uma das unidades político-administrativas do Brasil durante o período Imperial. O termo “estado” se refere às unidades da federação brasileira já na República e, a palavra “Estado” é utilizada para tratar do país Brasil.

eufemismo nacionalista oitocentista? O objetivo desta dissertação não é responder essas questões, frutos da contemporaneidade, mas procurar compreender a partir de uma perspectiva institucional, como tais elementos foram possíveis de serem formados. Se as identidades nacionais ou regionais só existem com relação às suas sociedades, as transformações que aconteceram ao longo do século XX no Paraná foram suficientes para transformar também a maneira como seus habitantes se reconhecem entre si e em relação ao estado.

Em uma consulta rápida ao site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)² em janeiro de 2009, verificou-se que o estado do Paraná possui uma área de 199.880 km², dividida em 399 municípios, uma densidade demográfica de 51,45 (hab/km²) e uma população de 10.284.503 habitantes, majoritariamente urbana (84,5%) e descendente de diversas etnias, tais como poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses. Sua capital é a cidade de Curitiba, onde se encontra cerca de 17,4% da população do estado e é responsável por 23,6% do PIB do mesmo, que em seu total gira em torno de 127 milhões de reais. O setor de serviços é responsável por 61,4% do PIB do estado, seguido pela indústria com 30,2% e a agropecuária, 8,4%. Ele conta ainda com uma das maiores hidrelétricas mundiais, a Itaipu Binacional, e o porto de Paranaguá, localizado no litoral paranaense, que movimentam cargas de vários estados brasileiros e de países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Bolívia. Com importantes reservas ambientais, o Paraná tem 12% do seu território destinado à preservação ecológica, dentre eles o Parque Nacional do Iguaçu, onde se localizam as Cataratas do Iguaçu.

Recorrer a dados é sempre uma tarefa delicada, pois não basta olhar os resultados. É necessário entender o contexto histórico em que eles foram colhidos, o método de coleta e de seleção utilizados, qual o instituto ou o pesquisador responsável, quais os objetos da pesquisa, dentre outros tantos fatores. Por exemplo, os primeiros Censos e dados Demográficos sobre o Paraná tendem a subvalorizar a população escrava e indígena quantitativamente. O motivo dessa exclusão faz parte do contexto histórico e teórico em que estavam inseridos os

² Os dados socioeconômicos citados neste trabalho são referentes ao ano de 2007 e foram retirados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, e podem ser encontrados no site <http://www.ipardes.gov.br>.

pensadores do período, que não considerarem tais habitantes como parte da sociedade.

Esta dissertação, inclusive, está comprometida pelo período histórico em que foi desenvolvida, bem como pelos recortes e escolhas feitos ao longo da pesquisa. A pesquisadora que a desenvolveu descende dos estudos de Relações Internacionais e tem um particular interesse sobre assuntos como a constituição das nações modernas e pelo desenvolvimento dos movimentos nacionalistas nos séculos XIX e XX. Esses elementos não desqualificam a pesquisa, nem impediram o seu desenvolvimento, mas explicam parte das decisões tomadas e das limitações existentes.

A partir dessas considerações é possível afirmar que, através desta dissertação, procurou-se demonstrar que é possível que as identidades nacionais ou regionais surjam das mediações entre as identidades culturais e políticas dos grupos sociais. Essas mediações são compostas pelos imaginários coletivos dos grupos sociais em questão, possibilitando a coesão dos mesmos a partir dos elementos com que todos se identificam, tais como valores, conceitos, símbolos e discursos. Esses imaginários se modificam conforme a reprodução material de cada sociedade e as relações produzidas entre os seus membros. É na mediação entre o político e o cultural que se encontra um ambiente propício para que comunidades heterogêneas sejam unificadas, que laços sejam criados e lealdades sejam formadas.

O Paraná foi uma das últimas províncias do império brasileiro a conquistar sua autonomia política, tendo na produção de erva mate, na extração de madeira e na criação de gado suas principais atividades econômicas e delas derivaram os principais grupos políticos do período. De sua separação da província de São Paulo, em 1853, até o fim da Primeira República, em 1930, o Paraná passou por um processo de consolidação de sua formação territorial, populacional e identitária. Com a maior parte do território coberto de mata virgem e grupos indígenas, uma das preocupações do grupo político dominante era o povoamento da região para que ela não voltasse aos domínios de São Paulo, Santa Catarina, ou até mesmo da vizinha Argentina.

A estratégia de povoamento adotada no Paraná encaixou-se como parte de um projeto maior do Estado brasileiro: a imigração européia. Ela tinha quatro objetivos principais (BALHANA, 2002): preencher os vazios demográficos existentes no território paranaense; substituir a mão de obra escrava, ou seja, os negros e

pardos por homens brancos europeus; produzir uma agricultura de abastecimento, pois boa parte dos alimentos era trazida de outras regiões do país e; conseguir trabalhadores qualificados para as obras públicas, e para tanto se apostava no europeu.

Durante o período da Primeira República, o Brasil viveu um contexto político federativo que dava autonomia aos estados e possibilitava o desenvolvimento de movimentos regionais de afirmação identitária, um processo que se inicia em 1889 e termina em 1930, com o período Vargas e a centralização do modelo estatal que levou a um processo de fortalecimento da identidade nacional brasileira. Para o estado do Paraná, tal período foi fundamental para que os grupos dominantes da sociedade local pudessem elaborar um projeto de estado e de destino coletivo para os grupos etnicamente heterogêneos que habitavam o território, incluindo, portanto os imigrantes. Fomentadoras e legitimadoras desses projetos de passado e de futuro para a região, as instituições desenvolveram um papel importante nesse processo e dentre elas, esta dissertação destaca o *Instituto Histórico Geographico Paranaense*, tanto pelos seus objetivos, seus membros e suas pesquisas, quanto pela representatividade de seu discurso, considerado pelos pensadores do período como científico, verdadeiro e incontestável.

Nesse sentido, são essas mediações entre a política e a cultura, presentes no projeto do passado e do futuro da sociedade paranaense produzido pelos intelectuais paranistas, nas dependências do *Instituto Histórico Geographico Paranaense*, é que esta dissertação pretende tratar. A partir desse estudo específico, procurou-se encontrar alguns elementos dos fundamentos da identidade regional paranaense constituída para os grupos sociais que no estado viviam no início do século XX e o imaginário que a partir de então se formou. O Paraná do início do século tem sido amplamente pesquisado em suas questões territoriais, sua literatura, seus símbolos, suas questões migratórias, étnicas e populacionais, sua história e sua cultura, produzidos por sociólogos, antropólogos e historiadores do estado: (BAHLS, 2007; BEGA, 2001; BELTRAMI, 2002; CAMARGO, 2007; KEINERT, 1978; NEUNDORF, 2009; OLIVEIRA, 2001; PEREIRA, 1998; SALTURI, 2007; SZVARÇA, 2004; TRINDADE, 1997). Os trabalhos existentes sobre o período e o movimento que o caracterizou, denominado paranismo, necessitam ser revisitados para que cada vez mais se possa compreender as condições da sociedade paranaense no período anterior ao movimento, as motivações para o seu

surgimento, bem como as instituições que serviram como suporte para a construção de um projeto coletivo de estado.

Dada a similaridade entre o contexto nacional dos processos de identificação e o contexto regional em que se deu a formação da identidade paranaense durante os anos da Primeira República, foi possível recorrer aos estudos das identidades nacionais dos Estados, das nações e de movimentos a exemplo do nacionalismo como suporte teórico para esta dissertação. No entanto, é necessário levar em consideração a realidade institucionalizada da formação provincial do Paraná, sua contemporaneidade em relação às demais unidades políticas do Estado brasileiro, suas necessidades de consolidação territorial e sua heterogeneidade social. Além disso, como se pretendeu observar ao longo da pesquisa, mesmo apresentando os mesmos padrões das identidades nacionais e dos movimentos nacionalistas, o processo que aconteceu no Paraná não tinha, em nenhum momento, o objetivo rivalizar com o nacional, mas sim de complementá-lo, a partir do desenvolvimento da região.

As entidades políticas conhecidas como nação, são tratadas nesta dissertação a partir da concepção de comunidades políticas imaginadas de Benedict Anderson (1995). Segundo o autor, elas são construções sociais da modernidade que possibilitam a confraternização entre seus membros, ainda que não seja possível a todos se conhecerem. Assim como as comunidades são imaginadas, para Eric Hobsbawn (2002) as transformações materiais das sociedades, ocasionadas a partir da revolução industrial, provocaram mudanças no campo simbólico das mesmas, fazendo com que muitas tradições caíssem em desuso e várias outras fossem inventadas, com o intuito de estabelecer ou simbolizar a coesão social, legitimar instituições ou relações de autoridade e socializar idéias, sistemas de valores e de comportamentos mais condizentes com os novos tempos.

Estudiosos da temática nacional tendem a enfatizar alguns elementos como fundadores das comunidades contemporaneamente denominadas de nação. Anthony D. Smith (1992) destaca a importância da etnicidade no processo de construção das identidades nacionais. Ernest Gellner (2003) refuta este pressuposto, apontando, ao contrário, que as nações resultam do processos conseqüentes da revolução industrial e das transformações materiais das sociedades contemporâneas. Para Eric Hobsbawn (2002; 2003), os grupos dominantes, a partir da invenção de tradições, formam as nações, sendo elas grupos sociais de um

período histórico recente, relacionada a uma estrutura institucional específica, o Estado territorial moderno, delimitado geograficamente, legítimo politicamente e soberano internacionalmente. Há também as correntes que defendam o papel das instituições e dos idiomas no processo de construção das nações, como define Benedict Anderson (1995).

Todas as vertentes apontam para os fatores que devem ser destacados num estudo sobre qual idéia de coletividade que os indivíduos de um determinado grupo têm, sejam eles regionais ou nacionais. São eles: território, população e etnia, idioma, tradições e símbolos, projeto de estado. Esses fatores foram observados ao longo da pesquisa, em especial sobre o imaginário paranaense durante a Primeira República.

Além do questionamento sobre o que funda o SER paranaense, questionou-se também sobre o que lhe confere status de exclusividade e percebeu-se que é no imaginário particular de cada nação que se constrói ao longo do tempo, em que a exclusividade se constrói, composta de imagens mentais e materiais, com as quais se estabelecem passados, se legitimam poderes, se perpetuam tradições, se homogeneízam populações. Rojas Mix (2006) em seus estudos sobre imaginário, destaca que ele se ocupa da função tanto de criar como de utilizar as imagens para formar, convencer, seduzir, legitimar processos, tais como os de formação nacional.

As instituições, um dos objetos principais dessa dissertação, foram entendidas, num primeiro momento, como aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1985), instrumentos do grupo dominante para preservar o status que possuem e para manter a dominação no campo das idéias. Contudo, optou-se por um estudo que entende as instituições a partir daquilo que as constituem, ou seja, o simbólico. Buscou-se, assim, ultrapassar as visões descritivas e funcionalistas das instituições, optando-se por uma abordagem a partir do imaginário. Como destaca Cornelius Castoriadis (1982), os estudos sobre instituições precisam basear-se no modo como elas se instituem, o simbólico, e a quê elas servem, o imaginário. As instituições no Paraná do início do século exerceram um papel importante como ambientes de discussão e legitimação do imaginário que se constituía sobre o estado para os seus habitantes.

O Paranismo foi um processo político-cultural que existiu no Paraná durante a Primeira República e que procurou construir as bases para uma identidade paranaense e para a coesão do grupo social que vivia no estado. Foi a partir dele

que surgiu o movimento paranista, desenvolvido por artistas e intelectuais na década de 20, e que instituíram algumas características ao imaginário paranaense, tais como o pinheiro e o pinhão como símbolos, o imigrante valoroso como tipo ideal e o estado como modelo de futuro para a nação. O Paranismo está para os paranaenses, assim como o nacionalismo está para os nacionais. A dificuldade nos estudos sobre esses fenômenos é estabelecer quando há construção de identidades coletivas e quando há reafirmação da coesão social. Para o Paranismo, Luis Afonso Salturi (2007) definiu o Movimento Paranista, delimitado pela Primeira República, enquanto processo de construção de uma identidade coletiva e sua continuidade posterior enquanto sentimento a ser revisitado nas situações de reafirmação da coesão social, independente das motivações políticas que possam estar por trás. Segundo ele, classificar tais movimentos como ideologias, ainda que traga algumas considerações relevantes sobre a importância dos grupos dominantes no processo de construção dos projetos nacionais, torna-se limitado quando pensados a partir de seus aspectos culturais, pois há uma liberdade criativa que acaba sendo subjugada pelos estudos ideológicos.

Para melhor explorar todas essas questões, este trabalho está dividido em quatro capítulos.

1 Mediações entre cultura e política: nesse primeiro capítulo da dissertação são apresentados os temas que serviram de suporte teórico para a pesquisa e para as discussões propostas sobre as contribuições do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* para a formação de uma identidade e de um imaginário paranaense no início do século XX que possibilitaram: uma maior coesão social dos habitantes da região; que desse suporte de defesa aos paranaenses nas disputas territoriais; e que garantisse a autonomia política do estado.

2 Os projetos para o Instituto: para poder entender o IHGP como instituição capaz de contribuir para a formação de uma identidade paranaense, nesse capítulo buscou-se compreender a partir de qual imaginário ele se formou, bem como a partir de qual contexto histórico e social.

3 Os homens e o poder: o IHGP foi formado por uma extensa rede de sociabilidades. Nesse capítulo procurou-se apresentar o grupo de homens, que a partir de suas necessidades e anseios se colocara a pensar o Paraná e tornaram-se as pontes entre o imaginário que possibilitou a fundação do Instituto e aquele que ele ajudou a constituir.

4 Os discursos dos *Boletins do IHGP*: último capítulo da dissertação, nele encontra-se a análise de toda produção feita pelo IHGP durante a Primeira Republica e publicada nos *Boletins do Instituto Historico e Geographico Paranaense* nos anos de 1917, 1918 e 1925. Os Boletins contam com 44 artigos escritos por intelectuais de renome no cenário regional e nacional, o que levou a uma análise dos textos que levasse em consideração quem os escreveu e a partir de qual contexto histórico e social.

O início de todo conhecimento parte do senso comum, seja ele considerado negativa ou positivamente e ele se transforma a partir da sua relação com o tempo e com os homens. Um dos aspectos que leva a crer ser a hermenêutica um método que contribuiria para esse estudo é o fato da relação texto/autor que ela propõem. Os documentos do Instituto foram produzidos ou coletados pelos mesmos intelectuais que desenvolveram o movimento paranista, demonstrando a relação intrínseca entre o Instituto, seus objetivos e o movimento. Mesmo na análise do paranismo em si, a hermenêutica é possível, graças à importância atribuída por ela ao símbolo. Considerado como um instrumento de função representativa é através do simbólico que os membros de uma comunidade podem mais facilmente identificar-se uns com os outros. No caso do movimento, o pinhão e o pinheiro representados nas obras de João Turin, por exemplo, tiveram importância central na constituição da idéia do SER paranaense.

Para entender os motivos que levaram à constituição do *IHGP*, é importante não apenas analisar criticamente as idéias que dele surgiram, mas também as especificidades históricas que o nortearam, as suas relações com o tempo, na sua contribuição para o cotidiano paranaense e as transformações que ele possibilitou. Esta dissertação procurou a produção textual do instituto, bem como as relações conflituosas existentes no período, a produção de conhecimento e as transformações no pensamento paranaense. Como técnica de pesquisa para a análise dos *Boletins do IHGP* a escolha foi pela análise de discurso, pois ela contém ferramentas para a análise de construções simbólicas presentes em um texto levando em consideração o contexto das práticas sociais em um tempo e espaço determinado. Michel Pêcheux (2006) pensa na análise do discurso como uma forma interdisciplinar de reflexão das práticas dominantes, em específico esta área dos discursos a partir de uma posição materialista do mesmo, estabelecendo uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento.

O discurso é composto de mais elementos do que a sua mensagem escrita direta pode transmitir, sendo um receptáculo para todo o pensamento e a ideologia de um grupo. A análise do discurso ofereceu instrumentos teóricos adequados para a leitura crítica dos documentos produzidos no *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, bem como pensar o porquê de uns temas terem sido acolhidos e coletados em vez de outros.

1 MEDIAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA

O Paraná no século XIX

I

O Tempo, na sua fatal carreira, poz-nos ás portas do Século XX.

Retrospectivando os fartos que se succederam porfiados e rápidos nesse cyclo de cem annos, indaguemos o que foi elle para o Paraná, e quaes as conseqüências que da sua passagem resultaram para o progresso e para a affirmação sociológica de nossa terra.

Estado novo, mas dotado prodigamente pela Natureza que nada lhe regateou, o Paraná pôde hoje collocar-se entre as demais regiões políticas da Republica, como uma terra promissora, a Canahã, quem sabe! De extraordinárias riquezas que o impulsionem n'uma extranha vereda de fausto e de prestigio deslumbrante. Para isso tem elle, a par da sua magnificência natural, essa força singular e desconhecida que se manifesta pelo trabalho, pela iniciativa e pelas demais manifestações da intelligencia humana.

Percorramos, pois, esse luminoso cyclo de cem annos, em que a nossa amada e extraordinária terra constituiu-se como povo e affirmou-se entre as suas co-irmãs como Estado autônomo nesta grandiosa Pátria Brasileira.

[...]

V

As nossas actuaes condições de progresso material e de prerogativas políticas, são conquistas desse seculo que termina assignalando no Kalendario do nosso progresso Social, as maiores e as mais brilhantes manifestações do espírito humano.

As primordiaes condições para o progresso, o talento creador, o espírito de iniciativa, o amor ao trabalho, o esforço, a coragem, o patriotismo e a fé, estão no temperamento do paranaense de hoje e representam a maior garantia para a futura grandesa desta terra.

E', pois, constituídos e fortes, que nos apresentamos no limiar do século XX, século mysterioso, esperança das raças desgraçadas! Século do prestigio cívico da consciência humana" século da Paz, do Amor e da Civilização!

Século realisador dos mariores problemas das leis da Evolução, oh, Século das reformas sociaes! – que os teos cem annos de victorias assignalem também em terra paranaense, conquistas immortaes em todas as manifestações do espírito humano!

Temos uma grande alma e um grande coração; - aproveitae-os, glorioso século, na realisação futura das utopias, das chimeras e das doutrinas hoje paradoxaes, mas que o nosso ideal visionário já prevê realisadas: - a Ordem, o Progresso, o Direito e a Liberdade!

Salve, Século da Razão e da Justiça!

Romário Martins, *Almanach do Paraná para 1901*, p.229-232.

O texto de Romário Martins ilustra as esperanças, anseios e sonhos de toda uma sociedade às portas do novo século. Ele é o embrião de um imaginário que se constituirá sobre o estado do Paraná ao longo do século XX, caracterizado como “estado modelo”, “estado do futuro”, “celeiro do Brasil”. Curitiba ganhou diversos

títulos ao longo dos últimos cem anos: “capital européia” “capital ecológica”; “capital modelo”, “capital do melhor transporte público” e recentemente “capital social”.

O mesmo Romário Martins, caracterizado como incansável (BELTRAMI, 2002) e forjador (SZVARÇA, 2004), foi o mentor, fundador e por vezes reorganizador do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP)*, instituição fundada em 1900 e da qual foram membros os principais pensadores paranaenses do período da Primeira República. Ainda que pouco estudadas muitas das principais instituições paranaenses da atualidade foram fundadas ou se consolidaram neste período, tais como: a Biblioteca Pública; o Arquivo Municipal; o Círculo de Estudos Bandeirantes; os diversos clubes culturais e de recreação como o Clube Curitibano; e a própria Universidade Federal do Paraná, denominada Universidade do Paraná, fundada em 1912.

A partir de uma análise objetiva da instituição, o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* poderia ser entendido como um aparelho ideológico do Estado, no sentido estrito definido por Louis Althusser (1985). Ainda que fosse uma instituição privada, o seu funcionamento dependeu dos grupos dominantes do Estado e serviu aos seus interesses e aos seus projetos de poder. Agindo a partir das idéias dos grupos dominantes, o Instituto, assim como outras instituições e movimentos culturais do período, possibilitou que as idéias, os projetos e os valores desses grupos fossem tratados como sendo de toda a sociedade paranaense. O Instituto possibilitou a união de todos esses homens em um ambiente que estivesse entre o campo da cultura, da produção científica e da política. Ainda que esta seja uma análise importante para entender as instituições paranaenses no início do século XX, esta dissertação fez a opção por um estudo que as compreendesse a partir do simbólico.

As sociedades criam as instituições para padronizar valores, costumes ou práticas coletivas, com o intuito de organizar e viabilizar a vida em coletividade. No caso do Paraná da virada do século, cabe questionar qual a necessidade real da sociedade que a levou a constituir tais instituições.

Para explorar esse questionamento é possível recorrer ao pensamento de Cornelius Castoriadis em seu livro *A instituição imaginária da sociedade*, de 1975. Crítico dos estudos sobre as instituições, ele classifica como econômico-funcionalista as investigações que procuram enfatizar as explicações e as características das instituições a partir da função que elas exercem na sociedade.

Para o autor, o ponto de partida dos estudos sobre instituições deve basear-se na maneira sob a qual essas instituições se constituíram, ou seja, o simbólico.

As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências, - significações no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado. (1982, p.13)

As instituições sociais de que trata Castoriadis são instituídas ao mesmo tempo que instituem, ou seja, são objetivas e racionais ao mesmo tempo em que são imaginárias e simbólicas. Se elas podem padronizar valores, costumes ou práticas coletivas é porquê elas foram instituídas a partir de certos valores, costumes ou práticas coletivas. Portanto, elas só podem existir no simbólico, pois ele é o único capaz de lhes dar sentido e de tornar suas ações legítimas. Os sistemas simbólicos dos quais elas são compostas, são aqueles capazes de ligar os símbolos aos seus significados, de maneira que sejam reconhecidos pela coletividade a qual pertencem e para a qual fazem sentido. Contudo, esses sistemas simbólicos são constituídos no interior do imaginário de cada sociedade, a partir das estruturas imagéticas pré-existentes e as suas relações com o contexto histórico e social vigente. Ou seja, os símbolos e seus significados, bem como todo sistema simbólico que permite a constituição de uma instituição, estão fundados no imaginário, formado por imagens mentais e materiais pertencentes ao real e ao histórico de cada sociedade a partir das suas necessidades.

A partir do momento em que são instituídas, as instituições adquirem a capacidade de transformar ou até mesmo fundar imaginários. Por exemplo, com relação ao significante, as instituições podem, por vezes, fazer com que ele ultrapasse a ligação que tem com o significado, conduzindo a novos outros significados. São a história e a sociedade agindo sobre suas próprias edificações simbólicas, pois, sendo elas aquelas que possibilitam a constituição de todo e qualquer simbolismo, são também suas transformações capazes de conduzir a novas significações através de aparelhos de Estado, como as instituições.

Há dois imaginários a serem destacados nessa dissertação com relação ao *IHPG*: um que o instituiu, tratado no capítulo 2 sobre os projetos para o Instituto; e outro por ele instituído, tratado no capítulo 4 sobre os textos dos Boletins do *IHPG*.

Ao longo dessa dissertação, pode ser observada a preocupação dos grupos de brasileiros estabelecidos no Paraná em constituir uma identidade regional capaz de abarcar todos os habitantes do território e eficaz o suficiente para manter seus limites, suas fronteiras e sua autonomia. Quando a República foi instaurada no Brasil, o Paraná tinha pouco mais de trinta anos de emancipação, feita segundo Belotto (2003) aos moldes conservadores, ou seja, a partir dos projetos geopolíticos de manutenção e ampliação do poder do governo monárquico e dos interesses econômicos dos grupos dominantes.

Se, por um lado, faltava coesão social e tradição histórica ao Paraná, por outro, a presença cada vez mais numerosa de imigrantes e os conflitos com relação aos seus limites e fronteiras tornaram a coesão social e a tradição histórica necessárias.

A identidade regional paranaense que se procurou constituir foi uma mediação entre a identidade cultural que se estabelecia na região a partir das idéias vigentes e do simbolismo³ e, a identidade política dos grupos de brasileiros estabelecidos na região.

Dentro de uma visão econômico-funcionalista, o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* estaria limitado a ser um centro de pesquisa, coleta e produção da historiografia paranaense, sendo que a sua quase inatividade nos seus primeiros 30 anos o tornaria quase irrelevante para pesquisa. Qual interesse existiria em uma instituição que passou por diversas reformulações e, apesar de prever uma série de ações voltadas para o desenvolvimento da ciência histórica e geográfica do estado, nem mesmo conseguiu constituir uma sede própria?

É no imaginário e no simbólico que o *IHPG* deixa de ser instituído e passa também a instituir, através da ação de seus membros. Portanto, é necessário entender qual motivo levou a sociedade paranaense a constituir e a manter tal

³ O Simbolismo foi uma tendência literária e uma estética artística que surgiu na segunda metade do século XIX na Europa e chegou ao Brasil com Cruz e Souza em 1893. As temáticas abordadas envolvem voltadas para o eu lírico, os problemas da condição humana, certos tons de revolta, ironia, sadismo e satanismo profano dos símbolos religiosos. No Paraná, a literatura do início do século tinha no simbolismo a principal tendência, com escritores como Rocha Pombo, Emiliano Pernetta, Dário Velloso, Silveira Netto, João Itiberê, Júlio Pernetta, dentre outros. O melhor estudo sobre o simbolismo e os simbolistas no Paraná é a tese de Maria Tarcisa Silva Bega denominado "Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção da identidade regional".

instituição. Sendo o imaginário composto pelas condições econômicas, sociais, políticas, e no caso paranaense, também a partir das disputas sobre seus limites e fronteiras, seu escopo se constituirá a partir das tensões entre os grupos imigrantes e os brasileiros estabelecidos, que dominavam a política, a cultura e a economia no Paraná da Primeira República, e que tiveram uma participação intensa na vida cultural do estado durante o período estudado.

O *IHGP* tinha, em si, a função simbólica de representar o progresso do estado do Paraná e de dar respaldo científico à produção intelectual dos seus membros. A sua relevância em meio a sua inatividade é resultado do imaginário que ele forma e sob o qual ele se constituiu através da valorização da ciência e da racionalidade; um imaginário que se repensou a partir dos intelectuais paranaenses do período, ao procurarem preservar a emancipação política conquistada pelo estado e formar um projeto de progresso para que incluísse o imigrante. Assim, foi estabelecido um passado para a região, se legitimou o poder dos grupos dominantes, possibilitou a invenção de tradições e homogeneização à população. Os próprios membros do grupo dominante, a partir do Instituto, instituíram-se como parte de uma história paranaense.

A produção de símbolos, de imagens mentais e matérias sobre o Paraná, nesse período foram intensas, com destaque para o pinheiro, que, de um tipo de árvore, passou a representar a força e a virilidade do homem da terra, ou os rótulos de “estado modelo” e “estado do futuro” que passam a representar a região. O imaginário e o simbólico têm uma intrínseca relação, em que o primeiro se utiliza do segundo para se expressar e existir. Castoriadis (1982, p.13) define como imaginário a “[...] criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”. Mais do que isso, como destaca Miguel Rojas Mix (2006), o imaginário cria e utiliza imagens para informar, convencer, seduzir e legitimar processos, assim como é um arquivo social em transformação. Ao mesmo tempo em que ele constrói uma identidade, ele tem a capacidade de transformá-la.

Portanto, não são retóricos os diversos estudos que surgiram após a década de 1990 sobre a identidade paranaense, seus símbolos, suas características e/ou a falta delas, pois o imaginário não se constitui como algo estático, mas num movimento de resignificação que acompanha as mudanças da sociedade.

Com relação à identidade paranaense, existe uma série de elementos que se formaram no imaginário social no período da Primeira República a partir do grupo dominante e que envolve os campos da literatura, das artes plásticas, do jornalismo e da história. Há dois cuidados, no entanto, que precisam ser ressaltados. O primeiro, que seria limitado afirmar que a arte paranaense neste período foi feita para servir aos interesses do grupo dominante ao construir ou representar os símbolos da identidade paranaense, com os quais a sociedade se identificasse, pois se deve levar em consideração a liberdade criativa e imaginativa dos seus artistas (SALTURI, 2007). No entanto, é possível afirmar que tais obras ultrapassaram os seus significados artísticos e assumiram uma representação do Paraná com o qual os grupos sociais heterogêneos que o compunha pudessem se identificar, constituindo parte do imaginário do estado. O segundo cuidado refere-se ao papel dos intelectuais nesse processo, uma vez que se entende que os artistas e intelectuais do período como homens de seu tempo, engajados nos projetos de seu tempo. No caso do Paraná, a proximidade com as idéias nacionais oitocentista e o romantismo, afloraram nos intelectuais do estado do período, independente das posições políticas e sociais que ocupassem, o afã de construir uma coesão social ao mesmo tempo em que os mantivessem autônomos com relação às demais unidades federativas da nação. Aqui, cultura e política compartilham uma linha tênue que envolve história, processos sociais, movimentos políticos e culturais.

1.1 COMUNIDADES IMAGINADAS

A concepção de identidade está relacionada diretamente à idéia de identificação, pois ela se constitui a partir de uma série de elementos com os quais os indivíduos se identificam dentro de um contexto histórico e social. Tais elementos que constituem uma identidade têm duas dimensões, uma ligada à sua existência, seja ela material ou mental, e outra ligada ao campo do simbólico, que permite que eles transcendam as suas existências e passem a ter um sentido representativo para o indivíduo.

A identidade de um grupo social depende da maneira como esse grupo conseguiu construir a sua coesão social, de quais elementos foram relevantes para que os seus membros se vissem como parte de uma associação, seja ela familiar,

tribal ou nacional. No caso da identidade nacional ou regional, ela surge da mediação entre as identidades políticas e culturais dos seus grupos sociais, pois é composta de elementos das duas ordens. Discutir o nacional envolve valores, conceitos, símbolos, discursos, tradições, etnicidade, idioma, territorialidade, estética, reprodução econômica, social e política.

Todos esses elementos se constroem e se transformam a partir do contexto em que as sociedades estão inseridas. O estudo da identidade paranaense desenvolvido por Aparecida Vaz da Silva Bahls (2007), por exemplo, destaca o diálogo entre os campos cultural e histórico no processo de construção de vínculos entre os indivíduos. Para a autora, o projeto identitário dos intelectuais do início do século foi repensado e reconfigurado em 1953, no Centenário do estado, a partir dos novos projetos do grupo dominante do período, tendo como mediador o então governador Bento Munhoz da Rocha.

Um exemplo desse processo pode ser observado a partir das tradições. Quando Eric Hobsbawn (2002) afirma que as tradições podem ser inventadas, ele demonstra que elas só fazem sentido enquanto existirem os padrões sociais nos quais elas foram constituídas. As mudanças no modo de produção da sociedade contemporânea construíram tradições que procuram estabelecer ou simbolizar coesões sociais, legitimar instituições e posições sociais ou simplesmente socializar, inserir idéias, valores e padrões de comportamento a partir do novo contexto vigente. E ainda que contemporânea, as tradições procuram se apoiar em um passado histórico ou em práticas repetitivas como meio de fundamentar sua existência.

Assim como os elementos que constituem a coesão de um grupo social e possibilitam uma identidade são inventados, também o são as nações contemporâneas. Benedic Anderson (2005, p.25) destaca que a nação, como é conhecida na modernidade, surgiu no ocidente entre os séculos XVIII e XIX como uma comunidade política imaginada, “e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana”. Ela é tida em primeiro lugar como uma comunidade, pois, independente das diferenças sociais e econômicas que exista em seu interior, ela é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda, ou seja, que envolve todos os seus membros de maneira igualitária. A nação, em segundo lugar é imaginada porque ela é constituída de elementos que possibilitam a

expansão dos laços de lealdade além da capacidade dos indivíduos se conhecerem uns aos outros.

Em terceiro lugar, a nação é limitada, pois ela estaria restrita a um território específico e delimitado. Mas isso não significa que todos aqueles que se identifiquem com uma determinada nação pertençam ao seu território, pois na contemporaneidade, a globalização e a imigração possibilitaram a existência de grupos sociais que se identificam com um imaginário nacional específico, mas que não partilham o mesmo território.

Por fim, em quarto lugar, a nação é caracterizada como soberana por Anderson. A idéia de soberania utilizada neste trabalho envolve a concepção de autodeterminação dos povos, ou seja, o direito que cada grupo social que se caracteriza como uma nação tem de poder estabelecer o governo do seu território e de constituir instituições políticas capazes de suprir suas necessidades.

O fato da nação, ou das tradições serem inventados, não significa que sejam artificiais, mas sim constructos sociais, sendo o imaginário particular que eles constroem com discursos e imagens ao longo do tempo aquele que os torna únicos e capazes de estabelecer passados, legitimar poderes e homogeneizar populações. O que fundamenta a idéia de nação, em qualquer contexto, é o estatuto de antiguidade a ela atribuída. Da mesma maneira, toda identidade coletiva parte da memória do grupo, e o ato de recordar já é parte de uma seleção de eventos passados que de alguma maneira serão úteis para ações presentes e construções de perspectivas de futuro. Como destaca Rivero, Bellelli e Bakhurst (2000, p.42-43), as identidades nacionais necessitam de representações do passado, de uma memória para poder existir:

Resulta ya un lugar común recordar que la identidad es imposible sin memorial. La identidad es un constructo, se refiere tanto a la sensación de un “yo” permanente que perdura a través del tiempo a pesar de cambios (supuestamente) accidentales (yo soy el mismo en la foto de primera comunión, en la del servicio militar, o en esa otra en la que ya aparezco con el pelo blanco), como a la adscripción una categoría (los conductores con carné tipo B), o al sentimiento de pertenencia a uno u otro grupo (desde comunero en una comunidad de copropietarios – algo de lo que resulta relativamente fácil desafiliarse – hasta español – lo que resulta mucho más difícil de evitar -). [...] La identidad es imposible sin la memoria, pero también sin alguna forma de conciencia. (p.42 – 43)

Para tanto, a escrita da história é um passo fundamental na construção da identidade de um grupo social. A História Nacional de cada nação conferiu-lhe um

passado comum a ser aprendido pelas gerações futuras, do qual todos pudessem se orgulhar. São esse passado e a possibilidade de um futuro em comum que envolve a nação que têm a capacidade de unir todos os demais elementos que compõem a idéia de nação. Portanto, novamente, o que distingue uma nação da outra é a maneira como ela é imaginada sendo a história nacional o elo entre o território, o idioma, o grupo étnico, e a cultura.

Considerando-se que mesmo que os processos de formação de um projeto de futuro para o estado, da identidade e da comunidade paranaense tenham traços semelhantes aos processos nacionais que aconteceram no ocidente entre os séculos XVIII, XIX e XX ainda assim, elas só foram possíveis graças às autonomias concedidas pelo federalismo da Primeira República. Também estavam submetidas a uma organização nacional superior e a um projeto político para a nação brasileira como um todo. Por essas características peculiares é que se pode utilizar, para o caso em estudo, a concepção de Benedict Anderson.

O federalismo implementado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, salvaguardava determinadas autonomias políticas às unidades da federação, as quais possibilitaram a formação de movimentos político-culturais de caráter regional, que defendiam e valorizavam as características específicas de cada estado. E uma das características desses movimentos regionalistas era a ênfase dada aos limites e às fronteiras, que definiam onde acabava um e onde começava o outro.

1.2 FEDERALISMO E REGIONALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

As primeiras características para a formação da sociedade paranaense, selecionadas pelos seus intelectuais foram, em primeiro lugar a sua autonomia política em relação a então província de São Paulo em 1853, passando a ser mais uma unidade política do Estado brasileiro, e a definição de suas fronteiras ao longo dos primeiros anos do século XX, com as disputas com Santa Catarina, Argentina, São Paulo e Mato Grosso. Foram essas disputas territoriais que possibilitaram um processo de imaginação da comunidade paranaense, a partir do paranismo e das instituições criadas no estado com a República. Como destaca Romário Martins (1917, p.7) em seu discurso de fundação do *Instituto Histórico Geográfico Paranaense*, em 1900: “Com o Estado tem elle [O IHGP], de prompto, um grave

compromisso. É o de tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos, para a exacta determinação official dos nossos limites com Santa Catarina”.

Uma das características do Estado brasileiro que se tornou parte da construção da sua nacionalidade é a grandeza geográfica e exuberância natural do seu território. Não havendo o passado histórico a ser enaltecido devido ao tempo de existência do Estado ser ainda pequeno e sem expressividade, é na geografia que se firmaram parte das bases para a nacionalidade brasileira. A Primeira Guerra Mundial e a destruição causada no território europeu influenciaram os intelectuais americanos a valorizarem as belezas naturais em relação ao passado histórico.

Mônica Pimenta Velloso, em seu estudo sobre o regionalismo paulista e a questão da nacionalidade brasileira, ressalta a importância da geografia e o espaço em relação ao passado para o movimento verde-amarelista, que se desenvolveu no Brasil durante a Primeira República (1993, p.102):

O tempo passa a ser associado a idéia de esgotamento, crise e passado, enquanto o *espaço* é identificado à idéia de potencialidade, riqueza e futuro. Se o critério temporal serviu até então para explicar a evolução das velhas civilizações, o *espaço* vai definir o Brasil, garantindo a sua originalidade no quadro internacional. Chegamos ao ponto nevrálgico da questão: brasilidade = espaço, território, geografia.

No Paraná a geografia ganhará uma importância fundamental na construção da identidade regional, ainda que não seja de maneira tão explícita e organizada como no movimento paulista. O estado foi definido a partir dos seus limites territoriais, do outro, ou seja, da negação de ser Santa Catarina, Mato Grosso ou São Paulo. Boa parte da produção do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* foi sobre assuntos relativos aos limites do estado, suas reservas naturais e suas características geográficas.

Os processos de construção dos símbolos, significados e imaginários nacionais buscam na história e no ambiente físico ao redor as imagens das quais necessitam. No caso do Paraná, o pouco material histórico disponível e a fragilidade das fronteiras fizeram com que os intelectuais do início do século se inspirassem no espaço geográfico ocupado como ponto de partida para pensar a constituição imaginária do estado.

Definir os limites espaciais do estado, saber onde ele começa e onde termina, é uma importante fonte de definição da identidade regional paranaense, diferenciando-a fisicamente dos seus vizinhos. Se há uma ênfase dada à geografia na construção da identidade e do imaginário paranaense, o passado conferido pelos intelectuais tem na colonização portuguesa, com a Capitania de Paranaguá, seu ponto de partida mais remoto. As reduções jesuítas, ou a exploração do adiantado espanhol Nunes Cabeza de Vacca são tratadas como pontos isolados do Brasil colônia que não fazem parte do Ser paranaense.

A utilização dos grupos indígenas como elementos originários do Ser paranaense será um dos pontos de tensão no projeto dos intelectuais, pois alguns os utilizam como tal, enquanto outros destacam o ideal imigrante. Essa questão pode ser percebida nos textos dos *Boletins do IHGP*, que serão trabalhados no último capítulo dessa dissertação.

A colonização lusitana, considerada pelos pensadores como ponto histórico fundador do estado, inicia-se de maneira tímida pelo litoral paranaense no início do século XVII. Os primeiros aparelhos burocráticos, tais como as instituições (Igreja, Vila, Casa de Fundação, Câmara) e as autoridades (vereadores, juiz ordinário, juiz de órfão, procurador, capitão mor, padres, escrivão), só chegaram à região após a descoberta de ouro na região, em 1641, e conseqüentemente o aumento populacional na área litorânea. A mineração, inclusive, foi o primeiro ciclo econômico do Paraná e proporcionou a fundação das vilas de Paranaguá e Curitiba, o início da colonização da região do primeiro planalto e da comunicação deste com o litoral.

O grupo dominante paranaense que predominou no Paraná até a década de 1930, surgiu a partir desse momento, através da posse das sesmarias, latifúndios entregues aos considerados “homens bons”, e com as autoridades vindas para a região como a função de governá-la, um processo que se estenderá do século XVIII até o século XIX. A sesmaria⁴ é o primeiro documento oficial produzido e a primeira estrutura de poder formalmente institucionalizada. Para Ricardo Costa Oliveira (2001), são dos donos de terras e representantes oficiais do Estado brasileiro que descendem os grupos dominantes presente até hoje no Estado, profundamente estruturados em relações de parentesco.

⁴ Segundo Ruy Wachowicz (2002), o primeiro proprietário de Paranaguá foi Diogo de Unhate, em 1614, quando ele obteve a sesmaria referente à região.

Com a descoberta de ouro no Brasil Central e o declínio da mineração paranaense, um novo ciclo econômico se inicia na região, com a ampliação da criação de gado nos Campos Gerais, e a fundação de várias cidades, tais como Lapa, Castro e Ponta Grossa. Os campos paranaenses serviam para criação e pasto do gado que vinha da região de Viamão, no Rio Grande do Sul, e era levado até Sorocaba, cidade paulista em que ocorria o comércio com os mineradores, um processo conhecido como tropeirismo. As fazendas dos Campos Gerais e de Curitiba eram auto-suficiente, produzindo alimentos, e alguns produtos artesanais, mas isso não significa que a região tivesse importância econômica para a coroa. Tanto o é que em 1710 a Capitania de Paranaguá foi anexada a Capitania de São Vicente por questões administrativas e fiscais. Anos depois, a unidade administrativa passou a ser conhecida como Província de São Paulo e o Paraná, a sua Quinta Comarca.

Com a chegada da família real ao Brasil, o grupo dominante que vivia na Quinta Comarca iniciou um movimento de emancipação, muito mais ligado a questões políticas e fiscais do que por diferenças culturais ou históricas com São Paulo. A primeira iniciativa foi feita pela Câmara de Paranaguá no ano de 1811 através de uma petição feita ao Príncipe Regente, em que se relatava a miséria e o abandono da região. O pedido frustrado foi reavivado em 1821, através da conjura separatista que também não sobreviveu.

No século XIX, a produção e exportação de erva mate tiveram muita importância na Quinta Comarca, contudo era altamente tributada através do porto de Paranaguá pela província de São Paulo, que não repassava o montante recolhido na forma de benefícios. Portanto, os interesses pela emancipação envolviam desde questões fiscais, até a implantação de novos cargos burocráticos criados para as províncias após a Proclamação da Independência.

Porém, a emancipação se tornou possível a partir do interesse político que o governo central brasileiro passou a ter pela região. O processo de independência do Brasil não aconteceu de maneira pacífica, tendo diversas revoltas de norte a sul. Foi graças à boa parte do dinheiro vindo das plantações de café do Rio de Janeiro que essas revoltas foram sufocadas. No sul e sudeste, a Farroupilha gaúcha, a independência da Cisplatina e a Revolução Liberal Paulista fizeram com que a coroa percebesse a necessidade de criar uma aliança com a Quinta Comarca a fim de evitar uma possível união de forças entre gaúchos e paulistas.

De outro lado, os acontecimentos políticos do Sul, a independência da Província Cisplatina e, sobretudo, a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, davam à Comarca posição estratégica de importância. Sua adesão aos movimentos revolucionários do Sul poderia implicar no seu avanço até São Paulo, colocando em perigo o poder central (PILLATTI BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.102).

Nos acordos políticos, a região do Paraná funcionaria como um entreposto, evitando a união das forças de São Paulo e Rio Grande do Sul contra o governo central. Durante a Revolução Liberal de Sorocaba, em 1842, os paranaenses lutaram para impedir o avanço dos liberais ao sul e em troca receberam a promessa da formação da Província. Promessa que se arrastou pelos anos até 1850, quando da discussão da emancipação do Amazonas retomou-se o caso do Paraná. Mesmo assim, os paulistas colocaram entraves o suficiente para retardar ao máximo a emancipação, que aconteceu com a sanção da Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná.

Essa relação existente entre a formação da província do Paraná e os interesses do Império, foi explorada por Divonzir Lopes Belotto (2003), que caracteriza o processo como uma “emancipação conservadora”. Apesar das tentativas do grupo dominante paranaense tradicional (compostos pelos tropeiros, fazendeiros, comerciantes e ervateiros) em emancipar a região, eles não tinham força política suficiente para enfrentar os paulistas na Câmara Provincial e as suas forças econômicas eram descentralizadas, sendo necessária a intervenção Imperial para a separação, ou seja, ela acabou acontecendo de cima para baixo.

A emancipação do Paraná fortaleceu politicamente o Império. Geopoliticamente, ela enfraqueceu São Paulo ao dividi-lo, bem como construiu um importante aliado na luta contra os liberais de São Paulo e Rio Grande do Sul. Politicamente, tal ação levou à diminuição da influência do movimento liberal paulista na região do Paraná, em que muitos dos seus membros passaram a apoiar a política imperial. A criação da província levou, conseqüentemente, à ampliação da quantidade de representantes políticos regionais na Assembléia Geral Imperial, e os do Paraná tenderam a engrossar as cadeiras conservadoras que apoiavam o Império.

A década de 1870 foi também bastante produtiva economicamente para a região, havendo o auge da comercialização da erva mate para os países vizinhos.

Contudo, o status de província para o Paraná foi apenas o primeiro passo para a formação do estado, pois mesmo após 1853, o Paraná teve que lidar com diversos problemas fronteiriços.

Para que os habitantes do estado do Paraná passassem a se identificar como parte de uma comunidade paranaense, era necessário que um imaginário próprio e único fosse constituído, ou seja, que eles se imaginassem a partir de então como paranaenses. A transição de um grupo populacional heterogêneo para uma nação depende do compartilhamento das unidades: territorial; lingüística; étnica; econômica; cultural e histórica. Em cada um desses elementos está inserida uma série de imagens que compõem o imaginário de uma nação. O problema de muitas análises com relação à formação das nações é que elas procuram estabelecer uma dessas unidades como o marco original para o surgimento das mesmas, sem perceber que apenas juntas é que elas conseguem estabelecer o imaginário nacional. Ao definir as nações, Joseph Stalin (1994) destaca que elas são construções históricas que só existem com a união dos seguintes elementos partilhados entre seus membros: idioma; território; vida econômica e uma cultura comum.

A nation is a historically constituted, stable community of people, formed on the basis of a common language, territory, economic life, and psychological make-up manifested in a common culture [...] It is only when all these characteristics are present together that we have a nation. (STALIN, 1994, p.20-21)

A discussão apresentada pelo autor russo destaca a necessidade da união desses diversos elementos, que só é possível com a constituição dos imaginários coletivos. No entanto, é preciso incluir o elemento étnico na discussão, presente invariavelmente nos estudos sobre nação e fundamental para a compreensão da constituição da comunidade paranaense.

Dentro de um modelo de nação estabelecido entre os europeus oitocentistas, encontra-se a defesa de línguas e de etnias únicas, específicas de cada grupo, como elementos de distinção e orgulho. Característicos pelo forte apelo imagético e discursivo que têm, seus argumentos foram explorados por Eric Hobsbawn (2002). A etnicidade, dentro da idéia de nação, é representativa muito mais pela diferença que ela estabelece entre “nós” e “eles”, do que pelas semelhanças físicas entre os membros, pois, como afirma Hobsbawn (2002), o que constrói o reconhecimento das

pessoas com um grupo social é a cultura e não a genética. Como destaca o historiador inglês, mesmo as nações européias que afirmam ter uma homogeneidade étnica, são bastante heterogêneas graças aos constantes processos migratórios da região.

Os idiomas nacionais, por outro lado, somente foram possíveis graças a projetos estatais de homogeneização das línguas a partir da educação e da sua implantação nos documentos e processos oficiais. Ou seja, dentre diversas línguas e dialetos existentes em um território delimitado declarado Estado, um foi eleito como oficial a partir da conveniência, seja por ser o mais utilizado em documentos oficiais, no comércio, na capital do Estado ou do grupo dominante.

Ainda que o indígena fosse o grupo étnico original do Paraná, nos primeiros anos do século XX há uma tensão entre qual o elemento original para construção do paranaense ideal. Alguns defendiam os valores indígenas como originais, outros os valores atribuídos ao imigrante ideal e alguns aos elementos naturais da terra como o pinheiro do Paranismo. Por vezes esses elementos aparecem juntos, se complementam.

O idioma ganha importância no contexto paranaense quando se torna instrumento da expressão cultural da unicidade de um grupo social, com a construção de uma literatura própria, seja ela artística, com romances e poemas, ou através da escrita de uma história particular, com o *Instituto Histórico Geographico Paranaense*. O destaque apresentado por Benedict Anderson (2005), com relação à questão idiomática, está ligado à importância da imprensa no processo divulgação dos novos idiomas. As observações de Anderson e de Hobsbawn são relevantes para destacar a importância das instituições no processo de formação das nações, tais como a imprensa, as escolas, ou os institutos de pesquisa.

Apesar de diversos esforços desde 1829 para povoar o território com imigrantes, pouco havia sido explorado do Paraná até a Proclamação da República. O incentivo à imigração européia foi ampliado a partir do início do século XX, embasado nas idéias de eficiência e de eugenia (SCHWARCZ, 2001) presentes na sociedade brasileira do período. Acreditava-se que a mão de obra européia traria o avanço da nação brasileira, à medida que a população nacional fosse mais branca, diminuindo a presença de negros, mulatos e índios, grupos considerados raças inferiores não desenvolvidas. O processo de povoamento das matas paranaenses não evitou que parte do território paranaense fosse contestado por Santa Catarina,

uma disputa que se acirrou com a Guerra do Contestado (1912-1916), apesar da pouca relação que esta tinha com as questões políticas de limites, embora ocorresse no local da disputa.

Apesar de todo um discurso sobre imigrante ideal, como aquele que traria o progresso, que preencheria os vazios demográficos existentes no Paraná com uma mão de obra qualificada, o que se pode perceber é que eles trouxeram também muita instabilidade (BEGA, 2001; LAMB, 1998; VASCO, 2006). Todos que aqui desembarcavam, traziam suas tradições, seus costumes e suas rivalidades, que provocaram inúmeros conflitos tanto na província como depois no estado.

Esse processo foi fomentado a partir de duas características do Estado brasileiro no período: o tipo de federalismo adotado e o regionalismo que dele derivou. A monarquia brasileira, em seus últimos anos, esteve profundamente associada à escravidão e, conseqüentemente às noções de atraso, de arcaico e antiquado, com uma sociedade que passava a ser influenciada pelos exemplos de progresso e civilização. Essas questões fizeram com que a República se apresentasse como a única maneira de inserir o Brasil no caminho do progresso esperado para o século XX. Sua transição para um sistema republicano presidencialista seguiu, no entanto, uma tendência diferente dos demais países latinos: enquanto a maioria seguia modelos centralizadores de poder, a constituição brasileira de 1891 descentralizava ao dar poderes fiscais e financeiros aos estados da federação. Tal processo se estendeu até 1930, quando as diversas crises financeiras mundiais e das estruturas políticas internas levaram à retomada da centralização no país.

Portanto, como estabelece Joseph L. Love (1993), o federalismo é um sistema de governo no qual o governo federal é responsável pelas questões de ordem nacional, e delega poder às demais unidades da federação, em que o governo local têm as seguintes funções: legislativa ; de controle fiscal e financeiro; de assinar acordos comerciais e de obter empréstimos internacionais. O federalismo nestes moldes pode produzir um tipo de comportamento político denominado regionalismo, no qual as unidades da federação reconhecem e aceitam a existência de uma unidade maior, tanto política como identitária, mas constituem-se autônomas o suficiente para poderem desenvolver características políticas e culturais próprias, que as diferenciem das demais unidades da federação:

Por el contrario, el regionalismo es una pauta de comportamiento político característica de un régimen federal. En éste los actores regionales aceptan la existencia del Estado-nación mayor, pero buscan el favoritismo económico y las prebendas políticas de la unidad política mayor, incluso a riesgo de poner en peligro el propio régimen político. En Brasil, durante la etapa estudiada, los estados eran las unidades cohesionadas de la organización política: los partidos permanentes existían sólo a nivel estatal y además sólo en algunos estados. Para 1910 tres de las 20 unidades de la federación – São Paulo, Minas Gerais y Rio Grande do Sul – representaban más de la mitad del voto nacional total en las importantísimas elecciones presidenciales directas y aportaban una parte similar del producto físico bruto según el censo de 1920. Además, la riqueza y los poderes fiscales de los tres estados les proporcionaban fuerzas policíacas paramilitares disciplinadas que podían impedir la intervención armada del gobierno federal, tal frecuente en las otras 17 unidades gubernamentales. En efecto, estos tres estados eran regiones políticas en sí mismo, aunque el término también puede aplicarse a los grupos de estado “satélites” contiguos que ocasionalmente intentaban actuar en concierto. Entre los estados relativamente ricos y poderosos de las regiones del centro-sur y del extremo sur y las unidades pobres y sin poder, en su mayor parte ubicadas en el noreste y el norte, había tres actores “ocasionales” en la política presidencial y federal: los aparatos políticos dominantes de Río de Janeiro, Pernambuco y Bahía. Este último estado, debido a su gran número de votantes, empezó como un estado importante en las elecciones de la década de 1890, pero experimentó un declive secular por la debilidad de su economía. El auge de Río Grande y el ocaso de Bahía, hacia 1910, así como la fuerza resistente de Minas y São Paulo, pueden observarse en las políticas prebendas federales durante la Primera (o Vieja) República (1889-1930). (LOVE, 1993, p.181-182)

A partir da análise de Love, é possível perceber que os estudos sobre o regionalismo seguem duas tendências. A primeira é a ênfase nas regiões politicamente representativas no período estudado, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A segunda tendência é a ênfase dada à dimensão política do processo, sem levar em consideração a sua dimensão cultural.

Este trabalho toma por base que as identidades nacionais são mediações entre as identidades políticas e culturais dos grupos sociais. Portanto, o regionalismo permitiu um tipo específico de comportamento político e cultural das sociedades dos estados brasileiros durante a Primeira República. Parafraseando Maria Arminda do Nascimento Arruda (1999) ao tratar a mineiridade, para entender a identidade paranaense a partir do regionalismo faz-se necessário o entendimento do imaginário paranaense na vida política e cultural do Brasil.

1.3 PARANISMO: O NACIONALISMO PARANAENSE NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO E DA COMUNIDADE PARANAENSE

No Paraná, um dos poucos temas amplamente estudados, discutidos e conceituados pela história e pela sociologia é o paranismo e, conseqüentemente, o movimento paranista. Uma excelente revisão da temática e diferenciação dos dois termos foi desenvolvida por Luis Afonso Santuri (2007) em *Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites*⁵. Para este trabalho, bastam algumas considerações sobre o tema, tendo o trabalho de Salturi como suporte teórico.

O *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* está inserido tanto no contexto do paranismo, quanto do Movimento Paranista, pois abarca os anos de 1900 à 1930. Por paranismo, entende-se o processo político-cultural de construção e reconstrução da identidade regional paranaense. O Movimento Paranista surgiu e se extinguiu na década de 1920 e foi desenvolvido pelos artistas e literatos que procuraram dar uma dimensão simbólica ao estado. Ele teve como meio de expressão as instituições que surgiram, as obras literárias e de artes plásticas, além das diversas publicações periódicas, muito comuns no início do século.

Para Hans Kohn (1999, p.31) “O nacionalismo é um credo político que está por trás da coesão das sociedades modernas e legitima sua asserção de autoridade”. Isso significa que antes de mais nada ele é um fenômeno político que visa legitimar um poder constituído. Ernet Gellner (2003), em seu livro *Naciones y nacionalismo*, entende que a ascensão do nacionalismo está intimamente ligada à

⁵ No terceiro capítulo da dissertação, o autor faz uma revisão dos principais autores que já discutiram sobre o tema. Uma das primeiras pesquisas sobre o paranismo foi a de Ruben César Keinert (1978). Voltada para a compreensão do regionalismo e o anti-regionalismo no Paraná como parte da reprodução do capitalismo nacional, o pesquisador destacou o processo de construção da identidade paranaense a partir da dimensão política, estabelecida a partir dos interesses das idéias do grupo dominante paranaense, garantindo assim o controle dos aparelhos de estado nas mãos dos grupos dominantes. Keinert foi um dos primeiros autores a tratar o paranismo como um movimento de construção de identidade, caracterizando-o como um regionalismo, uma ideologia necessária para a preservação do estado do Paraná e das relações de produção nele presentes. Ele optou pelo materialismo histórico, enfatizando as relações econômicas e ideológicas. Do ponto de vista cultural, Luis Fernando Lopes Pereira (1998) desenvolveu um estudo demonstrando ser a identidade paranaense um constructo artístico e cultural dos artistas e intelectuais paranaenses da Primeira República, um processo influenciado pelo republicanismo e pelo federalismo, que favoreceram as idéias regionais. O diálogo proposto pelo autor entre a história e a antropologia, permitiu desvendar os mitos, os símbolos, o imaginário e a invenção de tradições, propostos aos paranaenses pelos paranistas. Porém, Luis Fernando Lopes Pereira deixa bem claro que não concorda em classificar o Paranismo como um movimento ideológico, opondo-se às conclusões de Rubem César Keinert ao afirmar que interpretar a identidade paranaense como uma construção das classes dominantes é reduzir o movimento a uma resposta no campo ideológico da dominação de classes.

sociedade moderna e à industrialização, servindo aos interesses da burguesia. No entanto, para Anthony Giddens (1984, p.125), o surgimento do nacionalismo está ligado ao do Estado-nação, compreendido como monopolizador da violência que permite com que ele administre seu território: “A formação dos modernos Estados-nações esteve fortemente relacionada ao surgimento de sentimentos nacionalistas. O nacionalismo pode ser definido como sentimentos compartilhados de adesão a símbolos que identificam os membros de uma certa população como pertencentes à mesma comunidade global”.

Benedict Anderson (2005) e Eric Hobsbawn (2002), apesar de terem perguntas de pesquisa diferentes quanto à constituição das nações, concordam que elas são construções imaginadas, históricas e essenciais para explicar o fenômeno do nacionalismo, pois é dele que elas surgem.

Esses autores possibilitaram definir que, durante os séculos XVIII e XIX, os movimentos nacionalistas surgiram no noroeste europeu e na América do Norte, procurando construir nações e identidades nacionais para os povos daquelas regiões. A coesão social e a idéia de nação que esses movimentos nacionalistas puderam proporcionar foram essenciais para o estabelecimento de um novo modo de legitimidade estatal burguesa, baseada na vontade popular, diferentemente da legitimidade estatal real baseada na vontade divina vigente até então. O nacionalismo, portanto, é visto por muitos de seus estudiosos como uma ideologia política, ou seja, um conjunto de idéias e sentimentos coletivos que expressam a vontade de um determinado grupo político, que habita um mesmo território e se auto-intitula uma nação, em permanecer unido e se autodeterminar. Essas idéias estão acima das ideologias partidárias, pois visam à união de um grupo de pessoas em território, idioma, cultura e tradição sob o signo de povo ou de nação. Identidades nacionais ou regionais, pelo caráter estatal que apresentam, são construídas a partir das idéias dos grupos dominantes e das instituições que formam o Estado, através das quais são divulgadas como homogêneas a toda a sociedade.

Dadas as características culturais presentes no movimento paranista, este trabalho priorizará um conceito mais amplo de nacionalismo, dado por Benedict Anderson (2005, p.23-24), que afirma ser esse um fenômeno mais amplo do que uma ideologia. O autor caracteriza o fato nacional e o nacionalismo como:

[...] artefactos culturais de um tipo especial. Para os compreendermos bem temos de analisar atentamente o seu aparecimento histórico, as alterações sofridas pelos seus significados ao longo do tempo e a razão por que, hoje em dia, possuem uma legitimidade emocional tão profunda. Tentarei argumentar que a criação destes artefactos em finais do século XVIII foi a destilação espontânea de um complexo “cruzamento” de forças históricas discretas, mas que, uma vez criados, se tornaram “modulares”, passíveis de transplantação, com maior ou menor grau de consciência, para uma grande variedade de terrenos sociais, para integrarem e serem integrados numa série de constelações ideológicas e políticas igualmente variadas. Procurarei também demonstrar as razões por que estes artefactos culturais específicos provocam uma adesão tão profunda.

O movimento paranista foi importante, pois contribuiu para a solidificação das idéias do paranismo, da formação territorial, social e cultural do Paraná e os esforços para homogeneizar uma população em grande parte imigrante em torno do ser paranaense, além de assegurarem a autonomia e a liberdade adquirida pelo Parana após sua constituição como província. Ele possibilitou a permanência dos ideais dos grupos dominantes tradicionais, tais como ervateiros do mate, aos madeireiros e aos pecuaristas, mesmo depois do surgimento de novos grupos políticos atuantes no estado. O paranismo levou à perpetuação desses ideais no imaginário paranaense, tais como o republicanismo, positivismo, liberalismo, anticlericalismo, além do próprio conceito de modernidade, que se manteve no Paraná ao longo do século XX.

Além dos estudos de Salturi (2007), há um segundo estudo que merece ser observado. A pesquisa de Geraldo Leão Veiga de Camargo (2007), em *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná 1853-1953*, demonstra que, apesar do grande desejo e incentivo pela imigração branca, de origem européia, o processo de inclusão dos novos grupos se deu de maneira conflituosa, em que os estabelecidos brasileiros procuraram manter seu status enquanto os imigrantes angariavam postos políticos, econômicos e sociais. Como os trabalhos dos dois estudiosos apontam, enquanto os intelectuais do período eram de estabelecidos brasileiros e exprimiam em suas obras e nas instituições que participavam ideais que lhes garantissem a manutenção do poder e das suas idéias, os artistas plásticos de origem imigrante traziam novos elementos para a construção da identidade paranaense.

Todos os pensadores que estudaram o paranismo e o movimento paranista, pouco se dedicaram ao estudo dos aparelhos de Estado, em especial o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Todo processo que envolve identidades políticas, sejam elas nacionais ou regionais, envolvem uma valorização do histórico

e do geográfico, e com o paranismo não procedeu de maneira diferente. Fundado e freqüentado por luso-brasileiros, o *IHGP* expressou uma ação política de manutenção do poder a partir da produção dominante de idéias que fossem hegemônicas na sociedade. No capítulo a seguir, é discutido quem são os membros do Instituto no período estudado.

2 OS PROJETOS PARA O INSTITUTO

O estudo das relações entre instituições e poder podem revelar perspectivas distintas sobre a organização e o funcionamento das sociedades. No entanto, através das instituições, também é possível compreender o pensamento e a imagem de mundo que ao longo do tempo uma sociedade constrói e reconstrói. Esta pesquisa pretendeu ultrapassar a questão funcionalista das instituições, procurando explorar os imaginários, os motivos e os projetos que levam as sociedades, em um determinado momento, a constituí-las.

Os institutos históricos e geográficos de que esta dissertação trata, são instituições científicas que surgiram na Europa do século XIX para legitimar os discursos de civilização e de nação. O Brasil, sendo um país de intensa influência européia, também fundou seus próprios institutos históricos e geográficos, nacionais e regionais.

No Paraná, as instituições de caráter científico foram fundadas a partir da emancipação política, em 1853, como *Archivo Público* em 1855, e se intensificaram com a proclamação da República e com a organização política de caráter federalista que o país se constituiu, com, por exemplo, a fundação da *Universidade do Paraná* em 1912. A instituição científica de caráter histórico e geográfico do Paraná da qual se trata esta dissertação foi fundada em 1900 e ainda hoje segue ativa, o que não significa que continue sendo a mesma do início do século. Tais instituições sofreram diversas mudanças ao longo do século XX, acompanhando as transformações históricas, sociais e econômicas do estado do Paraná.

Analisando respectivamente o Instituto, é possível estabelecer três fases principais.

A primeira vai de sua fundação até 1946, em que denominada como *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, a instituição sofreu com anos de inatividade aparente, de tentativas de reorganização e de consolidação de uma publicação periódica. Durante essa fase, utilizou para suas reuniões a Biblioteca Pública fundada em 1859, e a biblioteca do Clube Curitybano, fundado em 1881.

A segunda fase se inicia em 1946, quando Romário Martins assume o compromisso de consolidar definitivamente o Instituto, mudando seu nome para *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* e passando a promover suas reuniões nas dependências de sua casa, na Rua Cruz Machado, número 269.

Com a morte de Martins, em 1948, ele foi aclamado como patrono do Instituto e seu presidente perpétuo a partir do novo estatuto, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária em novembro do mesmo ano. O Instituto seguiu suas atividades nas dependências do Círculo de Estudos Bandeirantes até a finalização da construção da sede própria em 1959, na Rua José Loureiro, número 43, em um terreno doado pela prefeitura de Curitiba.

A sua terceira fase se iniciou em junho de 1999, quando foi aprovado o estatuto que está em vigor, e passou a ser denominado *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná* e segue até hoje.

Essa divisão, no entanto, é meramente didática, pois, para entender o Instituto e as transformações que sofre desde a sua fundação aos dias atuais, é preciso entender o motivo pelo qual foi fundado, qual projeto ou projetos que a elite dominante apresentava a sociedade e como eles se transformaram ao longo do tempo. A partir de tal premissa, este estudo pretende desvendar o que possivelmente seja a primeira fase do Instituto, que vai de sua fundação até 1930, quando a Primeira República e o seu modelo de federalismo chegam ao fim.

Esse período foi responsável pela construção do imaginário paranaense e do Ser paranaense que se consolidará ao longo do século XX. Isso não significa que este tenha sido um processo linear e homogêneo. Ele se constituiu de muitas tensões e interesses distintos, tensões essas exploradas neste capítulo, a partir dos dois projetos estabelecidos para o Instituto. O primeiro projeto, aqui denominado de político, procurará explorar os elementos temporais e espaciais para reconstruir as condições em que se encontravam os fundadores da instituição bem como o Paraná, no período da fundação do Instituto. Assim, contextualizam-se as necessidades e os anseios dos habitantes do estado no início do século XX. Para tanto, serão utilizados dissertações e teses sobre o Paraná, relevantes estudos sobre o período e os primeiros censos demográficos elaborados pela república.

O segundo, explícito, que o formaliza e o institucionaliza foi abordado a partir de dois documentos oficiais: o Estatuto, escrito em 1900 por Romário Martins, Camilo Vanzolini e Dario Vellozo, e o primeiro texto oficial publicado nos *Boletins do IHGP Histórico e Geographico Paranaense*, em 1917, em que consta a ata de fundação e o discurso de Romário Martins sobre o surgimento da instituição.

O trabalho exigido para o *IHGP*, de coleta de dados sobre o Paraná, elaboração de pesquisas e produção científica, foi um dos instrumentos encontrados pelos intelectuais do período estudado para diferenciar o estado do Paraná das demais unidades políticas da federação, mantendo assim a legitimidade de sua autonomia política. Ao mesmo tempo, ele possibilita a construção de laços de solidariedade entre os habitantes tão dispares que passaram a compor o território do estado. As distintas nacionalidades dos imigrantes deixam de ser relevantes a partir do momento em que todos estão inseridos em um projeto maior de progresso e de futuro comum para o Paraná.

A contradição entre o projeto de ação do Instituto e a sua realidade prática precisa ser repensada, para que uma avaliação mais justa possa ser elaborada quanto a sua efetividade.

2.1 PROJETO POLÍTICO

Nos seus estudos, Aparecida Vaz da Silva Bahls (2007) e Etelvina Maria de Castro Trindade (1997) perceberam que a identidade paranaense que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX tem como características principais a valorização do período após a emancipação e a sub-valorização do elemento indígena. Segundo as autoras, esta escolha temporal por parte dos intelectuais da época se dá como um meio de legitimação da emancipação política e pela valorização da cultura luso-brasileira, pertencente ao grupo encarregado de construir a identidade e a história paranaense. Tais definições condizem inclusive com as publicações feitas pelo Instituto, estudadas no capítulo 4.

Estes elementos são parte do projeto de qual passado o grupo dominante queria para o estado. As condições exploradas a seguir revelam os conflitos, as angústias e os desafios que esse grupo teve que enfrentar. O projeto de construção de uma identidade para o estado foi uma necessidade estrutural para a consolidação do território, e uma necessidade social, para minimamente homogeneizar os grupos sociais nele presentes.

2.1.1 Questões geopolíticas

O processo de emancipação política do Paraná fez parte de uma estratégia geopolítica do governo Imperial para ampliar seu poder na região e ao mesmo tempo impedir que as forças antagônicas vindas do Rio Grande do Sul se unissem às de São Paulo. Mesmo assim, ele não foi capaz de definir a contento, todos os limites e fronteiras da região, sendo eles uma das principais preocupações dos membros do Instituto e dos políticos paranaenses do início do século XX. Um dos motivos é o fato de ser a definição física da região um fator importante para que os seus habitantes identifiquem como um primeiro elemento de diferenciação com as demais unidades do estado brasileiro, constituindo assim os primeiros elementos da identidade regional paranaense do período.

Com a Proclamação da República, a preocupação com os espaços geográficos continuou sendo uma das prioridades do governo central. Por todo o país, diversas revoltas despontaram, dentre elas a Revolução Federalista (1893-1895), um conflito em que novamente o Paraná foi um importante aliado do governo na manutenção do poder.

Após a proclamação da República, militares de todo o país divergiram quanto à forma que o novo governo deveria tomar. Enquanto os cafeicultores de São Paulo se articulavam para angariar o posto de grupo dirigente do país, o exército produzia a coerção sobre as demais regiões e mantinha a ordem e as dimensões territoriais do Brasil. Das divergências que ameaçaram a estabilidade do regime republicano surgiu no sul do Brasil a chamada Revolução Federalista.

No Rio Grande do Sul, grupos políticos insatisfeitos com o governo de Júlio Prates de Castilho, presidente do Estado a mando do governo central, uniram-se na defesa dos ideais *federalistas* e desencadearam um conflito armado que envolveu os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O apoio à monarquia no Paraná restringiu-se ao período em que o regime foi vigente. Tão logo a República foi instaurada, muitos políticos paranaenses passaram a apoiar o novo regime em busca da manutenção de seus postos de poder. Dentre eles, destaca-se o grupo de Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907). Nas eleições de 1893, Vicente Machado foi eleito vice-presidente do estado, mas assumiu a presidência por conta da Revolução Federalista. Independente das suas ações tomadas ao longo da revolução, o fato é que ela lhe foi bastante benéfica,

pois possibilitou maior notoriedade junto ao governo central e possibilitou a eliminação de concorrentes políticos, como o Barão do Cerro Azul.

A participação do Paraná no conflito ao lado do governo republicano foi decisiva para a vitória das forças do Rio de Janeiro. Na cidade da Lapa, ocorreu o certo considerado um dos últimos palcos do conflito entre Republicanos e Federalistas. Durante os 26 dias a cidade esteve cercada e foi capaz de conter os avanços dos Federalistas até a chegada das tropas governamentais a região.

Algumas disputas territoriais se acirraram nos primeiros anos do século XX, em especial com relação à Santa Catarina e São Paulo. Os limites com os paulistas só foram definidos pela Comissão de Fronteiras instaurada em 1919, e pelo laudo produzido pelo Dr. Epiáfio Pessoa, em 15 de julho de 1920, 67 anos após a emancipação.

A primeira delimitação a Oeste com relação à região Argentina veio do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, que definia os pontos geográficos fronteiriços, como os rios Uruguai, Paraná e uma parte do Iguaçu. Em 1857, o Estado brasileiro aproveitou a guerra civil argentina para renegociar os limites a partir dos rios Peperi-Guaçu. A discussão, que ganhou o nome de *Questão de Palmas*, se estendeu até a solução através do instrumento internacional da Arbitragem, feita pelo presidente estadunidense Grover S. Cleveland que em 1895 considerou de posse brasileira os 30.621 km² disputados a partir da posse por ocupação. Segundo Censo Demográfico de 1890, havia na região 5.763 brasileiros e 30 estrangeiros, nenhum desses de nacionalidade argentina (WACHOWICZ, 2002).

A disputa mais delicada e da qual os intelectuais paranaenses no início do século XX dedicaram maior investigação foi com relação às fronteiras com Santa Catarina, um estado tão incaracterístico quanto o próprio Paraná no período. Quando da emancipação da província, as fronteiras ao sul do Paraná estendiam-se pelos rios Saí-Guaçu, rio Negro, rio Preto, a nascente na Escarpa Geral e do rio Marombas, pelos rios Canoas e finalmente pelo rio Uruguai, fazendo fronteira com a argentina e com o Rio Grande do Sul. Mas tal demarcação não fora formalizada, abrindo brecha para disputas.

A constituição de 1891 acabou dificultando a situação ao definir que os casos de fronteiras dos estados da federação deveriam ser resolvidos de maneira política e não jurídica. Assim, iniciou-se uma discussão baseada em interesses, instituições, discursos e documentos. No ano de 1897 o Paraná instaurou uma comissão para

estudar os direitos do estado, que incluíram viagens de seus membros até Portugal em busca de documentos. Romário Martins foi um dos intelectuais empenhados em reunir documentos, viajando algumas vezes para São Paulo e Rio de Janeiro para suas pesquisas. A própria fundação do Instituto tem por função recolher documentos que provem os limites do estado. Como destaca Martins (1917, p.7), no seu discurso de fundação do *Instituto Histórico e Geographico Paranaens*:

Com o Estado tem elle [o instituto], de prompto, um grave compromisso. É o de tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos, para a exacta determinação official dos nossos limites com Santa Catharina.
E quem sabe! Se á associação que hoje se instala, tão modertamente, não estarão reservadas nesse sentido as mais sérias missões e as mais brilhantes victorias!

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul trouxe a valorização da região então contestada entre Paraná e Santa Catarina. Em 1901, a influência dos deputados catarinenses no cenário federal fez com que o Paraná fosse colocado no banco dos réus, mesmo a questão não sendo de competência do Supremo Tribunal Federal.

Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa para Santa Catarina. Os paranaenses recorreram da decisão em 1909 e 1910, sem sucesso. A decisão só não foi executada de imediato porque o Juiz Federal de Curitiba, João Batista da Costa Carvalho, membro auxiliar do *IHGP*, concordava com a posição paranaense da necessidade de uma lei federal para a concretização da decisão.

Parte da região em litígio tinha grupos políticos que viam no Paraná maiores possibilidades de participação política e de que suas demandas fossem atendidas do que em relação à Santa Catarina. Quando a decisão foi dada como favorável ao estado catarinense, muitos deles protestaram e chegaram a cogitar a possibilidade da formação de um estado independente para a região, denominado *Estado das Missões*, apoiados inclusive pelos políticos paranaenses. Segundo Wachowicz (2002) a tensão cresceu ao ponto da quase deflagração de um conflito armado e a intervenção do governo federal na questão. Após os conflitos e as negociações, o acordo em 1916 definiu que o Paraná mantivesse 20.000 km² do seu território que estava em disputa, mas perdesse 28.000 km² para Santa Catarina.

Todas essas questões de disputa e reafirmação geográfica constituíram parte do imaginário paranaense e se refletiram na produção do *IHGP*, pois o imaginário se

apóia em fatos concretos, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou, como no caso, geográficos. A maioria dos artigos publicados nos *Boletins do IHGP Histórico e Geographico Paranaense* têm como temática principal questões ligadas a limites, dimensões das cidades e suas características físicas. Rios, petróleo e estradas também estão entre os temas publicados, que tratam a exuberância natural e das características geográficas de um estado que busca se reconhecer em suas características físicas. Esses textos são trabalhados com mais atenção no capítulo 4.

A ênfase do elemento geográfico levou-o ao status de fundador da identidade paranaense, junto com o ideal imigrante. Os intelectuais paranaenses no início do século XX, ao valorizarem o imigrante, o espaço e das riquezas naturais, depositaram suas esperanças num futuro de crescimento e prosperidade para o estado, e um modelo para a nação.

No entanto, há uma tensão entre o ideal de imigrante, valorizado e pensado a partir dos princípios de civilização, progresso e branqueamento da população, com a realidade conflituosa que a chegada de grupos das mais distintas nacionalidades provocou no estado. Um conflito de projetos para esses imigrantes, que deveriam vir para ocupar os vazios geográficos e substituir a mão de obra escrava, a realidade dos agrupamentos étnicos nos grandes centros. Como destaca Maria Tarcisa Silva Bega (2001, p.108-109):

Enquanto a grande maioria permanecia confinada nas colônias, era louvada pela população natural, que elogia o labor dos imigrantes frente à mão-de-obra escrava. Porém, muitos desses imigrantes traziam experiências de trabalho urbano como artesãos, pequenos industriais ou comerciantes e buscam se implantar na cidade. Isso gera um foco de tensão permanente com os luso-brasileiros, fruto do choque de conhecimentos técnicos dominados pelos imigrantes e seus hábitos culturais, que se manifestam nas diversas formas associativas em clubes culturais de preservação dos costumes, em jornais escritos em alemão, italiano e polonês.

2.1.2 A questão social: história e etnologia

Para pensar a questão social no Paraná do início do século, uma das maneiras é reconstituir as problemáticas centrais do período a partir dos objetivos da pesquisa, levando em consideração os estudos históricos e sociais desenvolvidos contemporaneamente sobre o período, combinados com os dados empíricos dos

primeiros censos demográficos feitos na região. Um dos poucos estudos desenvolvidos a partir desses dados foi feito por Romário Martins em seu livro *Quantos somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povo do Paraná*, publicado em 1941. Baseado nos primeiros censos da República, publicados em anuários em 1908 e 1936 e disponíveis no site do IBGE⁶, ele destaca no capítulo III de seu livro os elementos étnicos, e aqui se lê imigrantes, que passaram a compor a população paranaense ao longo das décadas.

No site do IPARDES, é possível encontrar informações de como a população do estado do Paraná sendo composta por descendentes de várias etnias, em que são destacados os italianos, os alemães, os poloneses, os ucranianos, os holandeses, os espanhóis, os japoneses e os portugueses, os grupos africanos e indígenas não figuram na lista dos grupos étnicos presentes no estado, ainda hoje. Isso se deve a valorização do elemento imigrante no início do século XX no Brasil e em especial no Paraná. Como destacam em seus trabalhos Maria Tarcisa da Silva Bega (2001), Luis Afonso Salturi (2007) e Luis Fernando Lopes Pereira (1998), o movimento paranista nas letras e nas artes plásticas valorizou o elemento estrangeiro na sociedade paranaense, considerado como o portador da civilidade e do desenvolvimento para o Paraná. Inclusive o termo Paranista, é explicado pelos autores como escolhido por abranger não apenas os nascidos no estado, mas todo aquele que com ele e com o seu desenvolvimento se identificasse.

O fato é que, a população paranaense pulou de 126.722 habitantes em 1872 para 327.136 habitantes em 1900, sendo que destes, 45.134 eram de origem estrangeira. Em 1920, a população nascida no Brasil e, residente no Paraná era de 622.601 habitantes e os de origem estrangeira contabilizavam 62.753 habitantes, sendo que 357 constam com a nacionalidade ignorada. Pouco mais de 10% da população era declaradamente estrangeira, enquanto que muitos dos declarados como brasileiros eram na verdade de primeira ou segunda geração de imigrantes nascidos em solo nacional. Isso fez com que a população de origem européia seja multiplicada. No capítulo V de seu livro, Martins relata algumas estimativas elaboradas por pensadores de sua época sobre a descendência de estrangeiros no

⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou no ano de 2008 no site <http://www.ibge.org.br>, os dados estatísticos do Brasil no século XX, que até então constavam apenas nos Anuários Estatísticos do Brasil, publicados entre 1916 e 2000. Esses dados e mais algumas publicações históricas feitas pelo IBGE foram comercializadas através do CD-ROM denominado *Estatísticas do século XX*.

Paraná, mas, como ele mesmo ressalta, nenhuma conclusão é possível por falta de dados específicos sobre a temática.

Dentre os primeiros imigrantes entre 1829 e 1934, os grupos étnicos destinados ao Paraná foram os alemães, os russos, os poloneses, os ucranianos e os italianos. Enviados para colônias⁷ no interior do estado, sem infra-estrutura ou qualquer outro apoio do governo, muitos acabavam deixando os territórios para onde eram destinados e produzindo um segundo movimento dentro do Brasil, a migração para as regiões centrais do estado e para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Essa realidade de uma população profundamente heterogênea acaba se refletindo nos diversos setores da vida social, como na cultura e na política. Segundo os dados do Censo Demográfico referente ao ano de 1912, dos 43 periódicos publicados no Paraná, três eram em alemão e seis em polonês, como a *Gazeta Polska W Brazylji*, fundada em 1892 e o *Kompass* de 1902 (ver Tabela Anexo 1). No exemplar de 1899 da revista anual *Almanach do Paraná*, que tinha Romário Martins como redator, consta uma relação de jornais e revistas publicados no Paraná desde a sua instalação como província que ultrapassa o Censo nacional. São 104 títulos em Curitiba, 21 em Paranaguá, 2 na Lapa, 4 em Antonina, 5 em Castro, 1 revista para cada uma das cidades de Guarapuava, Palmeira, Xapecó e Ponta Grossa e Campo Largo. Nesta relação de 1899, há duas publicações em italiano: *A Itália* e *Correio da Itália*.

Se por um lado, o grupo dominante tradicional paranaense teve que lidar com a fragilidade territorial pela pouca exploração e pelas questões fronteiriças, por outro, a fragilidade também se configurou do ponto de vista identitário e pela instabilidade social que os imigrantes representaram durante a Primeira República. Apesar de todo um discurso integracionista sobre o imigrante como aquele que traria o progresso, dos bons imigrantes, da mão de obra qualificada, o que se pode perceber é que eles trouxeram também muita instabilidade.

Todos que desembarcavam no estado traziam suas tradições e costumes, que, inevitavelmente causaram conflitos. Robert Edgard Lamb (1998) ao estudar a

⁷ Vale ressaltar que alguns grupos de imigrantes foram estabelecidos ao redor da cidade de Curitiba, formando o chamado “cinturão verde” que tinha como objetivo abastecer a capital do estado com alimentos, pois até então a maior parte era trazida de outras regiões do estado o que gerava um alto custo para a população local.

questão da segurança pública no Paraná entre 1867 e 1882, destaca o elemento nacionalidade como fomentador entre os imigrantes.

A discussão acerca das relações entre imigrantes e a população nacional, suscitada pelos conflitos de 1873, faz fortalecer no projeto de colonização do governo provincial uma estratégia de controle policial das tensões e conflitos que se acreditava originados por questões de nacionalidade. (LAMB, 1998, p.29)

O trabalho de Lamb revela outro lado da imigração. Muitos dos que desembarcaram no Paraná, vieram cheios de promessas, algumas expressas em contratos de trabalho, outras fantasiosas sobre a riqueza da região, que não foram cumpridas. E quanto maior as dificuldades que os imigrantes passavam, mais tensão se formava na sociedade, com motins, greves e revoltas.

Mesmo entre eles, os grupos étnicos imigrantes, havia uma série de conflitos, como demonstra Ediméri Stadler Vasco (2006) em seu estudo sobre os trabalhadores na Curitiba de 1890 e 1920. Das de agressões físicas com ferimento, processos de homicídio e de tentativa de homicídio que aconteceram no período, a maioria é entre imigrantes, pelos mais diferentes motivos.

Uma das primeiras formas de participação da vida pública no estado pelos imigrantes foi através de organizações sindicais. Os estudos sobre as greves, as questões sociais e a formalização do mercado de trabalho no Paraná entre 1890 e 1920 feitos por Alcina Maria de Lara Cardoso e de Luis Carlos Ribeiro (1985), demonstram a forte presença de imigrantes envolvidos nos conflitos. Segundo os pesquisadores, esses imigrantes, em especial os italianos, trouxeram da Europa idéias como as anarquistas, socialistas e de participação popular na política:

A vanguarda operária, por exemplo, contava nesse momento com a presença significativa de operários italianos remanescentes da anarquista Colônia Cecília, e com elementos “livre pensadores”, anti clericais e espíritas, imbuídos esses últimos do ideal positivista de “incorporar o proletariado à sociedade moderna” (RIBEIRO, 1985, p.129-130).

Apesar de muitos ideais desses imigrantes serem condizentes com os da maioria dos membros dos grupos dominantes paranaenses, como o anti-clericalismo, o positivismo e a idéia de civilização e de progresso, os objetivos dos dois grupos eram distintos. Trazidos por companhias de imigração para trabalhar na agricultura, muitos desses europeus acabavam abandonando os locais para onde

eram enviados e iam para as cidades. Aqueles com experiência laboral burguesa foram os primeiros a se rebelar, buscando atuações ligadas a indústria e ao comércio.

Apesar de incipiente, já em 1905 podia-se ver uma pequena burguesia agro-industrial se formar no Paraná, com o beneficiamento da erva mate, as serrarias, fábricas de fósforo e a carpintaria. Em geral, um grupo de industriais diretamente ligado ou pertencente ao grupo dominante:

A burguesia rural e urbana paranaense enriquecia e consolidava-se em oposição ao proletariado miserável, formado pelos operários das fábricas, da construção civil, das empresas do setor de serviço, públicas ou privadas [...] A mão de obra operária tinha sua base social nos imigrantes, principalmente italianos, e elementos nacionais. (CARDOSO, 1986, p.91).

As questões sociais fervilharam no Paraná da Primeira República, em que os grupos dominantes tradicionais excluíaam do jogo político os demais setores da sociedade paranaense. As greves que aconteceram na década de 1910 eram vistas como crimes e contravenções. Os líderes da greve de 1917, os italianos Octávio Prado, Caetano Grossi e Bartolo Scarmagnan foram presos e deportados.

A capital paranaense também foi invadida culturalmente pelos imigrantes, seus clubes, seus informativos, seus escritores e seus artistas, tornando a cidade no início do século uma profusão de culturas, línguas e tradições. Aos poucos, esses grupos passaram a se unir em clubes socio-recreativos, tais como: a italiana *Società Italiana di Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele II*⁸ e a Sociedade Thalia, fundada em 1882; o Clube Concórdia dos descendentes germânicos, fundado em 1869 e que apenas após 1915 passou a admitir membros que não falassem o alemão⁹; a Sociedade União Juventus dos poloneses fundado em 1898, dentre outros. Do outro lado, o clube dos luso-brasileiros, o tradicional Clube Curitybano, fundado em 1881, ainda hoje um dos mais renomados da cidade de Curitiba.

Maria Tarcisa Silva Bega (2001) demonstra que ainda no período Imperial, as transformações urbanas e arquitetônicas que a cidade de Curitiba sofreu tiveram influência de imigrantes como do engenheiro francês Pierre Toulouis, responsável

⁸ Fundado em 1901, e após décadas mudou de nome para União Recreativa Cultural Ahú.

⁹ No site oficial do clube há um breve histórico. Endereço: <<http://www.clubeconcordiacuritiba.com.br/>> acessado em 21 de março de 2009.

pelo alinhamento das ruas de Curitiba na década de 1860, e o arquiteto francês Barão de Plat responsável pelo projeto da Igreja Matriz, construída em 1876.

Era preciso integrar os imigrantes à sociedade paranaense e aos ideais do seu grupo dominante, bem como e, acima de tudo inseri-los ao projeto de estado, mas dos ervateiros e pecuaristas. Era necessário que se construísse uma comunidade política em que todos se reconhecessem como paranaenses, não apenas por habitarem o mesmo território, mas por compartilharem de um mesmo imaginário social, de um mesmo destino.

2.2 A CRIAÇÃO DO APARATO INSTITUCIONAL

O *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* está inserido no contexto de um regionalismo que se desenvolveu no Paraná na Primeira República, que buscou criar particularidades ao estado, inseridas a um projeto maior da nação brasileira. Inspirado no *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, fundado em 1838, manteve intenso contato com a instituição nacional, compartilhando ideais, membros e pesquisas.

Ambas as instituições tiveram inspiração no francês *Institut Historique de Paris*, de quem herdaram o projeto civilizador de desenvolvimento, de nação, de unidade nacional, e a inspiração positivista de progresso. Fundado em 1834, o objetivo da instituição parisiense de formar a História da França, levou a concretização de um segundo objetivo, do próprio grupo dominante do Estado francês, de concentrar na capital Paris o maior volume de informações sobre as diversas partes do país para seu melhor controle e manutenção (GUIMARÃES, 1988).

No Paraná não foi diferente. O *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, assim como as demais instituições do período e o próprio paranismo, tiveram a capital Curitiba como pólo centralizador de informações sobre as diversas regiões do estado e, irradiador de uma identidade unitária aos seus grupos populacionais. Assim, a partir da capital, foi possível o controle físico e social do Paraná.

Estas instituições foram fundadas com fins científicos e de maneira não governamental, ou seja, pensadas e constituídas a partir da sociedade civil. No entanto, no Brasil entre os séculos XIX e XX, os membros dos institutos eram parte

do grupo dominante e produziram um diálogo intenso entre os interesses do Estado e a produção das instituições.

No ano de 1827, cinco anos depois da proclamação da independência, surgiu no Rio de Janeiro a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN). Composta por militares, nobres e políticos, a instituição tinha como objetivo fomentar o desenvolvimento industrial do país, através da idéia iluminista de progresso. Foi desse espírito progressista que, no seu interior, segundo Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), surgiu a idéia do *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, voltado para a construção de um passado para a nação, uma alternativa à integração do país, e buscando à centralização das informações sobre as diversas regiões na capital do Império e sede da instituição, o Rio de Janeiro. Seus estatutos, ao longo do período imperial, procuraram estabelecer as principais diretrizes para a formação da história, que envolviam desde uma metodologia de coleta, seleção e organização de dados e documentos, até a elaboração de revistas e livros para divulgação.

A partir das suas relações com o governo central, aos poucos a história construída pelo Instituto tornou-se a oficial do Brasil, sendo publicada em livros didáticos e divulgada pelo país através do sistema público de educação. Logo após a sua fundação, o Instituto Nacional passou a ser financiado pelo Império e apadrinhado pelo Imperador. “Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB” (GUIMARÃES, 1988, p.9). Os interesses da coroa brasileira influenciaram a seleção e o desenvolvimento das pesquisas produzidas, bem como tornou a história produzida pelo Instituto como a História Nacional Oficial do país, sendo o Estado-Nação o centro de toda a produção do Instituto.

Ainda que não houvesse a intenção de transformar o discurso produzido pela instituição em oficial, o fato é que, no recém fundado Colégio Dom Pedro II, muitos de seus professores eram membros do Instituto, pois, “[...] ser professor de uma instituição tão sólida e renomada era sinônimo de competência intelectual, não apenas nos anos imediatamente posteriores à fundação, mas durante todo o período estudado. Muitas vezes, o trabalho junto ao magistério serviu como ponte para a confecção de obras didáticas [...]” (CALLARI, 2001, p.68). Na concepção dos intelectuais da época, a educação era caracterizada como o processo civilizador ao qual os jovens brasileiros necessitavam passar, e a recém história construída fazia

parte da construção da consciência cívica e do imaginário nacional que surgia. Como escreveu Lília Schwarcz (2001, p.99):

Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. [...] unificar a nação significava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos. Com uma composição social semelhante à das academias ilustradas européias, onde os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais, os diferentes centros produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante.

2.2.1 O Estatuto

O instrumento normativo que estabelece as diretrizes do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* é o seu estatuto. Aprovado em Assembléia Geral no dia 3 de julho de 1900, data do início oficial de suas atividades, teve como redatores uma comissão formada pelos membros fundadores Romário Martins, o italiano Camillo Vanzolini e o escritor Dario Velloso. O primeiro estatuto do Instituto foi dividido em cinco capítulos: o primeiro trata dos fins e objetivos da instituição; o segundo estabelece a organização e eleição da diretoria; no terceiro capítulo e estatuto trata dos sócios, dividindo-os entre fundadores, efetivos, beneméritos, honorários, correspondentes e auxiliares; no capítulo quatro, são estabelecidas as regras para a publicação do material selecionado e produzido pelo Instituto. Por fim, no quinto capítulo estão as disposições gerais em que fica estabelecido que o Instituto deverá formar uma galeria com retratos ou busto de paranaenses considerado por eles como “notáveis pela acção decisiva no progresso na civilização do Estado”, uma homenagem que deverá ser póstuma, salvo exceções discutidas em sessões.

Apesar das diversas reorganizações pelas quais passou a instituição de sua fundação até 1930, seu estatuto apenas sofreu alteração em 1948, quando em Assembléia foram aprovadas as modificações que possibilitaram a aclamação de Romário Martins como patrono do Instituto e seu presidente perpétuo e a mudança de seu nome para *Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense*. A segunda mudança significativa que ocorreu ao estatuto foi em 1999, quando em Assembléia Geral Extraordinária foi alterado novamente o nome da instituição para

*Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*¹⁰ e foi aprovado o Estatuto Social vigente atualmente.

Para o objetivo que este trabalho se propõe, do estatuto, destaca-se seu primeiro capítulo, intitulado DOS FINS DO INSTITUTO, seu único artigo seguido por dez parágrafos que definem a instituição.

CAPITULO I DOS FINS DO INSTITUTO

Art.º 1º - O "Instituto Histórico e Geographico Paranaense" propõe-se:

§ 1º - A colligir, estudar, publicar e archivar os documentos que sirvam á historiographia do Paraná, promovendo a diffusão do seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

Seguindo os preceitos positivistas e iluministas da época, o conhecimento válido era aquele produzido a partir de métodos e técnicas científicas, baseado em pesquisas, dados e provas. Nesse sentido, toda história escrita deveria ter a maior quantidade de comprovações possíveis, tais como relatos de viajantes e documentos oficiais.

De todos os objetivos que os institutos historiográficos possam ter, o principal é a coleta de dados e documentos sobre a região a qual eles se propõem dedicar e a partir de então produzir estudos e a divulgá-los. A questão é quais documentos e qual história é escrita, pois, toda coleta e produção dependem dos indivíduos que os fazem, e esses não estão isolados dos contextos sociais, históricos e políticos.

§ 2º - A promover excursões scientificas aos sítios aonde existam curiosidades naturaes, descrevendo-as e fazendo-as estudar por competentes;

§ 3º - A crear um museu ethnographico; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

Os parágrafos dois e três não puderam ser realizados pelo Instituto por falta de orçamento e estrutura material. As dificuldades financeiras acompanharam a instituição paranaense durante os anos. Um exemplo é que ela apenas terá uma sede própria em 1959, após a construção do edifício, localizado na rua José Loureiro, número 43, sobre um terreno doado pela prefeitura de Curitiba.

¹⁰ A questão etnográfica no instituto paranaense é uma questão que precisa ainda ser pesquisada. A influência da área do conhecimento esteve presente na sua fundação, como demonstra seu estatuto, mas foi suprimida do nome da instituição. É possível que as pesquisas feitas por Loureiro Fernandes tenham influenciado a mudança do nome na década de 40 e as transformações no campo das ciências tenha levado seus sócios a suprimirem novamente o etnográfico no nome do instituto no final do século XX.

No entanto, muitos de seus membros partiram em missões pelo Paraná para fazer pesquisas em nome do estado, ou devido as suas funções políticas. Um deles foi Romário Martins, que viajou para São Paulo e Rio de Janeiro em busca de documentos que reafirmassem as fronteiras do Paraná com seus estados limítrofes.

Algumas das principais publicações do Boletim são de expedições realizadas no Paraná, como os textos do doutor Euzébio Paulo de Oliveira produzidos quando ele foi enviado pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil ao Parana para verificar as possibilidades de extração de petróleo e minério de carvão.

As pesquisas sobre etnografia também estiveram presentes entre as publicações dos Boletins. Portanto, ainda que não tenham sido alcançados os dois objetivos diretos, indiretamente as questões as quais eles se referem foram, de alguma maneira, abordados.

§ 4º - A organizar e manter o Archivo Publico creado pelo art. II das "Disposições Transitórias" da Constituição do Estado e cedido ao Instituto por officio n. 256, de 15 de junho deste anno, do exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrucção Publica;

§ 5º - A reorganizar e expor á frequência publica a "Biblioteca do Estado", catalogando-a convenientemente, zelando-a e procurando obter-lhe o maior número de livros. (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

O *Archivo Público* foi fundado pelo Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos em 1855, para arquivar documentos históricos e geográficos da região, funcionando até 1889 no Palácio da Presidência da província. Como o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* sofreu uma série de problemas estruturais que impossibilitaram suas pesquisas e publicações, em 1909 o *Archivo Público* passa a ser subordinado diretamente à Secretaria do Interior, Justiça e Instituição Pública que será responsável pela sua manutenção, recebendo o nome de *Repartição de Estatística e Arquivo Público do Paraná*. Com a *Biblioteca do Estado*, fundada em 1859, hoje conhecida como Biblioteca Pública do Paraná, o processo foi igual, pois sem condições de efetivar aquilo que fora estabelecido, dependeu do estado a sua manutenção.

Apesar de terem objetivos bastante parecidos, as duas instituições não chegaram a rivalizar, pois o *Archivo Público* tem uma função burocrático estatal de armazenar documentos oficiais e dados diversos sobre o estado, enquanto o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* será voltado para a questão historiográfica da construção de um passado.

§ 6º - A remetter ao “Instituto Histórico e Geographico Brasileiro”, no fim de cada anno, os documentos que pode obter com referencia á história e geographia de outros Estados, para o que os archivará convenientemente e lhes dará inserção na Revista si se referirem também ao Paraná. A relação de taes documentos, bem como o recibo que deverá ser passado pelo “Instituto Histórico e Geographico Brasileiro” accusando o seu recebimento, deverão constar do “Expediente” da Revista. (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

O artigo sexto revela que as relações entre a instituição nacional e a instituição regional não eram apenas no campo da inspiração. A preocupação na constituição e manutenção de vínculos com a instituição nacional, reportando os documentos coletados e as pesquisas feitas, também é um processo contínuo de revalidação e de legitimação do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Da mesma maneira, essa ligação normativa revela a subordinação existente do projeto regional de construção da história em relação ao projeto maior, nacional, pois mesmo no regionalismo paranaense, não há o intuito separatista ou isolacionista.

A presença de sócios do Instituto regional no nacional também é uma maneira de demonstrar o vínculo entre ambas. Romário Martins, o principal nome do Instituto e um dos principais intelectuais e fomentadores paranaenses, foi membro não apenas do *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*.

§ 7º - A publicar uma Revista contendo a maior cópia possível de estudos e dados historiographicos e geographicos do Paraná e bem assim as actas e demais expedientes do Instituto; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

As publicações são um importante instrumento destas instituições para que seus objetivos de construção da história, o resgate de um passado. No entanto, isso só será possível a partir de 1917.

§ 8º - A manter prelecções cívicas nas escolas públicas;

§ 9º - A commemorar as principaes datas da História Paranaense;

§ 10º - A instituir nas sessões a leitura de memórias, propostas de questões, etc. (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.17-18)

A partir do primeiro capítulo do estatuto, é possível perceber que o projeto de Paraná está acompanhado por quatro compromissos do Instituto. Um primeiro compromisso com a ciência, a partir da coleta de dados e documentos, analisados e estudados pelos seus membros. Um segundo compromisso é com o estado do

Paraná, a consolidação de suas instituições e a construção de outras que pudessem servir para melhor posicioná-lo frente aos demais estados brasileiros. O terceiro compromisso é com o Estado Brasileiro, a quem demonstra admiração e certa submissão, representado aqui pelo *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Por último, como exposto nos parágrafos 8º, 9º e 10º, um compromisso que se pode classificar como com a Pátria, ou seja, com o dever cívico junto aos demais cidadãos paranaenses em primeiro lugar, e brasileiros, em segundo lugar.

2.2.2 Notícia histórica da fundação do Instituto

O texto em questão, foi a primeira publicação feita pelo Instituto, no Fascículo 1, do *Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense* de 1917. Sem um autor definido, o texto reúne varias informações sobre a fundação, como reportagens de jornais que comentaram o fato em 1900, o nome dos membros fundadores, as primeiras atas, as primeiras diretorias, o discurso de Romário Martins e um resumo histórico das reorganizações até 1916.

O ponto mais significativo é a transcrição do discurso de Romário Martins. Repleto de esperanças, o texto destaca três projetos com os quais o Instituto deveria estar comprometido.

O primeiro é o de exaltar os nomes dos paranaenses ilustres, a influência que eles tiveram para a história e para o desenvolvimento do estado. E o autor inicia tal projeto descrevendo quais os membros fundadores¹¹ e quais aqueles que indica como sócios correspondentes¹². No estatuto, capítulo V, disposições gerais, está expressa a formação de uma galeria com fotos e bustos de paranaenses considerados como “notáveis”, o que confia a instituição a função também de instituir quem é parte da história paranaense.

¹¹ São eles: Sebastião Paraná; Dario Velloso; General J. Bernardino Bormann; Emiliano Pernetta; Candido de Abreu; Julio Pernetta; Nestor de Castro; Manoel Ferreira Correia; Lucio Pereira; Capitão José Muricy; Coronel Jocelym Borba; Camillo Vanzolini; Luiz Tonissi; Emiliano de Leão; Desembargador Bento Fernandes de Barros; Romário Martins.

¹² No texto, Martins cita: o conselheiro Manoel Francisco Correia; Luiz D. Clève, Dr. Franco Grillo; comendador Antonio Ribeiro de Macedo; coronel Telêmaco Borba; Domingos Nascimento; Ignácio da Costa Pinto; Nivaldo Braga; e J. F. Rocha Pombo. Nem todos esses nomes se concretizaram como sócios correspondentes. Ver capítulo 3.

O segundo projeto para o Instituto descrito por Martins é o de estabelecer os limites do estado. Com uma emancipação ainda recente, o estado sofria com constantes investidas de seus vizinhos sobre seus limites. “Com o Estado tem elle, de prompto, um grave compromisso. É o de tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos para a exacta determinação official dos nosso limites com Santa Catarina.” (NOTÍCIAS DO INSTITUTO, 1917, p.7). Romário Martins, inclusive, se encarregará pessoalmente de fazer viagens para o Rio de Janeiro e São Paulo atrás de documentos que definam os limites com Santa Catarina. Mesmo assim, o estado perdeu parte de seu território para o vizinho ao sul.

A preocupação pelo curso dos rios, pela definição das fronteiras das cidades, pela geografia do estado, estará muito forte nesta primeira fase do Instituto, sendo o elemento fundador da identidade que se constrói a partir de então.

Romário Martins ainda destaca a necessidade de tornar efetiva a intenção da formação do *Archivo Público*, e o compromisso do Instituto com este projeto, tamanha a grandiosidade e as expectativas esperadas do projeto. No entanto, as dificuldades estruturais impossibilitaram a conclusão do mesmo pelo Instituto, relegando ao próprio estado a constituição do *Archivo Público*. A distinção entre o público e o privado não parece clara entre os pensadores do instituto, pois, ainda que sendo uma instituição formada majoritariamente por políticos e homens públicos, o IHGP era privada, daí inclusive uma das suas principais dificuldades, que era de ter um orçamento.

O terceiro projeto para o Instituto é com relação à construção de uma história para o estado, incluindo aqui a geografia e os demais ramos da ciência, pelo autor considerados fundamentais, como a etnografia e a paleontologia.

O compromisso que o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* firma ao fim, é com o a identidade paranaense. Definir o estado possibilita que os habitantes se identifiquem com ele ao mesmo tempo em que o distingue das demais unidades da federação.

Tudo isso nos falta, mas tudo isso teremos no dia em que, com amor e patriotismo, quizermos trabalhar verdadeiramente, sem preocupação de outra ordem que não seja senão as de prestar ao nosso Estado e á nossa Pátria, tão relevante serviço e tão merecida homenagem (NOTÍCIA DO INSTITUTO, 1917, p.6)

3 OS HOMENS E O PODER: REDES DE SOCIABILIDADE

Que a nossa vaidade não mate a grandeza da intenção;- que a nossa inveja,- que é do homem,- não anteponha barreiras á passagem da idéia; que o insucesso dos primeiros embates, não refreie o fogo da nossa paixão; - e, finalmente, que as nossas linhas bem definidas não sejam desmanteladas pela desordem nem pelo desanimo, e, havendo critério, patriotismo e trabalho, deixaremos, com certeza, o cunho do nosso vigor assinalando os feitos a que está destinado o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*.

Romário Martins, *Discurso de fundação*, 24 de maio de 1900.

O quadragésimo centenário do descobrimento do Brasil em 1900 imbuíu de dever cívico milhares de homens e mulheres de todo o país, que agitaram a vida cultural da nação. O incentivo ao sentimento patriótico mesclava-se com as esperanças depositadas no novo século, chamado de “século da razão e da justiça”, da ordem, do progresso, do direito e da liberdade¹³.

A República, recém instaurada, consolidava-se nos campos político, cultural e simbólico, relegando tudo aquilo que representasse e enaltecesse a monarquia, ao esquecimento. Assim, espaços públicos como praças e ruas deixaram de se chamar Dom Pedro II ou Princesa Isabel e receberam os nomes dos novos heróis do regime, e conseqüentemente da pátria, tais como Marechal Deodoro e Tiradentes. No campo das idéias, permeada pelo modelo político e filosófico positivista, a República recém instaurada significava para seus defensores o avanço e progresso de que o país tanto necessitava, enquanto a monarquia era destinada ao status de um regime obsoleto. José Murilo de Carvalho (1990) apresenta em seus textos, como *Formação das Almas e Bestializados*, que a República no início do século XX, procurou construir um imaginário brasileiro que tivesse a capacidade de criar um sentido de união da nação brasileira, uma comunidade de sentidos. Para isso, seus intelectuais lançaram mão de imagens visuais, construíram personagens heróicos, deram sentido aos símbolos oficiais e escreveram uma história para a nação.

Como parte de todo esse processo que se desenvolveu durante a Primeira República, no ano do quadragésimo centenário foram organizados diversos eventos que tinham o objetivo de celebrar a nacionalidade brasileira. A programação oficial

¹³ Ver *Almanach do Paraná* de 1901, p.232, em que Romário Martins termina seu texto “Paraná no Século XIX”, aclamado o novo século que nascia.

das celebrações¹⁴, publicada no *Almanach do Paraná* de 1900, contava com: demonstrações religiosas, como a reprodução histórica da primeira missa; festejos navais; festejos militares; uma exposição retrospectiva brasileira; exposições nacionais; sessões magnas, congressos e publicações; festejos artísticos; monumentos erigidos; festas populares; e um livro do centenário.

O livro publicado para celebrar a data patriótica tratava, no entanto, de um dos mais jovens estados da nação brasileira. Tratava-se de *O Paraná no Centenário*, de José Francisco da Rocha Pombo¹⁵, escrito durante sua estadia no Rio de Janeiro como contribuição do mais jovem estado da nação para o evento. Assim é descrita a vida cultural na Curitiba de 1900:

[...] mais de trinta sociedades, clubes e instituições de ordem popular. Contam-se seis colégios particulares, cinco livrarias, nove tipografias, muitas de primeira ordem, e uma litografia importantíssima. Entre os estabelecimentos de ensino, além do Ginásio e da Escola Normal, que são oficiais, contam-se a Escola de Artes e Industrias, o Conservatório de Belas Artes, o Seminário Episcopal, etc. Publicam-se presentemente na Capital paranaense oito jornais, sendo quatro diariamente. Aos estrangeiros que têm entrado naquela terra devemos o concurso mais esforçado e mais eficaz, que um país novo pode esperar de imigração. As colônias mais numerosos e importantes, incontestavelmente são a portuguesa, a alemã e a italiana. Cada uma delas já conta entre seus membros muitos homens distintos e verdadeiramente beneméritos. (POMBO, 1980, p.141-142)

Reconhecido por alguns autores como um dos melhores retratos da sociedade paranaense no final do século XIX, o texto traz as particularidades econômicas, políticas e sociais que povoavam a mente do autor sobre a história do Brasil e sobre o Paraná. Com um estilo descritivo, por vezes Rocha Pombo trata dos

¹⁴ No *Almanach do Paraná* de 1900, foi publicado o documento nacional denominado “Estatuto da Associação do 4º centenário do descobrimento do Brasil”, responsável pela organização das comemorações oficiais. Ela teve início na capital federal no dia 18 de janeiro de 1899, e tinha como seus membros Benjamin Franklin Ramiz Galvão, André Gustavo Paulo de Frontin; Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna, 1º Tenente Sylvio Pellico Belchior, Henrique Coelho Netto, Julio César de Oliveira e Conselheiro Ernesto Cybrão.

¹⁵ José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) foi um dos precursores de toda uma geração de escritores simbolistas paranaenses (BEGA, 2001). Vindo de uma família de educadores da cidade de Morretes, tornou-se professor, jornalista, político pelo Partido Conservador, historiador e escritor. Republicano e abolicionista, foi um dos fomentadores do movimento republicano na então província do Paraná e das idéias imigrantistas. Em 1897, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até seu falecimento, em 1933. Na capital da República, exerceu a profissão de professor e tornou-se o historiador oficial da nação, com livros sobre a história do Brasil utilizados como material didático pelas escolas. Apesar das críticas que existiam sobre a qualidade teórica de seus textos históricos, isso não o impediu de tornar-se membro da Academia Brasileira de Letras.

assuntos da terra natal com saudosismo e simbolismo, movimento do qual foi precursor (BEGA, 2001).

Rocha Pombo fez parte de um grupo de intelectuais que pensaram, projetaram e escreveram sobre um Paraná passado e um Paraná futuro. Um grupo que tinha suas divergências, mas que acreditava na capacidade de progresso do estado. Ainda que alguns deles não fossem diretamente partes dos grupos detentores dos meios de produção, estavam todos ligados aos grupos dominantes de brasileiros estabelecidos. Eles foram intelectuais que, como definiu Gramsci (1982), possibilitaram que suas idéias e as dos grupos dominantes que pertenciam ou freqüentavam, pudessem ser perpetuadas em um espaço mais sólido e menos palpável que qualquer outro, o imaginário. As idéias aqui referidas tratam-se daquelas que possibilitaram a realização do projeto de Paraná desses grupos como sendo de toda a coletividade de habitantes da região, dando cores e formas a um homem paranaense, identificado a partir das fronteiras que o cercavam. Para qualquer outro enquadramento desses pensadores como intelectuais, haveria que se flexibilizar o conceito de Gramsci, pois muitos deles defendiam as posições políticas e filosóficas mais adequadas aos seus interesses pessoais de para a manutenção do poder e do status do que qualquer agremiação de classe.

A economia paranaense no período da Primeira República era dominada por fazendeiros ervateiros, madeireiros, pecuaristas e alguns incipientes comerciantes que dominavam a vida cultural e política do estado, fosse ocupando postos de destaque ou de poder. Completavam o quadro social do estado os funcionários públicos, os militares, os profissionais liberais de prestígio e aqueles considerados letrados. Considerados os “homens bons” do período, esses brasileiros estabelecidos no território ilustram e simbolizam o imaginário paranaense ainda hoje. Eles constituíam uma sólida rede que intercalava entre os ambientes sociais, culturais e políticos do estado. Todos estavam comprometidos com o projeto de tornar o estado do Paraná um modelo a ser seguido pela nação brasileira e procuraram viabilizá-lo a partir de suas áreas de maior afinidade.

E no Paraná, dentre as diversas manifestações patrióticas de celebração do quarto centenário do descobrimento, inclui-se a fundação do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Dezesseis foram os convidados para a cerimônia de sua fundação, mas apenas seis compareceram a biblioteca do *Club Curytibano* naquele vinte e quatro de maio do ano de 1900. Durante os trinta anos que se seguiram a

sua fundação, por vezes o instituto ficou a beira da extinção, pois quase não havia reuniões e/ou publicações. Sem recursos financeiros ou uma sede própria, seguiu um caminho silencioso, no qual sua importância e influência serviram ao campo do simbólico e do imaginário na construção de uma identidade paranaense a partir dos intelectuais dos grupos dominantes existentes na sociedade da época.

Para entender o Instituto, é necessário quem o pensou e quem nele produziu. Assim como Sérgio Miceli (1979, p.XV) pode constatar em seu trabalho sobre as relações entre os intelectuais e as classes dirigentes em São Paulo entre 1920 e 1945, também no Paraná as instituições culturais eram dependentes dos grupos diligentes do estado, bem como das frentes de mobilização política e ideológica em que se refugiara inúmeros intelectuais até então vinculados à oligarquia.

Dentre os motivadores, no Paraná, para uma produção ideológica capaz de criar um sentido de coletividade, foi o fato da quantidade de imigrantes e de seus descendentes ter crescido substancialmente desde a emancipação política no Paraná. Os intelectuais do período, ligados aos grupos dominantes paranaenses, através das diversas instituições e movimentos culturais que surgiram no período procuraram, por um lado, construir um sentido de comunidade coletiva que inserisse os novos habitantes do estado e ao mesmo tempo mantivesse a posição política que detinham. Assim, lançaram mão de uma produção intelectual, fosse no campo cultural, científico ou político. Como destaca Rocha Pombo (1980, p.142-143) no texto do *Centenário*:

A heterogeneidade da população, no entanto, nunca impediu o sincero conagração moral em que se funda sobretudo a ordem e de que derivam a coesão e o vigor do espírito cívico local. Nas nossas festas públicas, ao lado dos estandartes dos nossos clubes e associações, figuram os estandartes das associações e dos clubes de todas as colônias. Quando o "Circolo" italiano *Vinte de Setembro* celebra as suas festas, ou comemora as datas gloriosas da pátria, não é raro que à tribuna assome também nossos oradores, concorrendo em entusiasmo com os filhos da Itália. E assim tratando-se das outras colônias. Elas têm sabido trabalhar pelo futuro daquela terra; têm sabido amá-la, e com razão, porque afinal é a pátria de seus filhos; e todas têm sabido até sofrer conosco resignadas e discretas, nos momentos mais difíceis da nossa vida.

Portanto, as funções e os objetivos do Instituto não se realizaram apenas a partir de suas ações diretas, mas também através da sua existência e importância simbólica, bem como as relações sociais existentes entre seus sócios e o estado,

donos de uma ativa vida intelectual e política tanto no âmbito regional, quanto no nacional.

A alienação em Castoriadis (1982, p.132-133), aparece como instituída em grande medida pelas instituições, numa relação dupla, em que as instituições são alienantes em seu conteúdo específico enquanto exprimem e sancionam uma divisão da sociedade, mas também em sociedades arcaicas em que não há claramente uma divisão antagônica, as instituições seguem alienando toda a sociedade pois uma vez estabelecidas, as instituições adquirem uma lógica e uma dinâmica própria e, assim como foram instituídas, elas também passam a instituir. “As evidências se invertem; o que podia ser visto ‘no início’ como um conjunto de instituições a serviço da sociedade, transforma-se numa sociedade a serviço das instituições”.

A alienação, no entanto, surgiria como uma *modalidade* da relação das sociedades com as instituições e também com relação a história. Ela está inserida dentro de um contexto social, histórico e institucional, pois se ela tem a capacidade de imaginar a sociedade, é porque ela também pode imaginar a si mesma.

[...] a alienação existiu em sociedades que não apresentavam uma estrutura de classe, nem mesmo uma importante diferenciação social; e porque numa sociedade de alienação, a própria classe dominante está em situação de alienação: suas instituições não têm com ela a relação de pura exterioridade e de instrumentalidade que lhe atribuem às vezes marxistas ingênuos; ela não pode mistificar o restante da sociedade com sua ideologia sem mistificar-se a si mesma ao mesmo tempo. A alienação apresenta-se de início como alienação da sociedade às suas instituições, como automização das instituições com relação à sociedade. O que é que se autonomiza assim, por que e como – eis o que se trata de compreender. (CASTORIADIS, 1982, p.139-140)

Se no Paraná do início do século XX, não é possível ainda tratar de classes sociais, é possível perceber certos grupos dominantes, majoritariamente compostos por brasileiros estabelecidos na região, que são aqueles promotores das transformações e da fundação das diversas instituições. Esses homens e as instituições que eles fundaram imaginaram-se a si mesmos como parte de um Paraná que passou a ser imaginado a partir de então, sendo eles parte importante para entender todo o contexto ao qual trata-se essa dissertação.

O primeiro grupo de sócios é composto pelos **fundadores** do Instituto. Homens das letras e da política no Paraná são constantemente revisitados nos estudos sobre paranismo, sobre o simbolismo e sobre o Paraná no início do século

XX. O fato do não comparecimento de mais da metade dos fundadores na cerimônia de fundação e a manutenção de seus nomes para a distinta posição, revela a importância simbólica das suas filiações tanto para o instituto como para eles mesmos. São eles: Sebastião Paraná; Dario Velloso; General J. Bernardino Bormann; Emiliano Pernetta; Candido de Abreu; Julio Pernetta; Nestor de Castro; Manoel Ferreira Correia; Lucio Pereira; Capitão José Muricy; Coronel Jocelym Borba; Camillo Vanzolini; Luiz Tonissi; Emiliano de Leão ; Desembargador Bento Fernandes de Barros; Romário Martins.

O segundo grupo é composto pelos demais status de sócios: **os efetivos, os honorários, os auxiliares, os correspondentes e os beneméritos**. São 232 os membros entre 1900 e 1930 e, apesar das diversas reorganizações pelas quais passou a instituição no período, os filiados continuaram os mesmos. Entre eles estão nomes ilustres da sociedade nacional, letrados e cientistas como Ruy Barbosa, Alberto Santos Dumond e Sylvio Romero. Esse último, inclusive, publicou um artigo nos *Boletins do IHGP*. Da política paranaense, são poucos aqueles que não fazem parte da lista de membros, o que reforça a idéia de que os membros do grupo político dominante estavam preocupados em estarem presentes na vida cultural da sociedade paranaense.

A pesquisa com relação aos sócios do Instituto parte dos poucos documentos ainda disponíveis para consulta na sua sede atual e que datam de 1916 e 1917, anos em que foram publicadas as listas dos seus sócios no jornal *d'A República*. Da fundação até 1930, várias reorganizações foram feitas no Instituto, no entanto os seus membros continuaram sendo os mesmos. Nos registros disponíveis, constam 232 nomes¹⁶ de associados divididos em seis classes. A partir do estatuto de 1900, no seu capítulo III, as seis classes de sócios são: fundadores (16 sócios), efetivos (74 sócios), beneméritos (3 sócios), honorários (11 sócios), correspondentes (81 sócios) e auxiliares (53 sócios). Alguns deles aparecem repetidos nas listas de honorários, correspondentes e beneméritos, por isso há diferença entre o total geral e os dados de cada categoria.

A lista de membros publicada no jornal *d'A República* de 5 e 7 de agosto de 1916, aparece reescrita algumas vezes nos documentos que se encontram no Instituto. A última delas traz algumas sinalizações quanto ao status dos membros,

¹⁶ Devido aos diversos problemas que o Instituto sofreu durante seus primeiros anos, não há dados como data de adesão dos seus membros, ou qualquer tipo de bibliografia sobre eles.

pois, os sócios efetivos, correspondentes e auxiliares, após receberem o convite, tinham três meses para fazer a solicitação do diploma que na época custava 20\$000 (vinte mil réis), caso contrário a pessoa perderia o direito de ser sócio. Nos documentos disponíveis no Instituto, alguns nomes estão com sinalizações como “já tem diploma”, “não quer ser sócio”, “não foi encontrado”, “tirar o diploma”, entretanto, eles fazem parte de uma das últimas reorganizações da Instituição, o que impede saber quando esses membros ingressaram e qual a situação dos mesmos até a reformulação do estatuto em 1946.

O diploma do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* tinha duas funções: a primeira era conferir o título de sócio ao novo membro do Instituto e; o segundo era arrecadar fundos para a manutenção da instituição. Além desse meio de sustentação, no Estatuto do Instituto de 1900 há também a previsibilidade do pagamento de mensalidades por parte dos seus membros, que no caso do não cumprimento acarretaria a perda dos direitos de sócio. Ao longo da dissertação é possível perceber que um dos problemas do Instituto era a falta de fundos financeiros para a realização de seus objetivos. Isso significa que muitos membros não pagaram seus diplomas, nem as mensalidades, mas não foram punidos, porque era mais importante a presença deles na instituição do que as suas contribuições. Assim, o Instituto revela-se mais representativo do ponto de vista da sua existência do que da sua atuação específica.

A prevalência dos membros de origem brasileira, ativos na vida pública regional e nacional, como políticos e militares, revela a predominância física e cultural dos grupos sociais estabelecidos *a priori* no território dentro das instituições do estado. A partir das características das instituições do período, da sociedade paranaense, e dos 232 nomes que envolvem os membros do Instituto, é possível perceber que, para ser convidado a fazer parte do mesmo, era necessário estar inserido nas redes sociais predominantes do estado, que contava com os grupos políticos e econômicos dominantes. Esta dissertação não tem como objetivo analisar todos os sócios do período, por isso serão destacados alguns relevantes para fundamentar as idéias centrais da mesma.

Composto pelos principais intelectuais do período, é o *IHGP* um importante instrumento de defesa das fronteiras do estado e de formalização da história paranaense que se construía, bem como dos valores da sociedade da época. Através dos primeiros anos do século XX, Romário Martins, Dario Velloso, Francisco

Negrão, Ermelino de Leão, dentre outros vários pensadores, foram responsáveis pela fundação e coordenação dos primeiros estudos do IHGPR, bem como do movimento paranista.

3.1. OS FUNDADORES¹⁷

Apesar de nem todos estarem presentes na cerimônia de fundação, no clube Curytibano no dia vinte e quatro de maio de 1900, são dezesseis os homens ilustres considerados fundadores do *Instituto Histórico e Geographico do Paraná*. O título de fundador, com ares de uma “nobreza republicana tupiniquim” carrega em si a seriedade dada e esperada da instituição. Esses homens eram eles mesmos o Instituto, seus membros, seus diretores, o conteúdo ideológico e o exemplo a ser seguido. Apesar da pequena produção feita no e para o Instituto no período estudado, seus membros mantiveram vivo o projeto da instituição através da intensa participação que mantiveram na sociedade paranaense do período. Portanto, afirmar que o Instituto esteve inativo é o mesmo que ignorar seu poder simbólico, pois os motivos que o levaram a ser fundado estiveram intimamente ligados às ações de seus fundadores e membros durante a Primeira República.

Como destaca Rafael C. de Beltrami (2002) em seu estudo sobre esses dezesseis personagens da história paranaense, eles eram “homens exemplares para uma instituição modelo”. Através da história das idéias, ele procurou desvendar o percurso dos intelectuais que fundaram o Instituto, trabalho aqui utilizado como referência para as reflexões acerca destes pensadores e do papel simbólico que eles representam na história paranaense. Para Beltrami, a identidade paranaense tem seus indícios de formação na implantação do Instituto e nos seus fundadores.

As atividades profissionais dos fundadores se fundem entre si. Muitos deles são, ao mesmo tempo, militares, escritores, políticos e profissionais liberais. Eles exerciam vários cargos e funções dentro da sociedade paranaense, sendo eles mesmos representantes daquilo que eles esperavam para a sociedade. Para melhor

¹⁷ As biografias dos fundadores e dos sócios do *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense* foram reconstituídas a partir dos seguintes autores: BEGA (2001), BELTRAMI (2002), OLIVEIRA (2001), NEGRÃO (1950), SABOIA (1976), MACHADO (2009), MYSKIW (2008), DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ (1991). Os autores apenas serão citados quando houver alguma transcrição de texto.

compreender o Instituto, a partir de seus membros, os fundadores foram classificados a partir de quatro categorias: os heróis; os políticos; os homens das letras e os estrangeiros.

3.1.1 Os heróis

Os dezesseis fundadores do Instituto representam o que se esperava de mais nobre para a instituição e para a sociedade paranaense. A carreira militar era vista com prestígio, e os eventos do final do século XIX, como a Guerra do Paraguai¹⁸, a Proclamação da República e a Revolução Federalista, possibilitaram que dela emergissem heróis nacionais.

As figuras heróicas são tratadas como verdadeiros exemplos de nacionais, capazes de doar suas vidas em prol da coletividade. Do Instituto, três fundadores foram considerados heróis, inclusive com condecorações. O primeiro foi o Coronel do Exército **Jocelym Augusto Morosini Borba** (1840-1918). Vindo de uma família de militares, casou-se com Constança da Silva Lopes, filha do Capitão Martins Lopes, fundador do primeiro jornal paranaense, *Dezenove de Dezembro*.

Durante sua carreira militar, exerceu diversos cargos que lhe possibilitaram atos de bravura pelo Paraná, como o de desbravador das terras do interior e de diretor de colônias e de aldeamentos. No entanto, o Coronel Borba é lembrado pela sua participação considerada heróica na Revolução Federalista, em que exerceu o cargo de Comandante da Fronteira Ribeira, o que o tornou um herói brasileiro pelo seu apoio aos militares florianistas, como destaca Beltrami.

A Revolução Federalista fez ainda mais um herói paranaense. Trata-se do Tenente Coronel **José Cândido da Silva Muricy** (1863-1943), que durante a revolução, fez parte das forças legalistas sitiadas em Santa Catarina. Filho do condecorado médico Tenente Cirurgião José Candido Muricy e neto por parte materna do ervateiro Major Vicente Ferreira da Luz, era ele um legítimo

¹⁸ Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um conflito armado que envolveu a Argentina, o Uruguai e o Brasil contra o Paraguai, que passava por um período de prosperidade e de expansão. A vitória da Tríplice Aliança levou a morte de boa parte da população paraguaia, além da perda de parte de seu território para Brasil e Argentina. Muitos militares brasileiros foram condecorados e elevados ao status de heróis nacionais após a guerra, como Duque de Caxias, Almirante Tamandaré e Marques do Erval. A Guerra do Paraguai foi importante para o fortalecimento do Exército brasileiro como instituição e para sua identificação como um grupo político capaz inclusive de contestar o regime vigente.

representante do grupo dominante. Seus casamentos, com Helcida Santos Andrade e posteriormente com Josephina Costa Carneiro, filha do ervateiro David Antonio da Silva Carneiro, deram seqüência as suas boas relações com os membros dos grupos dominantes do Paraná, que lhe favoreceram no exercício do cargo de deputado estadual entre os anos de 1895 a 1905.

Em 1913 recebeu uma medalha de ouro do governo federal por conta dos mais de 30 anos de serviço prestados à pátria, considerado assim um herói nacional. Uma das principais contribuições que fez ao estado foi o percurso que realizou em 1896, demarcando as ruínas e recolhendo informações sobre o passado jesuíta, que deram origem ao livro *Viagem ao país dos jesuítas* em que retrata um Paraná selvagem e repleto de riquezas de flora, fauna e geografia. Sua exploração se assemelha a muitas outras que aconteceram em finais do século XIX e início do século XX, em que grupos de homens e indígenas procuraram estabelecer percursos pelo Paraná. Algumas dessas explorações foram publicadas no *Boletins do IHGP* e foram analisadas no último capítulo dessa dissertação.

O terceiro herói nacional fundador do Instituto foi o General **José Bernardino Bormann** (1844-1919). Suas condecorações vieram da participação na Guerra do Paraguai e, anos mais tarde, na Revolução Federalista ao lado do governo central. Além disso, o General Bormann teve uma relevante vida política no estado, pois era governador do estado do Paraná em 1899, as vésperas da fundação do Instituto e, entre 1909 e 1910, exerceu o cargo de Ministro da Guerra, na capital federal. As inter relações entre o governo central e o poder local foram um tipo de prática que o grupo dominante paranaense procurou manter após a proclamação da República, tanto através dos seus membros, como demonstra a trajetória do General Bormann. O mesmo se deu institucionalmente uma vez que um dos fins do Instituto é a manutenção de reciprocidade com o *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*

3.1.2 Os políticos

Como políticos, tanto da cena regional como nacional esses homens procuraram defender as fronteiras e os interesses econômicos do Paraná. Produziram leis, projetos e estudos que pudessem favorecer o estado, como aqueles sobre os limites com Santa Catarina e a implantação de colônias de origem

européia. Construíram prestígio e seriedade, transportando seus valores e projetos para a nascente instituição paranaense.

O projeto de poder do início da Primeira República, tanto no Paraná como nacionalmente, foi influenciado pela presença militar nos postos de liderança. Todos os presidentes do Paraná entre 1889 e 1900 foram nomeados pelo governo militar de Deodoro e Floriano, e os demais que seguiram na política regional seguiram as influências positivistas dos militares, bem como procuraram manter as alianças com o governo central.

No instituto, a presença de militares políticos teve como seus representantes, além do General José Bernardino Bormann e do Tenente Coronel José Cândido da Silva Muricy, o Coronel Candido Ferreira de Abreu e o Capitão Honorário Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior. Essa presença do exército na política faz parte do contexto da implantação do regime democrático e republicano no Brasil, bem como demonstra a prevalência dos modelos por eles defendidos, como o positivismo, na administração local.

Candido Ferreira de Abreu (1856-1918), além de coronel, foi deputado estadual, federal, senador e prefeito de Curitiba entre 1901 e 1918. Graças à sua formação na área da engenharia, participou de vários projetos de obras públicas, desde a construção da estrada de ferro Madeira - Mamoré à projetos ligados à colonização local. Como sua atividade política concentra-se no período pós-fundação do Instituto, foi nesse ambiente que ele procurou defender os interesses e valores que norteavam a instituição. Já o Capitão Honorário **Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior** (1874-1938), foi deputado estadual no início do século XX (1902-1903) e exerceu diversos cargos no Instituto entre 1900 e 1925. No entanto, sua presença mais marcante na história paranaense foi como juiz de direito, professor e escritor. Suas obras se estendem da literatura à história, sendo um dos poucos fundadores a publicar um texto nos *Boletins do IHGP*.

Dentre os membros fundadores, dois deles foram importantes representantes regionais na política nacional Imperial e eram dotados de grande prestígio. O primeiro era **Bento Fernandes de Barros** (1834-1903) que além de participar como representante paranaense na política Imperial dedicou-se aos estudos sobre as controvérsias entre Paraná e Santa Catarina, publicando em 1877 um tratado sobre o assunto. Homem da magistratura paranaense, Barros exerceu os cargos de Desembargador e foi o primeiro Procurador de Justiça do estado do Paraná. O

segundo foi o engenheiro Comendador **Manoel Francisco Ferreira Correia Junior** (1831-1905), o mais velho dentre os fundadores, pai de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Manoel participou da política Imperial exercendo cargos como senador do Império e presidente da província de Pernambuco. Sua participação no ato da fundação era uma honra para os membros da instituição, visto a sua relevância na política nacional. Foi tesoureiro da primeira gestão do Instituto, até o seu falecimento em 1905.

Os empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores a fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.' (GRAMSCI, 1982, p.4)

Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932), de todos, o mais emblemático na relação entre os membros dos grupos econômico e politicamente dominantes descendente. Era da tradicional família Leão, produtora e exportadora de erva mate e deputado estadual pelo Paraná. Seu pai, Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901), foi presidente da província do Paraná, por diversos anos durante o período Imperial. Advogado por formação e professor por contingência, no Instituto Ermelino Agostinho de Leão exerceu os cargos de segundo e primeiro vice-presidente entre 1916 e 1925. Na carreira pública, exerceu cargos administrativos como Promotor Público, diretor do Museu Paranaense e agente do Arquivo Público Nacional. Escreveu uma das obras mais significativas da história paranaense, referência ainda hoje para estudos sobre a história e a geografia do estado, intitulados *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, publicado em seis volumes.

3.1.3 Os homens das letras

[...] Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1982, p.11)

Como pode ser observado ao longo deste capítulo, nem todos os sócios e intelectuais do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* estavam ligados diretamente às economias dominantes do estado, como a erva mate, a pecuária e as madeireiras. No entanto, a maioria dos sócios era brasileira, de descendência portuguesa e/ou espanhola, tinham valores e objetivos comuns, ligados uns aos outros por redes de sociabilidade. Na sua maioria eram jornalistas, educadores e funcionários públicos, compondo um quadro de intelectuais, tal como define Gramsci (1982), comissários dos interesses do grupo dominante.

Benedict Anderson (2005) destaca dois processos fundamentais para a construção das comunidades imaginadas. O primeiro é a utilização dos idiomas nacionais como oficiais, a alfabetização dos cidadãos e o desenvolvimento das literaturas com temas populares. Acompanhando o processo de solidificação dos idiomas, está o segundo processo, o surgimento da imprensa e em especial do jornal. “[...] Aquilo que, pela positiva, tornou as novas comunidades imagináveis foi a interação semicasual, embora explosiva, entre um sistema de produção e relações de produção (capitalismo), uma tecnologia da comunicação (imprensa) e a fatalidade de diversidade lingüística humana” (2005, p.70-71). O que mais impressiona em todos os escritores, jornalistas e professores que fundaram o Instituto é a diversidade de atuações dos mesmos. Ao mesmo tempo em que trabalhavam para o desenvolvimento do Simbolismo como um movimento literário; fundaram jornais e revistas nas quais escreveram sobre o país, o estado do Paraná e a cidade de Curitiba; eram maçons, militares e funcionários públicos. Eram verdadeiros homens incansáveis, dispostos a tornar o projeto de um estado modelo, em uma realidade.

O principal fomentador do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* foi **Alfredo Romário Martins** (1874-1948), um dos principais ideólogos paranaenses do

século XX. Apesar de sua família não ser de nenhum ramo economicamente dominante, ela tinha boas condições financeiras e era envolvido com a vida social da capital. Nascido em Curitiba, seu primeiro emprego foi como aprendiz de tipógrafo na redação do primeiro jornal do estado, o *Dezenove de Dezembro*. Ao longo da vida, trabalhou em vários outros jornais e revistas como escritor. Como afirma Bega (2001), sua vida foi composta por uma dupla militância, a de escritor e a de homem público. Romário Martins foi literato, jornalista, professor, pesquisador, membro de várias instituições culturais e de pesquisa do estado, das quais foi por vezes presidente e diretor.

Na política estadual, exerceu o cargo de deputado estadual entre os anos de 1907 e 1919, em paralelo com os diversos cargos em instituições públicas e privadas, como o Instituto. Poucos pensadores construíram uma obra tão vasta sobre o estado como esse paranista, como gostava de se identificar. Em seu trabalho sobre Romário Martins, Décio Szvarça (2004) o define como um grande *forjador*, com uma produção historicista e ideológica, inegavelmente vasta. Foi responsável pela fundação e pelas diversas organizações do Instituto, sendo a principal referência da instituição no início do século, tornando-se seu patrono e presidente perpétuo. Seus interesses pela história e pela geografia do Paraná estão impressos nos diversos títulos publicados, muitos deles repletos de interpretações equivocadas e tendenciosas, como pode ser observado nos textos publicados pelo autor nos *Boletins do IHGP*.

Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937) teve uma participação marcante em todos os processos e movimentos que se desenvolveram no Paraná no início do século. Membro do grupo de escritores jornalistas, ele dividia seu tempo entre textos literários de estética simbolista, na maioria poemas, e textos jornalísticos sobre assuntos daquela atualidade. Escreveu intensamente para o jornal *Dezenove de Dezembro*, e, como destaca Bega (2001), foi um dos poucos a se preocupar em deixar informações sobre sua trajetória pessoal, desde a infância à vida adulta. Apesar de não ter exercido cargos políticos eletivos, trabalhou em cargos burocráticos e como redator no Congresso Legislativo do Paraná. Além do Instituto, em que participou da diretoria como orador nas primeiras diretorias, também fundou e dirigiu o Instituto Neo-Pitagórico e a Escola Brasil Cívico, espaços nos quais deu vazão à sua personalidade ocultista e sua identidade maçônica.

Julio David Pernetta (1869-1921), irmão mais novo do político Emiliano Pernetta, é retratado por Bega (2001) como um escritor mais jornalista que literato, afeito pelos assuntos polêmicos, como sua forte crítica à Igreja Católica, relacionando-a ao antigo regime Imperial considerado atrasado, a defesa da república e a utilização do satânico em suas poesias. Fundou uma série de revistas literárias junto com escritores como Dario Vellozo. Também teve patente militar, como oficial do Batalhão Patriótico na Revolução Federalista.

De **Lucio Leocádio Pereira** (1860-1933), pouco se sabe sua história de vida. Nascido em Paranaguá, mudou-se para Curitiba onde viveu e desenvolveu sua veia literária, através de obras como seu livro *Folhetins* de 1896. Como escritor, seguiu a linha espiritualista dos simbolistas, apesar de estar entre os escritores do período romântico. Foi o fundador da Revista espírita, ainda no século XIX.

Nestor Pereira de Castro (1867-1906) foi um jornalista afeito às polêmicas, tornando-se um dos principais representantes do jornalismo paranaense no início do século. Quando pequeno, órfão, foi enviado para estudar em um seminário de São Paulo. Decidido a não seguir a carreira do sacerdócio, retorna à Antonina aos 16 anos e aos 20, já casado, muda-se para Curitiba, onde foi trabalhar na redação do jornal “Dezenove de Dezembro”. Por diferenças políticas, teve que se mudar para o Rio de Janeiro em 1893 até ser convidado a retornar por Vicente Machado. Segundo Beltrami (2002), sua participação na fundação do Instituto é mais uma reconciliação com a elite local. Como escritor, escreveu pouco, e segundo Bega (2001, p.333), sua obra *Brindes* (1899) pode ser considerada simbolista “por refletir o clima reinante no cenário local”. Sofreu com problemas financeiros a vida toda, e entre os simbolistas, era o mais velho e o de menor destaque, fugindo muitas vezes das temáticas próprias do estilo.

Mesmo **Emiliano David Pernetta** (1866-1921), considerado como um dos maiores poetas paranaenses, advogado de formação, também participou das forças armadas nacionais como Auditor Militar. Exerceu alguns cargos públicos do judiciário, como Juiz e Promotor Público, posições que abriu mão para se dedicar à literatura, uma escolha pela vida intelectual afinal. Viveu a boemia do Rio de Janeiro, capital do império e da federação, de onde trouxe idéias e contatos. Foi também abolicionista, escritor, professor e jornalista de diversos jornais da época.

3.1.4 Os estrangeiros

Para a cerimônia de fundação do Instituto foram convidados dois estrangeiros: **Camillo Vanzolini** e **Luiz Tonissi**. A importância dada aos imigrantes no processo de expansão do Paraná emancipado, combinada com a necessidade de integração deste novo grupo, prioritariamente de origem européia, foi um dos principais motivos para o surgimento do Paranismo e das diversas instituições fundadas no início do século XX. É a concepção de que um novo Paraná passa a existir a partir da fixação desses grupos no estado.

Vanzolini era italiano, médico e representou a colônia italiana nas comemorações nas festas dos Quatrocentos Anos do Descobrimento (Beltrami, p.24, 2002). Apesar de residir em Curitiba, prestava serviços a diversas regiões do estado e do país, como as colônias no interior do estado, dentre elas a Colônia Cecília¹⁹, e foi responsável pela fundação de um colégio na cidade de Campinas, São Paulo, que dirigiu entre 1911 e 1921. Luiz Tonissi, também italiano, estava ligado as companhias de imigração, segundo Beltrami, ele inclusive publicou livros sobre o Paraná na Itália, como um meio de divulgação do estado.

Ambos são o espelho daquilo que se esperava dos imigrantes europeus trazidos ao Paraná: homens e mulheres ilustres, empreendedores, dispostos a adotar a nova pátria como sua própria, ao construí-la e torná-la um lugar de progresso.

Todos esses dezesseis fundadores fossem eles literatos, jornalistas, magistrados, professores e/ou pesquisadores, constituíram-se eles próprios os mitos e as lendas do estado²⁰. Adjetivados pelos pesquisadores da contemporaneidade, tornaram-se parte do cotidiano da sociedade paranaense ao serem representados em nomes de ruas, de praças públicas, de cidades, escolas, bem como em cadeiras

¹⁹ A Colônia Cecília foi fundada em 1890 perto da região do atual município de Palmeira. A sua peculiaridade era o projeto de seus fundadores, dentre eles o italiano Giovanni Rossi, de que a colônia fosse a primeira experiência de uma sociedade anarquista de fato. No entanto, as diversas dificuldades administrativas e de infra-estrutura fizeram com que o projeto, que chegou a ter 150 colonos, fracassasse. Sobre a Colônia Cecília, ver: MELLO NETO, Candido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi: de poggio al maré à Colônia Cecília*. 2.ed. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

²⁰ Quando todos esses homens são classificados como sendo eles mesmos o IHGP e os mitos e lendas da região, procura-se revelar a importância que eles tiveram na tarefa de pensar contemporaneamente o Paraná, conferindo um projeto e um imaginário para a região. O resgate de suas biografias, de seus pensamentos e a exposição de suas imagens fez com que eles também fizessem parte desse imaginário.

em academias culturais e de praças públicas. Ainda que poucos saibam na atualidade quem foi qualquer um deles, seus nomes ficaram gravados no imaginário dos paranaenses. O Instituto e o que ele representa instituiu-os, tornou-os parte da história paranaense, os heróis de feitos lendários. Ao ganharem estátuas em praças e placas comemorativas, cravaram nas cidades do Paraná uma marca física e simbólica. Mais do que forjar um passado para o estado, forjaram a si mesmos para e pelo Paraná.

Filhos do século XIX, esses homens pertenciam à mesma geração e tinham os mesmos valores. Acreditavam no exército, na pátria e no progresso. Aqueles que não exerceram patentes militares defendiam a ordem em prol do progresso. Entre os fundadores, dois militares inclusive foram elevados ao nível de heróis paranaenses.

3.2 AS DEMAIS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO INSTITUTO

Das seis classes de sócios, além dos fundadores há também os sócios efetivos, beneméritos, honorários, correspondentes e auxiliares, categorias essas analisadas a seguir.

3.2.1 Os sócios efetivos

CAPITULO III DOS SÓCIOS

Art.º 1º - Haverá 6 classes de sócios:

§ 1º - *Fundadores*, os que compareceram à sessão de aprovação deste estatuto, ou justificaram sua ausência;

§ 2º - *Effectivos*, os que apresentarem um trabalho inédito sobre historiografia ou geographia do Paraná, com aprovação do Instituto; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20)

Na cerimônia do clube Curitybano, compareceram Romário Martins, o principal idealizador; Julio Pernetta; Sebastião Paraná, destinado como primeiro presidente; Ermelino Agostinho de Leão, o secretário interino; Camillo Vazollini e Luiz Tonissi, os dois estrangeiros do grupo. Os fundadores José Bernardino Bormann, Jocelym Morosini Borba, Dario Velloso, Manoel Franscisco Ferreira Correia, Emiliano Pernetta e Nestor Pereira de Castro justificaram as suas

ausências. No entanto, Bento Fernandes de Barros, Candido Ferreira de Abreu, José Cândido da Silva Muricy e Lucio Pereira não foram à cerimônia, nem justificaram a ausência, e mesmo assim foram mantidos com o status de fundadores.

Ao longo desse capítulo, foi possível perceber dois motivos principais que conferiram a esses dezesseis homens o título de fundadores, ainda que muitos deles nem mesmo terem comparecido a cerimônia de fundação. O primeiro é o fato de todos eles terem escrito algo relevante sobre a história do Paraná antes da existência do Instituto, sendo os precursores de todo espírito iluminista que envolvia a instituição, sendo considerados, antes de tudo, os fundadores da própria idéia de História do Paraná.

O segundo é a seriedade e compromisso que seus nomes conferem ao IHGP; Políticos e pensadores reconhecido nas esferas regional e nacional, esses homens conferiam a seriedade e a legitimidade que essa instituição privada necessitava perante a sociedade paranaense. Ainda que alguns deles não terem comparecido a cerimônia de fundação mas tenham permanecido na história do instituto como seus fundadores demonstra a importância simbólica a eles conferida e por eles assumida.

A apresentação do trabalho sobre história ou geografia do Paraná é a diretriz que define um membro como efetivo²¹ no Instituto, desde que seu texto tenha recebido a aprovação da instituição. Dessa maneira, se constituiu para aquele momento histórico um parâmetro entre o oficial, reconhecido pelos intelectuais da

²¹ Sócios efetivos segundo publicação do jornal d'A República, de 5 e 7 de agosto de 1916: Adolar Hygreville Hintze; Affonso Alves Camargo; Albano Drumond dos Reis; Alberto José Gonçalves; Alberto Oncken; Alcebiades Plaisant; Alcides Munhoz; Alfredo Caetano Munhoz; Aluizio Ferreira França; Antonio Cardoso de Gusmão; Antonio Ribeiro de Macedo; Aristides Pinho; Arthur Martins Franco; Bento José Lamenha Lins; Caio Gracho Machado Lima; Claudino Ferreira dos Santos; Didio Afonso Costa; Domingos Duarte Velloso; Domingos Virgilio do Nascimento; Elysio de Oliveira Vianna; Ernesto Luis de Oliveira; Euclides da Motta Bandeira; Fernando Muller; Francisco de Paula Negrão; Francisco Guimarães; Francisco Gutierrez Beltrão; Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo; Generoso Borges; Generoso Marques dos Santos; Jayme Ballao; Jayme Dormund dos Reis; João Antonio Xavier Filho; João Baptista Peters; João Barcellos; João David Pernetta; João Eugenio Gonçalves Marques; Joao Evangelista Braga; Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior; Jorge Galdino Nunes da Costa; José Francisco da Rocha Pombo; José Henrique de Santa Rita; José Maria de Paula; José Maria Pinheiro Lima; José Osório; José Venancio do Mello; Julia Wanderley Petrich; Julio Theodotico Guimarães; Luiz Daniel Cleve; Lysimaco Ferreira da Costa; Manoel Correia de Freitas; Manoel da Silveira Netto; Manoel de Alencar Guimarães; Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça; Manuel do Rosario Correia; Marcos Leschaut; Mariana Coelho; Marins Alves Camargo; Nilo Cairo da Silva; Nivaldo Teixeira Braga (prof); Octaviano Ferreira do Amaral; Pamphilo de Assunção; Paulo Ildefonso de Assunção; Raul Gomes; Reynaldo Machado; Ricardo Negrão Filho; Ricardo Pereira de Lemos; Sebastião Von Saposki; Seraphim França; Telemaco Morosini Borba; Theophilo Soares Gomes; Torres Homem; Vicente Machado Silva Lima; Vicente Montepoliciano do Nascimento; Victor Ferreira do Amaral.

instituição como válido para a sociedade paranaense e o não oficial, inválido. Na falta de um instrumento de divulgação dos trabalhos dentro do Instituto, jornais e revistas da época foram utilizados pelos sócios efetivos para divulgação de seus trabalhos. Apenas a partir de 1917, com a publicação dos *Boletins do IHGP Histórico e Geographico Paranaense* e que no estado se constitui, no Paraná, um veículo específico para que os intelectuais publicassem seus textos sobre história e geografia.

As profissões dos sócios efetivos seguem o padrão dos fundadores: militares, escritores, jornalistas, engenheiros e dois padres. Políticos importantes, como Vicente Machado Silva Lima, o principal homem da política paranaense da Primeira República, figuram entre os sócios efetivos, muitos deles sem nunca terem escrito sobre a história ou a geografia do estado, o que reforça a idéia de que o Instituto esteve nos seus primeiros anos mais ligado à uma questão de status que de efetividade.

Diferente de outras instituições e movimentos paranaenses em que não há representantes femininas, no Instituto, foram aceitas como sócias efetivas a escritora Mariana Coelho²² e a professora Julia Wanderley Petrich²³. No entanto, nenhuma das duas chegou à diretoria ou a publicar artigos.

A professora Julia Wanderley Petrich (1874-1918) foi a primeira mulher inclusive a tornar-se professora do estado, dedicando sua vida ao ensino nas escolas públicas da capital paranaense, foi a primeira a conseguir ingressar na Escola Normal, que recebia até então apenas homens como seus alunos. Wachowicz (1968, p.302) afirma que Julia “Foi mestra escola acidentalmente, porque era este o único campo de atuação cultural para uma mulher, na Curitiba de então[...]”. As dificuldades presentes na inserção das mulheres na vida intelectual do

²² Mariana Coelho (1858-1954) era portuguesa e mudou-se para Curitiba em 1892, onde foi professora, diretora de algumas escolas e chegou a fundar um colégio apenas para moças. Como escritora, produziu poemas, contos, estudos de crítica literária, traduções e artigos para jornal. Seu livro “O Paraná Mental”, publicado em 1908 (reeditado em 2002 pela Imprensa Oficial), é um retrato da história da literatura paranaense. Polêmica, ela ainda escreve “A evolução do feminismo”, em que procura contar um pouco sobre a história do movimento e suas esperanças para o futuro das mulheres. Ficou famosa pela polêmica estabelecida entre ela e Julio Pernetá sobre o papel da imigração na constituição do Paraná.

²³ Júlia Augusta de Souza Wanderley Petrich (1874-1917) foi uma das primeiras mulheres paranaenses a frequentar o Ginásio Paranaense. Em 1890, após muitas dificuldades e preconceitos, consegue se matricular na Escola Normal, até então uma instituição de ensino apenas para homens. Em 1892 diploma-se como professora normalista. Assim, Júlia Wanderley tornou-se a primeira mulher nomeada pelo poder executivo do Paraná para exercer o magistério. Como escritora, seus temas eram principalmente a educação e as questões sociais de seu tempo.

estado fazem parte do contexto histórico do período em que poucas mulheres conseguiam ter acesso à instrução formal, ou mesmo à vida política.

3.2.2 Os sócios beneméritos

§ 3 – *Beneméritos*, os que prestarem relevantes serviços ao Instituto ou se distinguirem na História ou Geographia do Brazil; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20)

São três os nomes eleitos como beneméritos do Instituto, dois em 1900 e um em 1916. Eles representam o membro exemplar, o modelo de associado a ser seguido, o tipo ideal. Em geral, os membros beneméritos são aqueles que fornecem boas ajudas financeiras para as instituições, no entanto, no *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, não há em seus documentos nenhuma referência de tais atos por parte dos seus sócios beneméritos. O parâmetro para a concessão desse tipo de diploma é a comprovada prestação de serviços tanto ao *IHGP* como à história ou à geografia do país.

O primeiro eleito foi **Antonio Toledo de Piza**. Pouco se sabe sobre esse intelectual ligado a pesquisas históricas, que teve sua indicação como sócio benemérito pelo resgate histórico e pelos seus estudos desenvolvidos pelo mesmo (sugestão: extrair ‘pelo mesmo’ e colocar anteriormente seus, por motivo de repetição) sobre a capitania de Paranaguá. No Instituto, acumulou também o cargo de membro correspondente pelo estado de São Paulo.

O segundo foi **Manoel Francisco Correia** (1831-1905). Nascido em Paranaguá, foi um dos poucos paranaenses a ter um papel de destaque na política nacional no período Imperial, exercendo cargos como de senador e de Ministro das Relações Exteriores. Advogado por formação, recebeu o título de sócio benemérito pelos serviços prestados às instituições públicas brasileiras, como relatam os documentos do Instituto.

O terceiro sócio benemérito do Instituto, eleito em 1916, foi **Ruy Barbosa** (1849-1923). Homem de prestígio nacional foi político no período imperial e no republicano, atuou como advogado e também como diplomata brasileiro. Durante os eventos da Primeira Guerra Mundial, defendeu o apoio brasileiro ao lado dos aliados. No entanto, sua indicação para o status de sócio benemérito é justificada

nos documentos do Instituto a partir da sua atuação em Haya. Designado pelo governo brasileiro como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Segunda Conferência Internacional da Paz²⁴, em 1907, ele teve uma presença marcante nas discussões ao defender a igualdade jurídica entre os Estados.

Pode-se perceber que mais significativo que os membros são os motivos alegados para as suas escolhas. Antonio Toledo de Piza foi escolhido pela sua contribuição às pesquisas históricas sobre o Paraná, em especial no período provincial, anterior a anexação à São Paulo. Manoel Francisco Correia é um dos poucos paranaense que conseguiu destaque e reconhecimento no cenário político nacional. E por fim Ruy Barbosa demonstrou ao mundo ser o Brasil um país de grandes homens e grandes feitos, sendo inclusive o presidente de honra da primeira comissão da Segunda Conferência Internacional da Paz. É o Instituto demonstrando, através da escolha de seus membros beneméritos, a sua preocupação em estabelecer uma relação interdependente com o regional, o nacional e o internacional.

3.2.3 Os sócios honorários

§ 4 – *Honorários*, os que prestarem relevantes serviços á Historia ou Geographia do Brazil; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20)

O título de “sócio honorário” era designado àqueles homens considerados dignos de homenagem pelos serviços prestados a grandeza da formação brasileira, seja a partir da história ou da geografia. Os onze nomes que constam na lista do Instituto foram homens de prestígio na política e na vida cultural do país durante a primeira república. São eles: Benjamim Franklin Ramiz Galvão; Mello Moraes Filho; Sylvio Romero; Antonio da Cunha Barbosa; Luiz Gonzaga Duque Estrada; Vicente Machado Silva Lima; Francisco Xavier da Silva; Frederico Oliveira Ferreira; Alberto dos Santos Dumond; José Gonçalves Lobo; Agostinho Ermelino de Leão.

²⁴ Segunda Conferência Internacional da Paz (Haya – 15 de junho à 18 de outubro de 1907): Tanto a I Conferência da Paz, em 1899, quanto à segunda, foram encontros entre as potencias mundiais para discutir os problemas mundiais, como o imperialismo, a corrida armamentista, a expansão do comércio internacional e da industrialização. Para maiores informações sobre a presença de Ruy Barbosa na Segunda Conferencia Internacional da Paz, acessar o site <http://www.casaruibarbosa.gov.br>.

A presença de políticos renomados entre os membros honorários do Instituto ressaltava o viés político que ele seguia, apoiando pelo governo central de caráter positivista e militar. Da política regional receberam o título Vicente Machado Silva Lima; Francisco Xavier da Silva; José Gonçalves Lobo; Agostinho Ermelino de Leão. Por exemplo, Vicente Machado Silva Lima (1860-1907) foi um dos principais líderes políticos do período, constituindo toda uma rede de poder e de “descendentes” políticos. Já Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901) foi um líder político vindo do grupo dos ervateiros da região, exercendo cargos públicos importantes como o de presidente da província. O juiz Francisco Xavier da Silva (1838-?) e o comerciante José Gonçalves Lobo (1866-?) foram políticos paranaenses de menor destaque, mas bastante envolvidos com a vida política do estado, em especial após a proclamação da república.

Os demais nomes que constam nas listas do Instituto aparecem vinculados muito mais a vida cultural do país. São eles: Benjamim Franklin Ramiz Galvão; Mello Moraes Filho; Sylvio Romero; Antonio da Cunha Barbosa; Luiz Gonzaga Duque Estrada; Frederico Oliveira Ferreira; Alberto dos Santos Dumont. Todos, em algum momento, estiveram em contato com a política paranaense e de alguma maneira marcaram a história do estado. Santos Dumont (1873-1932), por exemplo, quando esteve no Paraná, ficou maravilhado com as belezas naturais do estado, em especial com as Cataratas do Iguaçu, recomendando que elas fossem transformadas em uma atração pública. Sylvio Romero (1851-1914) foi um dos primeiros autores a publicar um artigo nos *Boletins do IHGP* no período estudado. Advogado por formação, também atuou na política nacional. Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863-1911), nascido no Rio de Janeiro, foi um importante crítico literário e, junto com os escritores paranaenses, participou do movimento simbolista.

3.2.4 Os sócios correspondentes

§ 5 – *Correspondentes*, os nas condições de efectivos, mas residentes fora da sede social; (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20)

Nas listas disponíveis no *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, há 82 nomes de membros correspondentes. Eles teriam por função enviar textos, pesquisas e informações sobre o estado das diversas regiões de onde estivessem.

São Paulo²⁵, com 23 membros e Rio de Janeiro²⁶, com 34 membros, eram os dois estados predominantes entre os correspondentes. Essa influência também é perceptível entre as demais classes de membros. A presença majoritária dos dois estados principais da nação brasileira entre os membros correspondentes do Instituto, revela uma busca por uma legitimidade e reconhecimento no âmbito nacional. E de fato, alguns deles contribuíram significativamente com publicações para os *Boletins do IHGP*, como Sylvio Romero e Euzebio de Paula Oliveira. Outros tantos eram funcionários públicos e/ou políticos de destaque, como Justiniano de Mello e Silva²⁷.

Ainda foram membros intelectuais dos estados da Bahia (Elias Figueiredo Nazareth; Pedro Augusto de Mello); Ceará (Barão de Studart); Minas Gerais (Nelson de Senna); Pará (Emílio Goeldi); Paraíba (Irineu Ferreira Pinto); Pernambuco (Alfredo de Carvalho; Arthur Orlando da Silva); Rio Grande do Sul (Octacillo Barbedo; Arnaldo Barbosa; Henrique Martins; Alfredo Ferreira Rodrigues; Augusto Porto Alegre; Alcides Cruz; João Maria.); e Santa Catarina (Lucas Alexandre Boiteux). A presença de correspondentes europeus também é importante, ainda que menor, com sete intelectuais em Portugal (Moysés Marcondes; Manoel da Silva Telles; Abel Botelho; Lobo D'Avilla; José Pereira de Sampaio; Bernardino Machado; Ernesto de Vasconcellos) e um na Espanha (Jeronymo Lopes de Ayala).

Os membros de fora do Paraná, inclusive de fora do Brasil, serviam como reforço à legitimidade da instituição, dando suporte à sua existência. É possível

²⁵ Dario Rodrigues de Moraes; Diogo de Moraes; Affonso Descagnolle Taunay; Affonso A. de Freitas; João Pedro Cardoso; Edmundo Krug; Cyrillo Junior; Hermann Von Ihering; Hartmann - Reichenbach; Adolpho Botelho de Abreu Sampaio; Arthur Rangel Christofell; Anselmo de Carvalho; Antonio Egydio Martins; Gil Pinheiro; João Baylas; Eurico de Goes; Leôncio Gurgel; Alfredo de Toledo; José Jacintho Ribeiro; Gentil de Moura; Julio Prestes; Frederico Gonçalves; Antonio de Toledo Piza.

²⁶ Joaquim da Costa Barradas; Max Fleiuss; Leoncio Correia; Nestor Victor dos Santos; Manoel de Azevedo da Silva Netto; Antonio da Cunha Barbosa; Sylvio Romero; Justiniano de Mello e Silva; Rodrigo Octavio de Menezes; Rio Branco; Francisco de Paula Oliveira; Euzebio de Paula Oliveira; Orville Derby; J. de Mello Moraes Filho; Ubaldino do Amaral Fontoura; José Arthur Boiteux; Almirante Henrique Boiteux; José Vieira Fazenda; Alcebiades Furtado; José Carlos de Carvalho; José Maria Moreira Guimarães; Fulgencio de Lima Mindello; Carlos Alberto Simões da Silva; Marquez de Paranaguá; João Capistrano de Abreu; Manoel Coelho Rodrigues; Ernesto Senna; Alvares Camara; Alvaro Belford; Alberto Ferreira de Abreu; Henrique Villanova; Frederico Ferreira Teixeira de Oliveira; Alberto dos Santos Dumond; Ruy Barbosa.

²⁷ Justiniano de Mello e Silva (1853-1940). Nascido no Sergipe, veio para o Paraná por volta de 1870, onde exerceu diversos cargos públicos, dentre eles de Secretário de Estado da Educação e Inspetor de Ensino. Foi deputado da região tanto no período imperial quanto no republicano. É um dos patriarcas de toda uma geração de políticos paranaense, destacando atualmente os irmãos Requião de Melo e Silva.

perceber, a partir dos sobrenomes, que a maioria dos seus membros, no período estudado, tem origem brasileira. Portanto, a integração dos imigrantes se constituía, neste momento, mais em um discurso do que em uma realidade. Por fim, os sócios auxiliares seguia o padrão dos demais tipos de sócios.

3.2.5 Os sócios auxiliares

§ 6 – *Auxiliares*, as pessoas de distinção que desejem pertencer e auxiliar eficazmente o Instituto, ou lhe façam valiosas doações.
(BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20)

Dos 232 sócios do Instituto, 53 são denominados como auxiliares²⁸. Engenheiros, políticos, juristas e professores são as profissões de alguns dos auxiliares, além da duplicidade de status, em que alguns são auxiliares e ao mesmo tempo correspondentes, por não terem residência no Paraná.

Uma instituição de membros ilustres, de políticos, grandes proprietários e letrados e a maioria de brasileiros. Alguns tiveram suas biografias perdidas pelos anos passados, sendo necessário um estudo específico de resgate da memória desses 232 intelectuais que, na falta de uma sede, foram eles mesmos o Instituto e que dele receberam um título e um espaço dentro da história paranaense. Por essa razão, o Instituto, ainda que com sérios problemas estruturais, continuou existindo, a partir de seus membros e das ações, seja como políticos, juristas, escritores ou historiadores.

²⁸ Sócios auxiliares segundo publicação do jornal d'A República, de 5 e 7 de agosto de 1916: Affonso Cicero Sebrão; Alberto Alves Guimarães; Alfredo Coelho; Antonio Augusto de Carvalho Chaves; Antonio Jorge Machado Lima; Aristides de Oliveira; Arthur da Silva Lima; Arthur Pedreira de Cerqueira; Augusto Stresser; Belisario Pernambuco; Benjamim Pessoa; Brasílio Ferreira da Luz (Rio de Janeiro); Brazilino Moura; Caetano Alberto Munhoz; Carlos Cavalcanti de Albuquerque; Carlos Teixeira Coelho; Clemente Ritz; Cyro Velloso; Emygdio Westphalen; Felipe Nery Dras; Fernandes Eugenio Martins; Heitor Soares Gomes; Hugo Reis; Ignacio da Costa Pinto; Ismael da Rocha; Javiert de Madureira Paula; João Antonio Barros Junior; João Baptista da Costa Carvalho; João Candido Ferreira; João de Menezes Doria; João de Paula Moura Brito; João Evangelista Espindola; João Guilherme Guimarães; João Itiberê da Cunha; José Celestino de Oliveira Junior; José Franco Grillo; José Joaquim da Costa; José Pedro da Silva Carvalho Junior; José Pinto Rabello Junior; Lindolpho Pessoa da Cruz Marquez; Lindolpho Pires da Rocha Pombo; Luciano Rocha Junior; Luiz Antonio Xavier; Luiz Braga de Carvalho; Luiz Ferreira França; Manuel Francisco Correa Netto; Manuel Gomes Maria Junior; Marcelino Nogueira Junior; Samuel Cesar de Oliveira; Theodorico Julio dos Santos; Trajano Joaquim dos Reis; Valfrido Ferreira de Abreu; Zacarias de Borba Cordeiro

3.3 A DIRETORIA E AS DIFICULDADES

Idealizado e realizado pelo polivalente Alfredo Romário Martins, o Instituto teve como primeiro presidente o general José Bernardino Bormann, de 1900 a 1905. Militar, vice-presidente do estado, considerado um herói de guerra, Bormann produziu textos sobre a guerra do Paraguai e a revolução do estado em 1893. Foi aprovado na sua gestão o Estatuto Social em Assembléia Geral, ainda em 1900. A ausência de atividades fez com que no final de 1905 o Instituto fosse “desmantelado”, como revela o texto *Notícia Histórica da Fundação do Instituto*, publicada no primeiro *Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, em 1917.

Insatisfeito com tal fato, Romário Martins convocou os fundadores e membros para uma reunião na Biblioteca Pública do Paraná, no dia vinte e quatro de maio de 1906, com o intuito de reavivar o Instituto. Através da sugestão de João Pernetta, o próprio Romário Martins faz as indicações dos nomes para membros da nova diretoria, que teve como presidente Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior, de 1906 a 1911. Advogado, jornalista e político, Chichorro foi deputado estadual e por várias vezes ocupou cargos nas secretarias do estado. No entanto, não conseguiu diminuir a apatia e falta de atividades do Instituto que seguiu, quase levando-o a extinção.

No dia trinta de setembro de 1911 uma nova Assembléia foi convocada na Biblioteca Pública. Se nas duas primeiras reuniões, Romário Martins pediu para que não figurasse entre os candidatos à presidência da instituição, ocupando o cargo de primeiro secretário, nessa reunião é eleito presidente com mandato até 1916.

Muitas eram as dificuldades estruturais do Instituto, que não tinha nem sede nem recursos próprios. No dia vinte e três de julho de 1916, nova reunião foi feita no Club Curitybano a pedido de Ermelino de Leão, que por carta solicitava a reorganização da instituição. Será a partir dessa nova constituição, tendo Marins Alves de Camargo como presidente e Romário Martins como vice, que se dará início a publicação oficial do Instituto, o *Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Marins Alves de Camargo era promotor público e professor da Universidade do Paraná, reconhecido homem ilustre da sociedade curitibana.

No ano de 1919 houve mais uma reunião no Club Curitybano, em que foi eleito como presidente de honra Caetano Munhoz da Rocha, médico e político;

como presidente honorário perpétuo José Francisco da Rocha Pombo e como presidente efetivo João Moreira Garcez. Essa gestão encerrou-se em 1925, quando a instituição é novamente silenciada.

Onze anos mais tarde, no dia vinte e quatro de maio de 1945, na residência de Romário Martins, é feita a última e definitiva reunião de reorganização da instituição. A partir de então, ela deixa de ter o nome de *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, e passa a ser chamada de *Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense*, ao qual foi integrado o núcleo curitibano da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nesta cerimônia, Romário Martins é aclamado como seu presidente perpétuo, função que exerceu até sua morte, quando foi elevado ao status de patrono do Instituto, em 1948.

Entre 1900 a 1930, o Instituto utilizou como sede a Biblioteca Pública, as dependências do Club Curytibano e a residência de Romário Martins, na Rua Cruz Machado, número 269. A partir da década de 1948, o Instituto alocou-se junto ao Circulo de Estudos Bandeirantes, até receber de doação da prefeitura de Curitiba, em 1953, o terreno na rua José Loureiro, onde foi construída sua sede permanente ocupada desde 1959.

As palavras proferidas por Romário Martins na fundação da instituição parecem prever as dificuldades que o *IHGP* iria encontrar desde 1900 até a sua última reorganização, em 1945. De 1900 a 1925, foram 5 gestões e 4 tentativas de revitalização, que poucos resultados trouxeram além das primeiras publicações do *Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Mesmo assim, a idéia continuou viva entre alguns poucos entusiastas, até que em 1945 ele é definitivamente fundado com o nome de *Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*.

Por um lado, a instituição paranaense forneceu mais um respaldo de aparente estrutura científica para a produção intelectual de seus membros, do que necessariamente um ambiente de desenvolvimento de pesquisas e de discussões. Contudo, as poucas publicações produzidas revelam características importantes do pensamento paranaense no período estudado.

Durante este período, da sua fundação em 1900 a 1925, o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* exercia a função simbólica de representar a inserção do Paraná no mundo dos estudos científicos, servindo de suporte institucional para a produção de seus membros e fundadores. Lílian Schwarcz (1993, p.104-105) afirma,

em seu estudo sobre o *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* no século XIX, que seus membros eram políticos e proprietários de terra, que tinham na instituição um ambiente de consagração do grupo dominante local e de uma história regional. “A associação cumpria, assim, diferentes papéis: para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal”.

4 OS DISCURSOS DOS BOLETINS DO IHGP

Em 31 de junho de 1916, o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* passou pela terceira reorganização desde a sua fundação em 1900, numa reafirmação constante da relevância da instituição para a sociedade paranaense. Para a diretoria²⁹, foram eleitos políticos e pensadores de destaque do período, considerados como “homens bons”, tais como o presidente do Instituto Marins Alves de Camargo e seus vices Romário Martins, Ermelino Agostinho de Leão e Coronel Telêmaco Borba. Essa diretoria, que presidira o Instituto até 1919, foi a responsável pela concretização da principal ação em prol da efetivação de seus objetivos: a publicação do *Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, que resultou em 8 fascículos e 32 artigos publicados entre 1917 e 1918. Esses foram anos tensos, pois na Europa o orgulho das nacionalidades estava exacerbado e a Primeira Guerra Mundial tendeu a complicar ainda mais as relações entre os Estados.

A diretoria³⁰ seguinte, presidida por João Moreira Garcez (1885-?) e que permaneceu no Instituto de 1919 a 1925, foi responsável pela publicação de mais 11 artigos, em dois fascículos, sendo um deles uma edição especial do centenário de nascimento de Dom Pedro II. De 1925 a 1946, o Instituto permaneceu inativo por completo, sem eleição de novas diretorias, nem publicações ou reuniões.

As instituições científicas do início do século tinham nas publicações periódicas o meio através do qual elas poderiam tornar as suas pesquisas e as suas idéias conhecidas pela comunidade a qual elas se destinavam, e reconhecidas pelas comunidades científicas semelhantes. No caso do *Instituto Histórico e Geographico*

²⁹ Quarta diretoria do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, eleita em 31 de julho de 1916: *Presidente*: Dr. Marins Alves de Camargo; *1º Vice presidente*: Romário Martins; *2º Vice presidente*: Dr. Ermelino Agostinho de Leão; *3º Vice presidente*: Coronel Telêmaco Borba; *1º Secretário*: Alcides Munhoz; *2º Secretário*: Francisco Negrão; *1º Orador*: Dario Velloso; *2º Orador*: Dr. Sebastião Paraná; *1º Tesoureiro*: João Barcellos; *2º Tesoureiro*: Domingos Duarte Velloso. Nota: Francisco Negrão desistiu de assumir como 2º secretário nesta gestão, sendo substituído por Domingos Duarte Velloso, e para o cargo vago de 2º Tesoureiro é ocupado por Adolar Hegreville Hintz.

³⁰ Quinta diretoria do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, eleita em 1919: *Presidente de honra*: Dr. Caetano Munhoz da Rocha; *Presidente Honorário Perpétuo*: Dr. José Francisco da Rocha Pomba; *Presidente*: João Moreira Garcez; *1º Vice presidente*: Ermelino Agostinho de Leão; *2º Vice presidente*: Francisco Gutierrez Beltrão; *Secretário Geral*: Romário Martins; *1º Secretário*: Altamirano Nunes Pereira; *2º Secretário*: Edmundo Mercês; *1º Tesoureiro*: Sebastião Paraná de Sá Sottomaior; *2º Tesoureiro*: Francisco Negrão.

Brasileiro, a publicação oficial no período tratava-se da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Inspirados no modelo nacional, o Instituto paranaense estabeleceu em seu estatuto a previsibilidade de uma publicação trimensal, com número de páginas dependente das condições financeiras da instituição (art. 1º do cap. IV) e distribuição regular para os arquivos, bibliotecas e instituições do gênero de todo país (art.3º do cap IV). Sua organização dependeria do seu diretor, ou de toda diretoria (art. 2, § 1º e 2º do cap. IV), que decidiriam o plano pelo qual ela seguiria e quais as suas seções. À medida que as publicações fossem sendo lançadas, era de responsabilidade da diretoria fazer com que elas chegassem às mãos dos sócios, dos arquivos, bibliotecas e instituições do gênero em todo o país.

Experiente no ramo do jornalismo e da editoração, Romário Martins foi o responsável por todas as publicações entre 1918 e 1925, revestido ora do título de Diretor do Boletim (1916-1919), ora de Secretário Geral do Instituto (1919-1925). Como redator da publicação, Martins foi quem selecionou os artigos, organizou, publicou e divulgou todos os fascículos do período. Portanto, há prevalência nos fascículos publicados dos valores políticos e ideológicos defendidos por Martins e pelos grupos políticos aos quais ele estava associado, em especial aqueles relacionados ao Instituto.

As duas diretorias tinham entre seus membros pessoas ligadas ao poder central do governo. Entre 1916 e 1930, o executivo estadual foi dominado por dois políticos pertencentes aos grupos tradicionais mais antigos do estado. Affonso Alves de Camargo, presidente do estado nos períodos de 1916-1920 e 1928-1930, era representante dos proprietários de terra e dos grupos dos Campos Gerais e tinha como seu familiar o presidente do Instituto entre 1916-1919, Marins Alves de Camargo, que também exerceu cargos políticos no estado. Caetano Munhoz da Rocha foi presidente entre 1920-1924 e 1924-1928, era representante dos grupos ervateiros e dos grupos da região litorânea do Paraná, e foi considerado presidente de honra do Instituto entre 1919 e 1925. (OLIVEIRA, 2001, p.239).

Na análise feita por Lilia Moritz Schwarcz (2001) em seu livro “Espetáculo das Raças” ela divide o conteúdo das revistas do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em três categorias: a primeira com artigos e documentos coletados e produzidos pelo Instituto a partir de suas interpretações sobre a história, a geografia e a etnografia brasileira; uma segunda, que revela a biografia de brasileiros ilustres,

tais como os próprios membros do Instituto; e uma terceira parte composta pelas atas, traduzindo seus trâmites internos. A pesquisadora Maria da Glória de Oliveira (2007), ao trabalhar com material publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre 1839 e 1950, revela a presença contínua de biografias de homens e mulheres por eles considerados exemplos para a nação.

Um mesmo objeto de estudo, portanto, pode ser analisado de diversas maneiras, pois os diferenciais estão no questionamento que se faz ao objeto e de onde ele é feito. Este capítulo procura demonstrar que, mesmo dentro dos grupos dominantes da sociedade paranaense, do qual participava Romário Martins e os principais membros do Instituto, havia diversas vertentes pelas quais perpassava qual o melhor projeto para a construção da memória e do homem paranaense ideal. A própria idéia de homogeneidade do pensamento desses intelectuais não pode ser considerada completamente correta, pois em todo o processo da construção de uma identidade coletiva o consenso se forma ao longo do tempo.

A partir da proposta interdisciplinar de Michel Pêcheux (2006) com relação à análise dos discursos, o estudo dos textos dos boletins leva em consideração os autores dos textos, o contexto em que eles aparecem nos boletins e o conteúdo dos mesmos, numa proposta em que linguagem e contextos devem ser vistos de maneira conjunta e complementar. Assim é possível desvendar o discurso do Instituto e conseqüentemente dos grupos que a ele pertenciam, fosse com relação ao Paraná ou ao que o estado deveria ser dentro dos limites de uma noção de científica.

Para fins de análise, os textos dos *Boletins do IHGP* foram divididos em três temas principais e, dentro de cada um deles, percorre-se os caminhos por vários outros temas subseqüentes. São três as principais vertentes: os textos técnicos; os de resgate à memória; os de um projeto para o Paraná.

4.1 TEXTOS TÉCNICOS: A PRÁTICA DA CIÊNCIA

Dentre os 44 textos publicados nos *Boletins do IHGP* entre 1917 e 1925, dez deles procuram tratar de maneira técnica questões relevantes sobre o estado. Nestes textos são apresentados dados sobre as estradas, a capacidade geológica, os limites dos municípios, os estudos e dados etnográficos.

TABELA 1: TEXTOS TÉCNICOS DOS BOLETINS DO IHGP

N.	Ano	Fasc.	Texto	Autor	Ano escrita
3	1917	1	Memória apresentada pelo Dr Moreira Garcez, delegado do Paraná, ao 1º Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem	GARCEZ, João Moreira	1916
4	1917	1	Noticia sobre as Minas de carvão de pedra da Bacia do rio das Cinzas, pelo Dr. Euzebio de Oliveira (1916)	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1916
11	1917	3	Paleoethologia	GRILLO, José Franco.	1917
12	1917	3	Pesquisas de Petróleo	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1915
20	1917	4	Sobre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra morena, município de Palmas, Estado do Paraná	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1917
21	1918	5	Geologia Econômica	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1918
22	1918	5	Partilha Internacional	BARROS, Edmundo de.	1918
23	1918	5	Os limites dos municípios do Paraná (Relat.de 1916, do Dr. Enéas Marques)	SANTOS, Enéas Marques dos	1916
24	1918	5	Contribuição à Geologia da Bacia do rio das Cinzas (segunda memória)	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1918
40	1925	1(9)	Far West Paranaense	REBOUÇAS, André.	1925

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O primeiro texto, que pode ser assim denominado, é da autoria de João Moreira Garcez, intitulado *Memória apresentada pelo Dr. Moreira Garcez, delegado do Paraná, ao 1º Congresso Brasileiro de estradas de rodagem*. João Moreira Garcez (1885-?) era engenheiro civil e por vezes peça importante na política do estado na discussão de assuntos técnicos. Um dos principais trabalhos que desenvolveu a pedido do governo foi em 1919, quando foi enviado à área contestada entre Paraná e São Paulo, como perito para discutir os limites entre os dois estados.

Três anos antes, em 1916, havia sido enviado à capital federal como representante oficial do Paraná nas discussões sobre as estradas de rodagem do país, em que descreveu a infra-estrutura rodoviária do estado e defendeu a ampliação das estradas no estado. Em suas memórias publicadas pelo Instituto, Moreira Garcez descreveu desde as obras executadas no Paraná, a quantidade de quilômetros construídos, reconstruídos e os projetos de estradas estudadas, até os usos das estradas para o desenvolvimento econômico da região.

Em um segundo momento de seu texto, Moreira Garcez procura expor medidas para a expansão e conservação das estradas. Para isso, utilizou-se de exemplos de casos franceses, estudos específicos e de fórmulas matemáticas, ou seja, seu texto é repleto de dados e de informações práticas e objetivas que ao fim, tem o intuito de defender os interesses do estado na conferência.

Textos como as memórias de Moreira Garcez não são explicitamente regionalistas, mas dentro do contexto em que estão inscritos, acabam por defender

uma imagem de Paraná perante o resto da nação. Ao fim do texto publicado pelo Instituto, há uma pequena nota, dita de origem do periódico “Jornal do Brasil” que afirma:

Além desta importante memória que mereceu os mais calorosos elogios do sr. Dr. Sampaio Corrêa, Presidente da Secção Technica, feitos na secção plenária do dia 18, o sr. Dr. Moreira Garcez apresentou, conforme já tivemos ocasião de nos referir, diversos regulamentos e relatórios sobre estradas de rodagem do Paraná, os quaes evidenciam que aquelle Estado occupa o primeiro lugar entre os demais do nosso paiz, com referencia a estradas de rodagem. (GARCEZ, 1917, p.53)

Os textos técnicos tendem a construir, de maneira científica, um estado exemplar para o Brasil, com grandes capacidades de crescimento e desenvolvimento. Um exemplo disso é o fato de Euzébio Paulo de Oliveira, um dos principais cientistas brasileiros da época, ser o autor mais publicado nos *Boletins do IHGP*, com cinco artigos.

Engenheiro Civil e de Minas, Euzébio Paulo de Oliveira (1883-1939) foi um dos membros fundadores da Associação Brasileira de Ciência, da qual também exerceu os cargos de tesoureiro e presidente. Como funcionário e diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, foi um dos mais importantes geólogos do período, desenvolvendo pesquisas por todo o país sobre petróleo e minérios diversos.

O primeiro artigo de Oliveira publicado nos *Boletins do IHGP* foi *Noticias sobre as minas de carvão de pedra na bacia do Rio das Cinzas*, escrito em 1916 a partir de uma expedição do autor a pedido do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Nele, Oliveira descreve sua expedição às regiões do Rio das Cinzas³¹, das então vilas de Piraty, Caethé e por algumas fazendas no estado do Paraná para tratar das possibilidades de extração de carvão. Repleto de informações geológicas e geográficas sobre o Paraná, o autor apresenta algumas potencialidades que têm as regiões do Paraná e de São Paulo em que pesquisou para a exploração de diversos minérios, em especial o carvão. Ao final do texto, ele admite que o carvão brasileiro utilizado pelas locomotivas importadas não tem apresentado o desempenho esperado. Como solução, ele defende o investimento do governo

³¹ Rio das Cinzas nasce no município de Piraí do Sul, no Paraná e corre em direção ao rio Paranapanema. Ele é importante, pois, além de receber diversos afluentes da região, foi o primeiro rio da região em que foram encontrados ouro e diamantes pelos exploradores.

brasileiro na construção de locomotivas próprias que possam aproveitar o tipo de carvão bruto presente no território nacional.

Por diversas vezes o autor cita seu trabalho sobre a geologia do Paraná, como uma referência para os estudos sobre as capacidades minerais do sul do Brasil.

No meu trabalho sobre a geologia do Estado do Paraná já tive ocasião de salientar que o calcareo é um elemento commum no estado de *cimento* em quase todas as camadas do terreno permiano do sul do Brasil e que, por vezes, em alguns horizontes, ele se apresenta em camadas sufficientemente puras para ser utilizada na fabricação da cal. (OLIVEIRA, 1917, p.64).

No seu texto *Pesquisas de Petróleo*, escrito em 1915 sob encomenda do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e publicado no terceiro fascículo dos Boletins, inicia com uma série de informações técnicas sobre o que são esses hidrocarbonetos líquidos denominados como petróleo. Oliveira parte das características geológicas de vários lugares do mundo em que há presença de petróleo, para discutir a tese de I. C. White de que não haveria petróleo na região do Paraná. O Doutor I. C. White foi responsável por um relatório, escrito em 1904, sobre as jazidas de carvão do Brasil e as possibilidades de petróleo na região sudeste e sul do país. No Paraná, seus estudos se concentraram na região de Irati, onde ele concluiu a impossibilidade de petróleo na região. O geólogo brasileiro, a partir de estudos feitos na região paranaense, contesta a tese de White ao afirmar que há boas possibilidades da existência de petróleo no Paraná.

Esta afirmação colocava o Paraná na rota internacional das possibilidades de existência daquela que se tornou ao longo do século XX uma das principais matrizes energéticas do mundo. No entanto, Euzébio Paulo de Oliveira enfatiza a necessidade de maiores estudos para a comprovação de sua tese e para que as possíveis jazidas possam ser exploradas. O texto seguinte, intitulado *Sobre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra morena, município de Palmas, estado do Paraná*, foi publicado no quarto fascículo dos *Boletins do IHGP*, ele retoma a questão das possibilidades de petróleo no Paraná. Defensor da necessidade de maiores pesquisas no Brasil sobre o assunto, neste texto ele explora alguns indícios rochosos que indicam possibilidade de petróleo que foram percebidos na região de Palmas, na serra Morena e às margens do Rio Iguaçu.

Em *Geologia Econômica e Contribuição à Geologia da Bacia do rio das Cinzas (segunda memória)* foram publicados no quinto fascículo do Boletim do Instituto, em 1918, e ambos tratam de maneira técnica das capacidades geológicas do Paraná que, com o investimento adequado, poderiam tornar-se uma fonte de renda para o estado.

Nos textos classificados como produções técnicas, a noção de ciência passa por um processo constante de justificativa das pesquisas com dados, fórmulas e como todas as informações servem para revelar quanto o estado do Paraná é promissor. Outra característica dos textos é o fato deles sempre acabarem envolvendo a geografia como fonte de pesquisa e de destaque para o estado.

O destaque dado às questões geográficas, às qualidades e potencialidades naturais como elemento constituinte da identidade regional, inclusive nos textos de memória, deve-se a uma nova postura dos pensadores brasileiros frente às riquezas do território, a contemporaneidade da história dos grupos “civilizados” no território, e às consequências da Primeira Guerra Mundial na maneira de pensar as bases da nacionalidade brasileira.

Do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria, em 1914, à assinatura do tratado de Versalhes pela Alemanha, em 1919, todas as atenções do mundo estiveram voltadas para o continente europeu e às atrocidades da guerra que por lá se processou. O que antes era visto como modelo de civilização e desenvolvimento iluminista, baseado numa tradição histórica milenar, mais parecia o palco para uma verdadeira barbárie. Por conta do conflito, os ânimos nacionalistas dos diversos grupos sociais se exacerbaram no Brasil, tendo nos movimentos regionalistas o espaço para a produção e divulgação de suas idéias, que em meio à crise européia, passa a valorizar o espaço, o território e a geografia brasileira (VELLOSO, 1993).

Como apresentado nos capítulos anteriores, a quantidade de imigrantes europeus no Paraná era significativa o suficiente para que o assunto da Primeira Guerra fosse pauta de debates e discussões nos principais jornais da época. A reafirmação da nacionalidade brasileira e a necessidade da integração dos grupos imigrantes voltam a ser uma preocupação por parte dos grupos dominantes locais. Em 1917 são publicados os primeiros *Boletins do IHGP Histórico e Geographico Paranaense*, que tem como uma das características principais a geografia como

questão central, tanto nos textos técnicos, como nos de memória e que representam um projeto para o Paraná, como será observado ao longo do capítulo.

Mesmo o texto de José Franco Grillo denominado *Paleoethnologia*, o autor descreve tal ciência como o “[...] elo natural que liga a Geologia á História”. (GRILLO, 1917, p.171). Médico formado em Nápolis, na Itália, exerceu o cargo de deputado estadual entre os anos de 1902 e 1903. A partir da descrição das serras e das estruturas geológicas presentes no Paraná é que o autor trata das primeiras presenças de homens no território estadual.

Duas características são importantes para serem destacadas na análise do discurso deste texto. A primeira é o vocabulário e a maneira de pensar sobre os primeiros grupos que habitaram a região, denominados como povos “primitivos” e “raça Sambaqui”, reforçando a concepção do período sobre a inferioridade dos mesmos em relação aos grupos estabelecidos. A segunda característica é a exaltação feita pelo autor aos membros e instituições desses grupos, tais como o elogio feito à Ermelino de Leão e ao Museu Paranaense.

O texto de Edmundo Barros, *Partilha Internacional: dos grandes saltos do Iguaçu*, publicado em 1918, procura discutir uma questão que aparentemente poderia ser classificada como política e do direito internacional a partir de características geográficas. Trata-se da fronteira entre Brasil e Argentina que tem as Cataratas do Iguaçu como divisão. O princípio do *taweg* vem do termo de origem alemã, *thalweg*, que é uma expressão jurídica utilizada para tratar de fronteiras que utilizam rios ou volumes de água como limite. Em um encontro entre rios, aquele que tiver maior profundidade, ou seja, o maior *talweg*, é considerado o rio principal, enquanto os demais são considerados afluentes. No direito internacional, trechos inavegáveis não podem ser submetidos ao princípio do *talweg*, como acontece com o caso entre Brasil e Argentina, por isso a crítica do autor a maneira como foi estabelecida a fronteira entre os dois países na região do Paraná. Ao utilizar exemplos de casos internacionais, o autor enfatiza a importância da geografia para o estabelecimento das fronteiras nacionais do Brasil.

O próximo texto técnico é de Enéas Marques dos Santos (1883-), denominado *Os limites dos municípios do Estado do Paraná em 1916*. Filho de Generoso Marques, homem influente do Paraná, teve uma formação acadêmica na área jurídica, em sua vida profissional o autor esteve ligado à política e a área educacional. Foi inspetor escolar, professor da Universidade do Paraná, e durante a

escrita do texto, Santos exercia o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná.

São cinquenta³² os municípios paranaenses descritos no relatório. Para cada um deles o autor descreve seus limites geográficos e traz algumas informações, por exemplo, de quando eles foram estabelecidos, tais como datas e números de decretos, ou sobre a elevação da região ao status de município. Curitiba é descrita da seguinte maneira:

11 Curitiba – Limita-se pelo rio Atuba, desde a sua nascente até a sua foz no Iguçu; por este á foz do Bariguy; por este até encontrar a estrada de rodagem; em linha recta até atraz da Colônia D. Augusto; em rumo até entrada da estrada que vai á Colônia Rebouças e que parte da estrada de Matto Grosso um pouco além da Ferraria; em rumo até o açude do Capitão Domingos e d'ahi até a estrada Juruany, passando pelo campo do Matheus, tendo partido de uma cruz da Guapiava nos campos do Timbutuva. (Estes limites foram extrahidos do “Estatuto sobre a constituição geológica do Município de Curitiba”, pelo Engenheiro Benedicto José dos Santos, Págs 6 e 7). (SANTOS, 1918, p.32-33).

Se por um lado o texto de Enéas Marques dos Santos não contém nenhuma reflexão sobre os dados técnicos apresentados, não é possível dizer o mesmo do último texto caracterizado como técnico, de Edmundo Alberto Mercer (1878-), denominado *Far West Paranaense*, publicado no fascículo de 1925. Ligado à política estadual, em que chegou a ser eleito como deputado estadual entre 1928 e 1931, Edmundo Mercer ficou mais conhecido por ter sido Comissário de Terras e latifundiário, sendo responsável pela região de Tibagi, de onde publicou alguns mapas, e pelo seu trabalho para o Serviço de Agrimensura. Ele inicia seu texto exaltando a natureza paranaense e o potencial de exploração da mesma:

Dissemos, certa ocasião, que o Paraná (o Estado), não estava nos “Campos Gerais”, nesse “Arizona Paranaense” e sim nos seus sertões de Oeste. A nossa descrição de hoje, se bem que reconheçamos de pouco valor, prova a verdade dessa afirmativa, pondo em relevo as “riquezas mortas” que ahi estão acumuladas á espera do homem, do capital e da intelligencia, para manifestarem-se em força produtiva, assombrando o resto do Paiz com a sua opulência floresta l e agrícola. (MERCER, 1925, p.73).

³² Antonina, Araucária, Assunguy de Cima, Bocayuva, Campina Grande, Campo Largo, Castro, Clevelandia, Colombo, Conchas, Curitiba, Deodoro, Entre Rios, Guarekessaba, Guarapuava, Guaratuba, Iguassú, Imituva, Ipiranga, Iraty, Itayopolis, Joboticabal, Jacarésinho, Jaguarihuva, Lapa, Morretes, Palmas, Palmeira, Palmyra, Paranaguá, Pirahy, Ponta Grossa, Porto de Cima, Prudentópolis, Ribeirão Claro, Rio Branco, Rio Negro, Santo Antonio da Platina, São João do Triumpho, São José da Boa Vista, São José dos Pinhães, São Matheus, São Pedro de Mallet, Serro Azul, Tamandaré, Thomazina, Tibagi, Timbó, Trez Barras, União da Vitória.

Seu texto segue com uma série de informações técnicas, como latitudes, longitudes, tipos de vegetação, vales, rios e possibilidades de exploração para o estado. Ao término, incentiva o governo a enviar investimentos para a região, promissora terra paranaense.

4.2 TEXTOS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Dentre os fins do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, o primeiro e um dos principais é “§ 1º A colligir, estudar, publicar e archivar os documentos que sirvam á historiographia do Paraná, promovendo a difusão do seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna”;(INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE, 1917, p.17). Isso significa construir uma memória própria para o Paraná, sendo os *Boletins do IHGP* o instrumento para que essa memória pudesse tornar-se pública.

Tratando-se de processos de constituição de identidades nacionais e regionais, é necessário que os indivíduos tenham consciência de tal identidade, tanto da sua existência como do compartilhamento da mesma com outros indivíduos. Esse processo é possível a partir de representações de si mesmo neste coletivo, quer seja através de imagens mentais ou materiais, conceitos, ou de um conjunto de lembranças comuns. Construir uma memória aos moldes do Instituto no início do século XX implica em escolhas do que é relevante ser lembrado e o que não é, numa constante reciclagem, ou seja, não é um processo estático e imutável.

Os textos presentes nos *Boletins do IHGP* estão inseridos em um contexto de intenso interesse, por parte dos grupos sociais que faziam parte do Instituto e do movimento paranista, na formação de uma particularidade paranaense que abrangesse todos os habitantes do estado, independente da nacionalidade dos mesmos. No entanto, como destaca Nizar Messari (2000) em seu texto sobre a construção de uma nova identidade ocidental, “o problema com as identidades coletivas é o processo de formação do coletivo nessas identidades” (p.196). Essa será a dificuldade principal dos habitantes do Paraná no início do século. Através dos textos, aqui caracterizados como de construção da memória, é possível perceber os primeiros traços e os conflitos existentes no discurso de como construir uma memória que possibilitasse a formação desse coletivo heterogêneo.

Formar uma memória é antes de tudo um processo de decisão daquilo que é digno de ser lembrado e daquilo que não deve ser mencionado da história de um grupo social. Tudo que não é escrito, seja por motivos políticos ou pessoais dos autores, constituiu um Paraná que deve ser esquecido, superado. Os textos que seguem fazem parte do que merecia ser dito e lembrado sobre a região, do imaginário que dela dever-se-ia formar a partir de então e eles são importantes também para pensar os pontos esquecidos da história da região.

São vinte e quatro textos, de períodos e temáticas distintos. Eles vão desde o descobrimento do Brasil, a descrições sobre o Paraná nos anos que se seguiram à sua emancipação. Para fins de análise, os textos de resgate de memória estão classificados em quatro tipos: 1) os documentos oficiais do Instituto; 2) a memória a partir da geografia; 3) os textos históricos; 4) descrição de viagens exploradoras e; 5) a busca por um mito fundador.

TABELA 2: TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA DOS BOLETINS DO IHGP

N.	Ano	Fasc.	Texto	Autor	Ano escrita
1	1917	1	Notícia Histórica da fundação do Instituto	Instituto Histórico e Geográfico Paranaense	1917
2	1917	1	Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense	MARTINS, Romário; VANZOLINI, Camillo;	1900
6	1917	2	O descobrimento do Brasil	VELLOZO, Dario	1905
8	1917	2	Descobrimientos marítimos	RODRIGUES, J.C.	1917
14	1917	3	O Paraná em 1853	PARANÁ, Sebastião	1917
16	1917	4	Regimen Administrativo e Fiscal das Minas	FERNANDES JUNIOR, Antonio Manoel.	1917
17	1917	4	Fundação da Villa de Curytiba	MAGALHÃES, Basílio	(época colonial)
18	1917	4	Curityba em 1820	MARTINS, Romário.	1917
19	1917	4	Investigações do Sertão Paranaense	LEÃO, Ermelino de	1917
25	1918	6	Viagem de exploração	CAPANEMA, Barão de.	1917
26	1918	6	Os dois rios do Sahy	ELLIOT, John Henrique.	1845
27	1918	6	A confluencia do Yguassú do Rio Paraná	MARTINS, Romário.	1904
28	1918	6	A Nova Guayra	MONT'ALEGRE, Visconde.	1851
29	1918	7	Itinerário	TOURINHO, Monteiro.	1918
30	1918	7	Descrição Geral da Província em 1867	LOPES, José Francisco.	1848
31	1918	7	Pinhaes	MURICY, J. Candido da Silva; TOURINHO, F.A. Monteiro; RIBAS, J. Lourenço de Sá.	1867
32	1918	8	Bento Cego	LEÃO, Ermelino de	1905
33	1925	1(9)	A consquista de Grayrá	CASTRO, Nestor de	1918
34	1925	1(9)	O Rio da Villa	LEÃO, Ermelino de	1925
39	1925	1(9)	A prehistoria brasileira	D'ASSUMPÇÃO, Pamphilo.	1925
41	1925	1(9)	O Sitio da Lapa	TADDEI, Padre Fernando.	1925
42	1925	E.Esp	D. Pedro II, Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil	NEGRÃO, Francisco.	1925
43	1925	E.Esp	A viagem de D. Pedro II pelo Paraná , extractos dos jornaes da época	COSTA, Comandante Didio	1925
44	1925	E.Esp	A passagem de D. Pedro II por Porta de Cima	NEGRÃO, Francisco; PEREIRA, Altamirano N.	1925
				CAPANEMA, Barão de.	1925

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

4.2.1 Os documentos oficiais do Instituto

Os dois primeiros textos publicados são documentos oficiais do Instituto. *Notícias Históricas da Fundação do Instituto* e *Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1900)*, publicados no primeiro fascículo dos Boletins do IHGP e já explorados no capítulo 2, restando algumas considerações a serem feitas. Com relação à autoria dos textos, por mais que o primeiro se apresente como “sem autor”, há uma presença forte de Romário Martins nele, primeiro pela transcrição de seu discurso na cerimônia de fundação do Instituto, segundo pelo fato de ser ele o responsável pela publicação.

Ambos os textos fazem parte da memória da própria Instituição. As duas preocupações presentes nos textos são com relação aos limites do estado, em especial com Santa Catarina e, a necessidade de estudos sobre a história e a geografia da região.

4.2.2 A memória a partir da geografia

A ênfase dada à necessidade de descrever as características geográficas no discurso de Martins está presente em quatro textos relacionados à constituição de uma memória.

O primeiro deles é o texto *O Paraná em 1853*, extraído do relatório escrito por Antonio Manoel Fernandes Junior entre os anos de 1853 e 1854, quando era o Chefe de Polícia da província. Apresentado ao presidente do Paraná no período, Zacarias de Góes e Vasconcellos na ocasião da emancipação política, foi publicado em 1917 pelo Instituto com o intuito de resgatar de um documento primordial da história da região. O texto procura apresentar a institucionalização da região, desde as primeiras missões de reconhecimento até a sua emancipação política. Os dados apresentados revelam um Paraná rural, de população em crescimento e com grandes vazios demográficos.

As descrições do Paraná feitas pelo autor iniciam-se com as primeiras missões de reconhecimento enviadas às Capitanias Hereditárias da região sul do Brasil no século XVII, a formação das primeiras vilas, os capitães gerais entre 1766

e 1853, e algumas características geográficas da região, utilizadas como divisas entre os municípios e com outras províncias.

Através desse texto, é possível saber como o Paraná estava servido de aparelhos burocráticos no momento de sua emancipação política, em 1853. Segundo o autor, a província contava com os seguintes dados³³: 135 eleitores, divididos em 8 colégios eleitorais; o judiciário tinha 8 comarcas e 14 termos, compreendendo 19 distritos com jurisdição de paz, um juiz e um promotor de justiça na capital, e juízes municipais e suplentes em outras regiões; com relação a polícia, existia uma secretaria na capital e 7 termos com 19 distritos; quanto à divisão política, a província tinha 2 cidades, 7 vilas, 6 freguesias e 4 capelas curadas, mas o autor ressalta que eclesiasticamente eram 15 as freguesias e 4 as capelas curadas.

A parte mais extensa do texto é a análise dessas cidades, vilas, freguesias e capelas curadas que o autor faz, com informações como as suas fundações, seus fundadores, as estruturas administrativas que as compunha, o tamanho da população, as atividades comerciais, o que elas produziam e as distâncias delas até os centros mais próximos.

Apesar “da pressa e dos fracos recursos” que Fernandes Junior teve para poder elaborar seu relatório ao presidente da província, a sua publicação nos fascículos do Boletim do Instituto contribuiu para a construção da memória estatística e demográfica do Paraná no momento de sua emancipação política.

O segundo texto publicado com a função de resgatar uma memória para o Paraná, que parte de estudos que tem como tema central dados sobre a geografia da região, é o intitulado: *A confluência do Yguassú no Rio Paraná*. A sua autoria é de José da Costa Carvalho (1796-1860), Visconde de Mont’Alegre, político e magistrado brasileiro que entre 1839 e 1851 foi Primeiro Ministro do Império do Brasil. O texto em questão é um relatório elaborado para o Ministério dos Negócios do Império, em 1851, e descreve as primeiras explorações feitas na região que vai de Guarapuava até as margens do rio Paraná, bem como em outros rios da região,

³³ É importante ressaltar que a Constituição de 1891, que esteve em vigor até 1934, tinha muitas restrições quanto a qualidade dos eleitores brasileiros. Por exemplo, não podiam se alistar como eleitores os mendigos, os analfabetos, os praças de pré, os religiosos, e os cidadãos não alistados. Em um país em que a grande maioria da população era pelo menos analfabeta, a quantidade de eleitores era muito pequena. As demais formas de divisão municipal, como villas e freguesias, também são típicas do período, e representam a diferença de tamanho e quantidade populacional que existia na região, desde as menores como as capelas curadas, as maiores como as cidades.

com o intuito de verificar a viabilidade da construção de estradas, vias fluviais e um porto no litoral.

Quem faz o resgate e a indicação para publicação do texto no oitavo fascículo dos Boletins do *IHGP* é Caetano Manoel de Faria e Albuquerque (1857-1925), engenheiro militar, político e pesquisador brasileiro, descendente do comandante de armas da província de Mato Grosso, o tenente-coronel Caetano Manoel de Faria e Albuquerque. No período da Primeira República, Faria Albuquerque exerceu os cargos de deputado federal de Mato Grosso e, entre 1915 e 1917, foi presidente do mesmo estado. A sua presença nos *Boletins do IHGP* demonstra a sua preocupação em manter contato com os grupos dominantes da sociedade paranaense. Envolvido pessoalmente no projeto da construção de uma estrada de ferro dos irmãos Rebouças que ligaria o litoral do Paraná e Mato Grosso, dedicou-se ao resgate e elaboração de estudos sobre as condições dos terrenos e de estradas da região.

Em 1867, três políticos paranaenses foram nomeados para escrever as condições da província de maneira que pudesse interessar ou atrair possíveis imigrantes. Intitulado *Descrição Geral da Província do Paraná em 1867*, o texto é um tratado sobre as condições favoráveis da província pós sua emancipação política. Eram eles: José Cândido da Silva Muricy (1827-1879), médico natural de Salvador, enviado ao Paraná em 1853 como tenente cirurgião, chegando a cargos políticos como de deputado da província e um dos fundadores do Museu Paranaense; Francisco Antonio Monteiro Tourinho (1835-1883), natural do Rio de Janeiro, era militar e engenheiro, exercia a função de auxiliar na comissão da estrada de rodagem Dona Francisca, além de ter dado continuidade ao projeto da estrada da Graciosa; e José Lourenço de Sá Ribas (1820-?), advogado e membro da Assembléia provincial. Os três políticos em questão são o embrião do grupo dominante predominante na política paranaense durante a Primeira República. Além de exercerem cargos políticos de destaque, construíram uma rede de poder que se perpetuou na região.

Elaborado para ser apresentado ao presidente da província Polydoro Cezar Burlamaque, o Paraná é apresentado como uma terra cheia de possibilidades com seus rios, seus tipos de solos, seus climas, suas riquezas minerais e as insipientes infra-estruturas existentes. Assim como o texto anterior, a publicação do relatório é a perpetuação da visão que um grupo político tinha sobre o Paraná, fundada nas suas condições e capacidades geográficas.

O último texto que aborda a temática geográfica a partir do resgate de uma memória é *O Rio da Villa* de João Pamphilo Veloso d'Assumpção (1868-?). Advogado e professor de direito na Universidade do Paraná, nesse texto Assumpção não está preocupado em discutir questões jurídicas, mas terminológicas. O texto, escrito em 1925, procura esclarecer uma questão dúbia presente em vários textos contemporâneos sobre a história de Curitiba: o Rio Ivo e o Rio da Villa seriam ou não o mesmo rio? Para Assumpção “o mais tarde denominado Ivo, nunca foi denominado Rio da Villa” (1925, p.12), pois o rio da Villa é na verdade o Rio Bacacheri.

O autor fundamenta seu estudo com documentos históricos do século XVII e XVIII que descrevem a região e os trajetos percorridos por funcionários do governo e moradores da região. Pelas descrições o Rio da Villa seria na verdade o Rio Bachacheri.

Os primeiros relatos sobre Curitiba destacam os rios, o clima, a vegetação e as elevações da região. Estabelecer se as denominações são tratadas de maneira correta é uma maneira de resgatar a história da formação da região. Assim, a geografia ajudou a resgatar a memória de Curitiba e do Paraná.

4.2.3 Descrição de viagens exploradoras

Ainda que as expedições de exploração científicas e/ou de reconhecimento fossem uma prática comum nas Américas, apenas três descrições foram publicadas nos *Boletins do IHGP*. As duas primeiras nos fascículos de 1918 serão analisadas neste item e a terceira, publicada na Edição Especial de 1925 será analisada posteriormente.

Os dois primeiros textos são frutos do espírito explorador e empreendedor do Barão de Antonina, João da Silva Machado (1782-1875). Nascido no Rio Grande do Sul, iniciou sua vida como alfaiate e feitor de fazenda, até decidir seguir carreira militar e política e fazer fortuna na região do Paraná. Encarregou-se de diversas explorações no território e enquanto representante da Quinta Comarca na Assembléia Provincial de São Paulo, foi encarregado de dirigir uma série de obras públicas como abertura de estradas, recuperação e conservação de antigas. Quando da emancipação do Paraná, assumiu uma vaga no senado imperial. Foi o

fomentador das expedições de John Henry Elliot e de José Francisco Lopes. Sobre a relação entre o Barão e esses dois personagens, comenta Davi Carneiro (1963, p.66):

Contratou com Francisco Lopes, destemido sertanejo, e com o piloto, (agrimensor) João Henrique Elliot as medições de que necessitava (ainda que essas fossem sem precisão perfeita) para a posse que não tardou em obter à vista das suas amizades políticas. Foi assim que fez fortuna nababesca que possuía ao fim de sua vida. [...] Escreveu alguns artigos na Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro, graças as informações e mapas dos irmãos Lopes, de Elliot e dos Borbas.

Em 1845, o Barão de Antonina reuniu um grupo de homens com o intuito de fazer uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo rio Paraná, Ivahy e pelos sertões adjacentes. Dentre os convidados, estava John Henry Elliot (1809-1884), designado à expedição como técnico em cartografia. Elliot nasceu nos Estados Unidos e aos 16 anos mudou-se para o Brasil, terra que se tornou sua pátria após alistar-se ao exército e ser convocado como tenente para lutar na guerra da Cisplatina. Além da patente militar, também foi escritor, geógrafo e aquarelista, participando de diversas expedições nas regiões dos atuais estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Seu diário da viagem de 1845, denominado *Viagem de Exploração*, contém informações sobre as regiões percorridas, as dificuldades, os grupos sociais com os quais se deparou, além da descrição de algumas características geográficas. O trajeto inicia-se na fazenda de Perituva em 16 de agosto, com a saída de uma comitiva de dezenove pessoas, dentre elas “oito camaradas índios domesticados”, segundo o autor. Pelo texto, é possível perceber que os indígenas eram utilizados como guias nas viagens. Aqueles encontrados ao longo do caminho são denominados *Bugres*. Durante dos cinco meses que se seguiram, as chuvas e a fuga de indígenas foram algumas das dificuldades encontradas. Ao final, Elliot faz um breve resumo das distâncias percorridas pela expedição e do rio Ivahy.

Em 1848 foi a vez de José Francisco Lopes (1811-1868) ser encarregado pelo Barão de Antonina para uma viagem de exploração, que tinha como objetivo verificar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e de Mato Grosso pelo baixo Paraguai. Francisco Lopes viveu por muitos anos perto das fronteiras entre o Paraguai e o Mato Grosso, o que lhe conferiu certo conhecimento sobre a região. Porém, tornou-se conhecido não por suas explorações, mas pela sua

postura heróica na guerra do Paraguai, para a qual se alistou voluntariamente após o seqüestro de sua família pelas tropas paraguaias. Seu irmão, Joaquim Francisco Lopes (1805-1868), também foi um conhecido explorador que trabalhou para o Barão de Antonina na regiões do Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

A expedição de 1848 era composta por nove pessoas e um interprete, partindo no dia 27 de outubro do ribeirão das Congonhas. Mais detalhista que a viagem de Elliot, destaca-se o encontro dos exploradores com as ruínas jesuítas e com os indígenas, muitas vezes utilizados como seus guias nos trajetos. Ao final do texto é apresentada uma tabela com os trajetos e as léguas percorridas. Apesar de José Francisco Lopes ser o responsável pelo texto, quem assina como encarregado das explorações é seu irmão Joaquim Francisco Lopes.

4.2.4 Os textos históricos

Os próximos textos, dentro da classificação daqueles que tratam de uma memória para o Paraná, são os que têm a história como tema central. São quatro no total, e todos têm como ponto em comum partir da história do Brasil para tratar da história regional.

Em *O descobrimento do Brazil* de J.C. Rodrigues e em *Descobrimientos Marítimos* de Sebastião Paraná, o tema central são as grandes navegações e a história nacional brasileira. Prevalece entre esses pensadores a idéia de que a história da América se inicia com as navegações e a chegada de colonizadores ao continente. Essa idéia se estenderá aos demais textos sobre história do Paraná, descrita a partir das colonizações no litoral e no planalto de Curitiba.

Sebastião Paraná (1874-1938) era bacharel em direito, geógrafo, professor e capitão honorário do Exército Brasileiro, tendo uma obra vasta sobre o Paraná, como *O Brasil e o Paraná*, de 1925; e *Galeria Paranaense*, de 1922. Seus textos têm a função informativa e didática, o que destaca sua preocupação com a educação. *Descobrimientos Marítimos* é um texto laudatório sobre as incursões dos portugueses nos mares da África e da Ásia, com exaltações a Don Henrique e a Dom João II, reis de Portugal.

Em 1905, J.C. Rodrigues faz um resgate de documentos históricos que retratam o período das navegações e do descobrimento do Brasil. Nele, o autor fala

de textos e descrições de viagens que foram preservados em livros franceses e principalmente italianos, como o citado *Navigazioni et Viaggi* de Ramusio, em especial da viagem em que Pedro Álvares Cabral chegou ao território nacional, narrada pelo Almirante Malipiero, por Ângelo Trevigiano e por Giovanni M. Cretico. A importância do passado e da formalização do mesmo a partir de documentos e de pesquisas, consideradas científicas. Seu texto, no entanto, será publicado nos *Boletins do IHGP* de 1917.

A necessidade de documentos históricos para o estabelecimento de um passado é algo evidente entre os textos publicados pelo Instituto. *Regime Administrativo e Fiscal das Minas* de Basílio de Magalhães retorna ao período colonial brasileiro em que foram descobertas as primeiras minas e, dentre elas, as localizadas na região litorânea do Paraná. Em parte do fascículo quatro, o texto está repleto de nomes das principais lideranças políticas da época, das suas reivindicações para com a metrópole, tais como artífices e mineiros capacitados para analisar as possíveis jazidas, das transformações e das conseqüências que a descoberta de pedras e metais preciosos causou nas diversas regiões do país. “Ao lado de benefícios incontáveis, não forma pequenos os males que acarretou a *auri sacra fames...*” (MAGALHÃES, 1918, p.273). Dessa maneira, enfatiza-se a ligação que existe entre a identidade regional com a idéia maior da nação brasileira, exercendo os autores, um “serviço a História da Pátria”.

O anticlericalismo foi uma marca da literatura simbolista no Paraná e dos seus pensadores no início do século XX. O único clérigo a conseguir certa visibilidade foi Fernando Taddei (1867-1940) com a publicação de *A pré-história brasileira* nos *Boletins do IHGP* de 1925. Nascido na Itália, Fernando Taddei partiu aos 16 anos para Paris onde entrou para a Congregação da Missão, mais conhecida como Vicentinos, e lá concluiu seus estudos de Filosofia e Teologia. Enviado em missão ao Brasil como diácono, em 1890 ele tornou-se sacerdote no estado da Bahia. Percorreu diversas regiões do país em missão, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais e por fim o Paraná.

Defensor da doutrina católica, Taddei acreditava na educação como meio de propagação da fé e da salvação, tornando-se voz ativa em jornais e revistas da

época. No Paraná, chegou a exercer o cargo de Diretor do Internato Paranaense até ser designado como bispo da recém criada Diocese de Jacarezinho³⁴, em 1927.

Inserido em uma sociedade paranaense influenciada pelas idéias positivistas, iluministas e de laicização, seu texto nada tem de clerical. Nele, Taddei discute a necessidade da utilização de métodos científicos na coleta de fragmentos capazes de desvendar a pré-história brasileira e relata as descobertas arqueológicas de vários naturalistas que viajaram pelo país, tais como Saint-Hilaire, Peter Wilhelm Lun e um não nomeado naturalista finlandês. Sua defesa da pré-história tem um segundo objetivo: exaltar a vida indígena existente no território brasileiro como a origem do povo. Ao final de seu texto, ele chega a citar a existência de provas de que o povo tupi mantinha relações comerciais com os povos do mediterrâneo, em especial os Fenícios.

4.2.5 Edição especial

Se há alguém que mereça a gratidão dos brasileiros, é sem dúvida D. Pedro Segundo [...] D. Pedro Segundo foi, fica dicto, um homem bom. (MACEDO, 1925, p.119)

As idéias liberais e positivistas que se propagavam pelo Brasil fizeram com que, em fins do século XIX, a monarquia fosse classificada como um regime político atrasado, arcaico e incompatível com os anseios de alguns grupos políticos nacionais. As instituições que por vezes valorizaram as figuras monárquicas, como de Dom Pedro, mantiveram-se em silêncio após a proclamação da República, dentre elas os Institutos Históricos.

Após trinta anos do regime republicano, a monarquia já não se apresentava como uma possível ameaça ao poder constituído. Além disso, muitas das expectativas de progresso e de ascensão política, depositadas na república não se

³⁴ Durante o período Imperial, a posição do Imperador como líder da Igreja Católica produziu certa autonomia do clero brasileiro em relação a Roma, o que causou o surgimento de uma Igreja Católica Nacional e a propagação de grupos messiânicos como o de Antonio Conselheiro. A partir do Conselho Vaticano I, de 1869, o Vaticano passa a ter uma postura mais centralizadora, tanto na sua doutrina como com relação aos seus cultos. No Brasil, um dos episódios mais marcantes derivados do Conselho Vaticano I foi a denominada “Questão Religiosa”, com a expulsão dos maçons das ordens religiosas. A romanização das Igrejas Nacionais levou à criação de diversas dioceses e seminários, principalmente na década de 1920, com o intuito de combater as idéias positivistas, liberais, anarquistas, comunistas, protestantes e em geral anticlericais que passaram a existir em território nacional, bem como a padronização das Igrejas com o Vaticano.

tornaram realidade, o que fez com que a memória da monarquia ressurgisse de maneira saudosista.

Dentro desse contexto, em 1925 o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* lançou uma edição especial dos seus boletins intitulada *Dom Pedro II: Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil*, em comemoração aos 100 anos do Imperador. Foram três os textos publicados que procuram resgatar a memória do último imperador do Brasil. Dos autores que escreveram textos em homenagem a Dom Pedro II, pelo menos dois deles tiveram pouca oportunidade de viver no antigo regime (Didio tinha 8 anos e Negrão 18 anos no momento da proclamação da República), portanto, o descontentamento com o regime republicano faz parte da geração seguinte a sua implantação e que participará das transformações políticas da década de 1930.

Para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a monarquia e a própria pessoa do Imperador Dom Pedro II foram muito importantes. O Imperador brasileiro Dom Pedro II foi um personagem ilustre do Instituto, participando ativamente das suas reuniões e decisões, principalmente a partir de 1849, ano da inauguração de suas novas instalações.

As marcas de um saber oficial vão estar portanto bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto “estabelecimento científico-cultural”. Nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto-representará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais. (SCHWARCZ, 2001, p.102)

Com a proclamação da República, a exaltação a monarquia e ao próprio Imperador foram contidas como um meio de sobrevivência da instituição e ambos só foram resgatados, tanto nacional como regionalmente, quando não representavam mais um perigo para o regime vigente.

Ao longo da Primeira República construiu-se um imaginário próprio para o novo regime instaurado, representado por uma série de símbolos, como revela José Murilo de Carvalho em seu livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Uma das imagens mais divulgadas de Dom Pedro II é aquela em que ele se apresenta como um homem velho, de longa barba branca, visivelmente cansado, funcionando como uma referência direta à monarquia, regime ao qual o ex-Imperador era o representante maior.

Ainda que Dom Pedro II seja apresentado nos textos como um homem de qualidades excepcionais, cercado por grupos políticos considerados pelos autores como “exploradores e inescrupulosos”, ao longo das narrativas é o Imperador idoso, doente e cansado que prevalece. Inclusive, de todas as publicações, essa é a única que apresenta uma imagem: a foto do rosto envelhecido, barbudo e comum de Dom Pedro II, como pode ser observado a seguir.

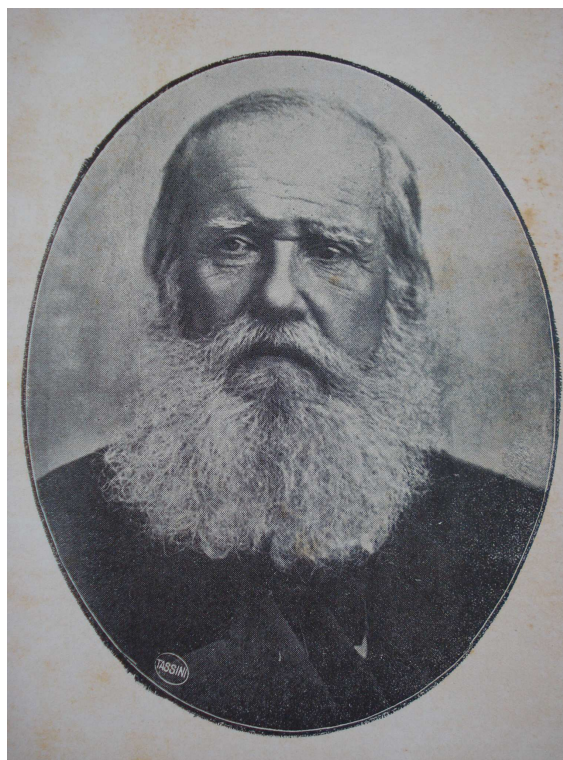


FIGURA 1 – TASSINI. *Dom Pedro II*. Sem data. 1 Fotografia: p&b.; 10x15 cm. BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE, 1925, p.2.

O primeiro deles é a biografia escrita pelo Capitão de Corveta Didio Iratym Affonso da Costa (1881-), intitulada *Dom Pedro II: Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil*. Didio nasceu em Guaratuba e foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar na Escola Naval pela qual seguiu carreira militar. Em paralelo, foi escritor e pesquisador de assuntos militares, com textos publicados em diversas revistas, jornais e periódicos especializados da época. Além do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, também foi sócio da Academia de Letras do Paraná, na qual exerceu o cargo de primeiro vice-presidente. Um dos poucos cargos políticos que exerceu foi o de prefeito de Paranaguá, em 1927. Dentro do exército brasileiro, os militares ligados à marinha eram mais simpáticos à Monarquia. Além disso, em 1925 qualquer temor do retorno do regime já havia se dissipado.

Assim, no primeiro texto do caderno especial do Instituto, Didio narra a história oficial do Brasil a partir da biografia do Imperador Dom Pedro II. Nela há uma sucessão de fatos importantes, como a proclamação da Independência, o período regência, a emancipação e os grupos políticos que cercaram a vida pessoal e política do Imperador durante o tempo que esteve no poder do Brasil.

Há uma característica específica nos três textos ao tratarem do Imperador. Todos concordam que a pessoa de Dom Pedro era extraordinária. Como ressalta Didio “O homem tinha todas as virtudes necessárias a um Imperador de primeira grandeza. Assim foi D. Pedro II. E o resultado é o conjunto de traços cheios de harmonia, entretecendo os elementos formadores da história, cada vez mais luminoso, do esplendido Imperador” (COSTA, 1925, p.57). O fracasso da monarquia é atribuído não a Dom Pedro II, mas àqueles que o cercavam e tornavam o governo possível.

O próximo texto é *A viagem de Dom Pedro II pelo Paraná: extraído dos jornais da época*. Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937), historiador, funcionário público e membro de várias instituições e Altamirano Nunes Pereira, oficial do exército e engenheiro civil, recolheram as principais notícias que saíram nos jornais da época sobre a vinda do Imperador ao Paraná. Nele constam o itinerário do Imperador, as principais visitas, o objetivo da viagem de colocar a pedra fundamental para construção da Estrada de Ferro e as diversas comemorações que inundaram as cidades ao longo de sua viagem. Ele veio em maio de 1881, chegando por Antonia e subindo até Curitiba, onde permaneceu por poucos dias. No texto, o que mais impressiona é a descrição da euforia da população à chegada do Imperador, contudo, não há por parte dos autores um questionamento sobre os motivos que levaram ao fim da monarquia no Brasil.

O terceiro texto da edição especial é de Antonio Ribeiro de Macedo, importante exportador de erva mate que exerceu diversos cargos públicos como suplente de juiz, delegado de política, prefeito de Antonina e deputado da província. Como escritor, teve a oportunidade de dissertar sobre a disputa entre Santa Catarina e Paraná, além de diversos textos literários classificados como pertencentes ao simbolismo. Em *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima*, escrito a pedido do então secretário do *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, Altamirano Nunes Pereira, Macedo narra a passagem do então imperador a cidade de Porto de Cima, onde vivia e era presidente do único clube da cidade, o Clube Literário.

A princípio, Porto de Cima seria uma das cidades de pouso do Imperador, até a sua derradeira chegada à capital. A população de toda cidade se preparou para a visita tão ilustre, vindo camponeses e trabalhadores das regiões mais afastadas a espera da comitiva real. Macedo conta que a população estava em verdadeira euforia, que se transformou em fúria quando, por motivos desconhecidos por eles, a comitiva real passou sem parar em Porto de Cima. Decepcionados, os habitantes gritaram injúrias ao Imperador, que quando soube do acontecido, decidiu que na sua volta, passaria pela cidade. E assim o fez, sendo recebido por número bem menor de moradores, mas não menos calorosos.

Antonio Ribeiro de Macedo acaba por defender Dom Pedro II no ocorrido, atribuindo a culpa à política da época e aos ministros que cercavam o Imperador, um arranjo institucional que ele classifica como aquele em que “o rei reina e não governa”.

4.2.6 A busca por um mito fundador

Dentre os textos que procuram resgatar uma memória para o Paraná, em nove deles é possível perceber o recurso dos documentos históricos, do passado, para tentar definir um mito fundador para o Paraná e para o grupo social que nele habitava. Esses textos procuram dar um sentido para a existência do estado a partir das suas origens. A construção, portanto, de um mito fundador é o complemento para o projeto de Paraná pensado pelos sócios do Instituto e analisado no próximo item.

Apesar de ser o fundador da Instituição, um sócio ativo, o promotor dos *Boletins do IHGP* e um dos principais ideólogos do Paraná no início do século XX, Romário Martins publicou apenas três textos no periódico, sendo que em dois deles o autor procura descrever uma passagem da história paranaense de maneira “gloriosa”.

Em *Fundação da Villa de Curytiba (29 de Março de 1693)* escrito e publicado em 1917, Romário Martins descreve de maneira lúdica a fundação de Curitiba e seu contexto histórico. Com ele é possível acompanhar a chegada dos primeiros pioneiros aos campos dos *Pinhaes*, a fundação da Vila em 29 de março de 1693, os costumes dos primeiros colonizadores, as vendas dos primeiros lotes, uma pequena

biografia do fundador Gabriel de Lara e uma sucinta descrição da capitania de Paranaguá. O texto, com uma série de datas e nomes, tem como objetivo ser um resgate dos principais eventos da fundação para a festa dos seus 224 anos, segundo Martins “[...] o maior avanço da dominação portuguesa ao occidente brasileiro no século XVII” (1917, p.284).

O segundo texto de Martins, apesar de publicado em 1918, foi escrito em 1904 e tem como título *Os dois rios do Sahy*. Dentre os diversos espaços disputados entre Paraná e Santa Catarina encontra-se a ilha de Guaratuba. Através do resgate da fundação da Vila e de documentos do período, Martins procura defender a posição paranaense de que a ilha pertencia ao estado, afinal, a defesa dos limites é a própria defesa da existência, ainda que para isso seja preciso apresentar uma série de documentos históricos.

Não consistamos, pois, que ainda uma vez se ponha em dúvida o nosso direito nessa embora pequenina região ao sul de Guaratuba. De um palmo que ella fosse mereceria ainda assim o sacrifício até da nossa vida, pois que um punhado de terra paranaense tem o valor de um mundo para o nosso affecto! (MARTINS, 1918, p.30)

Os textos de outro fundador do Instituto, Ermelino de Leão, seguem a mesma busca de sentido a partir de relatos históricos. São três os textos assim publicados por Ermelino. No quarto fascículo encontra-se *Curityba em 1820*, escrito e publicado em 1917, em que há uma análise dos textos deixados por Saint Hilaire³⁵ em sua passagem por Curitiba. Numa interpretação livre, Ermelino de Leão destaca do texto do viajante francês uma Villa “silenciosa e perdida em meio de verdejantes campos”, com maioria populacional caucasiana, sem luxos, mas de comércio promissor. Para o autor, a cidade tinha em seu passado recente os germes do progresso, que já despontava naquele início de século, e deixa um recado para sua geração “[...] que saibamos somente cumprir o nosso dever, concorrendo para o progresso desta terra”. (LEÃO, 1917, p.297).

Pinhaes foi um texto escrito por Ermelino de Leão em 1905 e publicado em 1918 com uma dedicatória a seu amigo Francisco Negrão. Nele o autor procura falar da fundação de Curitiba, ou melhor, da *Villa Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes* e

³⁵ Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi um naturalista, botânico e viajante francês que percorreu boa parte do território brasileiro produzindo anotações sobre a natureza do país e os costumes do povo. Sua viagem à região do Paraná, em especial a Curitiba, na década de 1820, possibilitou a produção de importantes informações sobre o período.

das primeiras explorações da região, no século XVII. Os primeiros moradores, os primeiros orçamentos, as dificuldades e o isolamento dos demais centros políticos e as belezas naturais são o tom da narrativa de um verdadeiro contador de histórias que exalta os antepassados e o desenvolvimento de sua terra.

No terceiro texto Ermelino de Leão, publicado em 1925 e intitulado *A conquista do Guayrá*, narra as disputas fronteiriças entre portugueses e espanhóis que se processaram ao longo do século XVII, as bandeiras paulistas e as conseqüências que elas levaram às reduções jesuítas na região de Guairá. Em uma sucessão de datas e personagens históricos, Leão procura destacar o empenho das autoridades da então Capitania de São Vicente de defender os territórios conquistados e os conflitos existentes entre os interesses dos exploradores bandeirantes e dos jesuítas. A narrativa não trata especificamente da conquista de Guairá, e o fim das reduções jesuítas na região contextualiza os fatos, pois os personagens principais não são os indígenas, nem os jesuítas, mas os conquistadores e colonizadores portugueses e a presença dos mesmos no Paraná. O indicativo de continuação no final do texto não é concretizado nessa fase do Instituto, ficando a história sem um final condizente com seu título.

As expedições por dentro do território paranaense já haviam sido tema de outros dois textos publicados em 1917.

Um deles, sem data determinada de escrita, é o intitulado *Investigações no sertão paranaense: questões a estudar, em relação aos princípios da nossa história* tendo por autor Guilherme Schüch (1820-1908), Barão de Capanema. Filho de imigrantes, Schüch foi um homem da ciência. Estudou engenharia, matemática, botânica e foi responsável pela instalação da rede telegráfica nacional. Participou de diversas instituições científicas que surgiram no século XIX e dentre elas foi um membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual foi diretor da Seção Geológica e Mineralógica.

Além disso, o Barão de Capanema foi designado para mediar o conflito entre Brasil e a Argentina pela região do rio Iguaçu. Em 1887, sua passagem pelo sertão paranaense, na região conhecida como território das Missões, fez com que levantasse as indagações presentes no texto publicado anos depois pelo *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*. Nele, Schüch descreve o caminho feito pelo *adelantado* espanhol Álvaro Nunes Cabeça de Vacca, em 1541, desde o litoral catarinense até o sertão paranaense. Com uma série de informações sobre o

caminho do desbravador e a geografia do local, o autor indaga sobre a presença de moradores na região, que serviram de guia a Cabeça de Vacca, denominados por ele de “índios brasileiros”.

Ainda que o texto explore eventos que aconteceram em território paranaense, eles não são explorados como parte do passado efetivo do Paraná, mas sim do Brasil, pois o projeto do autor era mais amplo que o destaque ao regional. Repleto de questionamentos históricos e indicações da necessidade de pesquisas documentais sobre a região, Schüch acaba destacando o papel do indígena pela exploração da região, por exemplo, destacando as possíveis estradas existentes mesmo antes da chegada dos portugueses.

A condição do indígena, bem como dos jesuítas no passado paranaense, ao longo dos textos, parece ser algo contraditório. Os autores não ignoram os dois grupos, alguns chegam a dar certo destaque a eles, mas ao fim, a exploração e a colonização da região a sua fundação pertencem ao grupo de colonizadores de origem portuguesa.

Seguindo a exploração do sertão paranaense como tema tem-se o texto *A nova Gayra*. Publicado em 1918, a data de sua escrita é imprecisa. No entanto, o Paraná é tratado como uma província do Império, o que revela dois dados importantes. O primeiro é o fato de tratar-se de um texto anterior à proclamação da República. O segundo responde a indagação quanto à autoria, pois, apresentado como sendo de Monteiro Tourinho, neste caso, apenas pode se tratar de Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885), um dos primeiros engenheiros do Paraná. De formação militar, foi o elaborador de uma série de mapas da então província e trabalhou junto com os irmãos Rebouças na construção da Estrada da Graciosa. Em seu texto, as reduções jesuítas são apresentadas apenas como escombros de uma tentativa frustrada. Aparte do passado histórico existente na região, Tourinho defende a fundação de uma cidade, “a mais bela e aprazível cidade da América Meridional a – Petrópolis do Sul”, a Nova Guayra, não pela sua importância histórica, mas pelas belezas naturais e pelo atrativo turístico que ela possui. Diferente dos outros textos que falam de fundações passadas, esse trata de uma fundação futura que tem por base a exuberância geográfica e as belezas naturais.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as biografias eram publicações recorrentes no século XIX, como revela o trabalho de Maria da Gloria de Oliveira (2007) “Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão”. Elas

tinham como objetivo apresentar os ilustres homens que formaram a nação brasileira, as suas vidas exemplares, motivo de admiração e respeito. Nos *Boletins do IHGP*, algumas biografias aparecem espalhadas ao longo dos textos, como, por exemplo, a do fundador de Curitiba Gabriel de Lara, inúmeras vezes citado.

Dentre os boletins analisados há apenas uma biografia publicada. Encontrase no fascículo oitavo de 1918 o texto intitulado *Bento Cego*, que tem por autor Nestor Pereira de Castro, poeta simbolista fundador do Instituto. Nada mais justo que um poeta escrever a história de um artista popular. Bento Cordeiro nasceu em 1821 numa família humilde da cidade de Antonina. Deficiente visual de nascença, desde pequeno Bento nutriu interesse pela música de viola e pelo repente, tendo como inspiração seu irmão, o trovador *nho Doro*. Tornou-se um violeiro respeitado que percorreu o interior de São Paulo, Santa Catarina e Paraná com sua música, que tinha inspiração na saga dos tropeiros que percorreram durante anos a região. Casou-se com uma camponesa chamada Catharina, que morreu poucos anos depois sem deixar filhos. Só, Bento Cego seguiu cantando a saga do homem interiorano do sul do Brasil.

Diferente de outros institutos que publicaram biografias de heróis e políticos, o *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense* tem, no início do século, uma única publicação biográfica que trata de um homem simples, humilde e completamente envolvido com a vida e a cultura da sociedade paranaense. Pelas letras de Nestor de Castro, poeta de vida tão sofrida quanto do cantor, Bento Cego é apresentado como uma personagem lendária do sul do país.

Nascido em Lages, Santa Catarina, descendente de imigrantes alemães, Felipe Schmidt (1860-1930) foi político, engenheiro e militar do exército brasileiro. Durante a Revolução Federalista, foi incumbido da missão de fazer uma exposição escrita do conflito que se sucederam na cidade da Lapa entre 15 de janeiro e 11 de fevereiro de 1894. Dos eventos que aconteceram no Paraná, possivelmente um dos que teve maior destaque foi o cerco a cidade da Lapa durante a Revolução Federalista. Durante 26 dias do ano de 1894, sob o comando do General Antonio Ernesto Gomes Carneiro, os lapeanos e o exército conseguiram conter a investida das tropas federalistas até a chegada dos reforços do governo central.

O texto de Schmidt foi publicado em 1925 pelos *Boletins do IHGP*, quando Schmidt exercia o cargo de Senador por Santa Catarina. No Paraná, ele ocupou os cargos públicos de adido militar na comissão de estudos da estrada de ferro

Madeira-mamoré, foi capitão ajudante do corpo de bombeiros de Curitiba e ajudante de ordens do governador do Paraná. Mas foi pelo estado de Santa Catarina teve seu destaque político, chegou ao cargo de presidente do estado por duas vezes, de deputado e senador. Em *O sítio da Lapa*, Schmidt narra as estratégias militares elaboradas para a situação, as principais lideranças e suas ações, além dos principais acontecimentos daqueles dias fatídicos para a revolta e para a cidade da Lapa. A lembrança de tal evento demonstra heroísmo dos paranaenses em prol da nação brasileira.

4.3 O PROJETO PARA O PARANÁ

O estabelecimento de um passado em comum é um fator tão importante para a constituição das identidades coletivas quanto à existência de um projeto de vida em que todos se sintam comprometidos com a constituição de um futuro, que segundo a crença iluminista de progresso, deveria ser melhor.

Os textos publicados nos *Boletins do IHGP* demonstram que, apesar do grupo de autores ser relativamente homogêneo, todos ligados aos grupos políticos dominantes e a profissões como engenharia, direito ou medicina, não havia um consenso sobre quais os elementos mais importantes para a existência de um Paraná ideal. Dos quarenta e quatro textos publicados, onze deles foram destacados por revelar os projetos de Paraná existentes no período. Eles foram divididos em quatro categorias: 1 Paraná é parte da nação brasileira; 2 A cultura paranaense e o indígena; 3 De onde virão os paranaenses ; 4 Estratégias para o progresso.

TABELA 3: TEXTOS DE PROJETO PARA O PARANÁ DOS BOLETINS DO IHGP

N.	Ano	Fasc.	Texto	Autor	Ano escrita
5	1917	1	A união do Paraná e Santa Catarina	ROMERO, Sylvio.	1912
7	1917	2	Um discurso na Liga de Defesa Nacional	PESSOA, Lindolpho	1917
9	1917	2	Lenda do Itararé	GUANABARINO, Oscar.	1894
10	1917	2	O Parque Nacional do Guayra	REBOUÇAS, André.	1876
13	1917	3	Lendas e superstições	RODRIGUES, J. Barbosa.	1917
15	1917	4	Ethologia Paranaense	REIS, Jayme Dormund dos.	1917
35	1925	1(9)	Saudação á Bolívia	MUNHOZ, Alcides	1925
36	1925	1(9)	Povoamento do Rio Negro	NEGRÃO, Francisco.	1925
37	1925	1(9)	Branco, Amarelo e Preto	MARTINS, Romário.	1925
38	1925	1(9)	A estrada do Paralelo Medio	COSTA, Comandante Didio	1925

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

4.3.1 O Paraná é parte da nação brasileira

Seguindo a ordem cronológica das publicações, o primeiro texto é de Sylvio Romero (1851-1914), intitulado *A união do Paraná e Santa Catarina: O estado do Iguassú*. Romero nasceu no Sergipe e ficou conhecido por seus estudos e escritos sobre a literatura brasileira. Bacharel em direito, foi deputado provincial por Estância/SE. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda no século XIX, onde se dedicou ao ofício de professor, pesquisador, escritor e político, tendo exercido o cargo de deputado federal entre os anos de 1900 e 1902. Assim como a maioria dos homens públicos de seu tempo, era membro de uma instituição de prestígio, no caso a Academia Brasileira de Letras. Seus textos receberam duras críticas ao longo do século XX, acusados de serem ideológicos, racistas e positivistas.

Em *A união do Paraná e Santa Catarina: O estado do Iguassú*, escrito em 1912 e publicado no primeiro fascículo dos *Boletins do IHGP* de 1917, Sylvio Romero fez um ensaio sobre os problemas territoriais brasileiros e em especial os limites entre Paraná e Santa Catarina. Imbuído do pensamento republicano da época, o autor critica a divisão territorial feita pelo Império brasileiro e faz uma reflexão sobre o receio nacional do desencadear de conflitos no sul do país por causa dos limites. Para o fim das disputas, Romero defende a união dos dois estados em um único, denominado estado do *Iguassu* com capital em União da Vitória, uma solução “patriótica” segundo ele, para o problema na região.

O texto revela outra característica do regionalismo paranaense: a de estar inserido e preocupado com um projeto maior da nação brasileira. Os processos de consolidação das identidades regionais brasileiras no início do século XX, não estavam de todo dissociados do projeto de progresso da nação. Como destaca Romero, toda voz que se manifeste deve afirmar a nacionalidade brasileira e não apenas as características regionais. Os argumentos do autor vão, desde um resgate da memória coletiva das regiões, das questões administrativas, econômicas, às questões de ordem prática, como as características geográficas dos limites, os rios e acidentes geográficos compartilhados.

As relações entre o regional e o nacional são parte de um projeto para o Paraná. De Lindolpho Pessoa da Cruz Marques (1882-?) é o segundo texto classificado como representativo para a construção de um projeto de Paraná.

Bacharel em direito e filho de militar, Lindolpho Pessoa exerceu diversos cargos públicos ligados a sua formação profissional. Foi juiz, promotor público, delegado de polícia e professor da Universidade do Paraná de Direito Constitucional. Unido ao grupo político de Affonso Camargo, foi nomeado Chefe de Polícia em 1916 e, com apoio político, chegou a ser eleito deputado estadual por duas vezes. Enquanto Chefe de Polícia do estado, foi responsável pela recepção da Liga de Defesa Nacional que passaria a ter uma sede na capital paranaense a partir de 1917.

O texto publicado pelo Instituto é *Um discurso na Liga da Defesa Nacional* foi proferido na cerimônia de inauguração, nas palavras do autor, “de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselhos, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranqüilo a assegurar o dos dirigidos” (PESSOA, 1917, p.116). A Liga da Defesa Nacional foi uma instituição fundada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon no Rio de Janeiro, com os objetivos³⁶ principais de: manter a idéia de coesão e integridade nacional; difundir nos meios educacionais os valores patrióticos; defender o trabalho; combater o analfabetismo; desenvolver o civismo; apoiar as instituições militares; estimular o estudo e a divulgação da história nacional e as tradições da nação; promover o ensino da língua portuguesa nas escolas estrangeiras existentes no país e criar escolas nos núcleos coloniais. Composta basicamente por militares, a Liga surgiu como um movimento de apoio aos Aliados na Primeira Guerra Mundial e na campanha pelo serviço militar obrigatório.

Um dos textos mais patrióticos publicados pelo Instituto, nele o autor retoma a discussão sobre a construção da nação brasileira a partir da educação, a luta contra os problemas com o analfabetismo e a necessidade da formação de um exército patriótico, reforçando os objetivos pelos quais a Liga foi criada. “A Liga da Defesa Nacional quer a educação do povo pela escola, pelo lar, pelas oficinas e pelo quartel” (1917, p.122). No Paraná, a questão da alfabetização em língua portuguesa era um dos objetivos mais importantes, dentre aqueles apregoados no discurso, pois o volume de imigrantes, de escolas de imigrantes e de clubes étnicos era crescente.

Ambos os textos demonstram que o Paraná, e qualquer regionalismo que dele partisse, teria como objetivo o desenvolvimento da nação brasileira.

³⁶ Informações retiradas do Estatuto da Liga da Defesa Nacional, disponível no site oficial da instituição <<http://www.ligadedefesanacional.org.br>>. Acessado em 5 de junho de 2009.

4.3.2 A cultura paranaense e o indígena

O elemento indígena aparece como um ponto contraditório entre os intelectuais paranaenses do início do século. Por vezes, a origem do povoamento da região a partir das reduções jesuítas foi relegada ao esquecimento. Porém, nos dois textos que se seguem, a cultura paranaense aparece como tendo uma origem indígena, guardando os valores dos primeiros habitantes do território como pertencentes à idéia de Paraná que se construía.

Publicado no segundo fascículo de 1917, *Lenda do Itararé* retrata um Paraná interiorano indígena. Ele foi escrito por Oscar Guanabary de Souza Silva (1851-1937), escritor conhecido do mundo das artes e da música no Rio de Janeiro, ele escreveu para diversos jornais e revistas da época. Seu particular interesse pela cultura brasileira fez com que seu texto fosse escolhido para participar do segundo fascículo do Boletim. Com tom literário, Guanabary narra uma viagem que fez para conhecer vila de S. Pedro do Itararé, no interior do Paraná e em especial sua passagem pelo rio Itararé, descrevendo todas as suas belezas e os difíceis trajetos que passou. Em meio ao trajeto, Guanabary narra seu encontro com um "velho caboclo" que lhe conta a Lenda de Itararé, de origem indígena.

Apesar da pouca ênfase que os intelectuais do período davam aos indígenas, eles não deixaram de aclamá-los como parte da configuração do paranaense. Isso se deve em parte a uma tradição recente da literatura e dos estudos feitos no século XIX, como do Romantismo, que tinham a tendência de valorizar o elemento indígena como original do território nacional. No entanto, nos textos publicados no pelos *Boletins do IHGP* eles estão sempre relacionados a questões de superstições e de misticismo, o que, para um grupo que defendia o progresso linear do positivismo, correspondia a um grupo populacional inferior, irracional, que procuram respostas num plano fictício, o que reforça o tom narrativo em que a história é contada.

O segundo texto também foi escrito por um pesquisador de fora dos círculos político-literários do Paraná. *Lendas e superstições* é do engenheiro, naturalista e botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909), que durante sua vida fez diversas expedições exploradoras por todo o país além de exercer diversos cargos públicos, dentre eles o de diretor do Jardim Botânico, do Rio de Janeiro.

“As lendas entre todos os povos são a tradição viva do pensamento primitivo e do desenvolvimento intelectual das épocas de sua origem” (RODRIGUES, 1917, p.199). Assim Rodrigues define tradição, representando através desse artigo o pensamento de toda uma geração. Após fazer algumas explicações sobre a idéia de lenda, Rodrigues narra três lendas de origem indígena: Pahy-Tuna, a Yara e o Pirayauara.

4.3.3 De onde virão os paranaenses

Qual seria a linhagem ideal para as futuras gerações de paranaenses? Seria aquela composta por imigrantes apenas? Ou haveria qualidade dos indígenas e dos negros incorporadas nela?

Jayme Dormund dos Reis foi um respeitado médico sanitaria e professor da Universidade do Paraná no início do século, com diversos textos publicados sobre endemias e epidemias que assolaram a região, além de exercer diversos cargos públicos, como de Diretor de Instrução Pública. Foi o defensor do saneamento básico da cidade e do calçamento das vias como meios de prevenção de doenças e epidemias no início do século. Ele tratou das questões de etnologia do Paraná no quarto fascículo dos *Boletins do IHGP*.

No Instituto, Jayme dos Reis publicou *Ligeiras notas sobre Ethnologia Paranaense* por Dr. Jayme Dormund dos Reis. Como a maioria dos textos dos médicos brasileiros do início do século XX, o tom eugenista faz parte da sua análise sobre os grupos sociais que constituíram o Paraná. A miscigenação do branco e do indígena, preservando a moral e os costumes do primeiro e a adaptação ao ambiente do segundo, teriam levado ao surgimento de uma “sub-raça”, um “sub typo”, chamada de *caboclo* ou *caipira*, que segundo Reis seria o tronco da nova sub-raça paranaense. As cinco fases da formação do homem paranaense seriam:

1ª phase: as hordas selvagens, com base fundamental, com as suas uniões, depois de guerras sangrentas entre vencedores e vencidos;

2ª phase: união entre selvagens e portugueses;

3ª phase: união entre selvagens, portugueses, hespanhóes e alguns africanos;

4ª phase: união entre os mestiços, selvagens, africanos; entre aqueles e os europeus da época da pequena imigração;

5ª phase: grande colonização, fraternizando todos os elementos, no *grande* afan de *engrandecer* o PARANA. (1917, p.259)

Há uma série de contradições no discurso de Reis que foram exploradas pelos sociólogos e historiadores atuais. A presença africana no Paraná não foi tão pequena e insignificante quanto é representada no texto como revela o estudo de contemporâneo de Octavio Ianni, “As metamorfoses do escravo”, em que o pesquisador revela a presença dos negros na sociedade paranaense e em especial curitibana, desde o século XVI até meados do século XX. Em segundo lugar, a colonização de boa parte da região paranaense é de origem espanhola e não portuguesa. Em terceiro lugar, o discurso de raças e de construção de um tipo ideal superior e evoluído, ainda que fosse vigente no período da escrita do texto, foi desconstruído ao longo do século XX, como demonstra Schwarcz (2005).

Romário Martins também arrisca alguns palpites nesta discussão. No seu texto publicado em 1925, intitulado *Branco, Amarelo e Preto*, Martins afirma que a população paranaense tenderia a uma presença cada vez maior de “arianos”, por conta das imigrações e dos casamentos entre colonos vindos do exterior. Suas afirmações estão fundamentadas nos estudos citados de Von Martius e Roquette Pinto.

Os africanos que vieram para o Brasil são classificados como supersticiosos, artistas “detestáveis”, com pinturas de “uma infantilidade sem progresso”, de costumes poligâmicos, incapazes de assimilar a cultura “ariana”. Martins afirma que, por conta do tipo de atividade econômica que se desenvolveu na região do Paraná, mais voltada para a pecuária que para agricultura, a quantidade de negros na região era ínfima no período da proclamação da república e tenderia a diminuir ainda mais.

Mesmo sem defender claramente, a idéia central é de que esse seria o fator crítico de sucesso do futuro desenvolvimento do Paraná, um exemplo para a nação brasileira. “São taes os effeitos do cruzamento de mestiços de negros observado no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices ethiopicos na physionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente.” (MARTINS, 1917, p.41).

Francisco Negrão, em seu texto *O povoamento do Rio Negro* trará um estudo pontual de um processo de colonização no Paraná. Um dos principais projetos desenvolvidos no Império para o Paraná era a construção da “Estrada da Mata”, que possibilitaria levar o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Esse projeto,

pensado já em 1808, ressurgiu em 1820. Em 1827 o Sargento Mor João da Silva Machado (Barão de Antonina) era o encarregado de abrir a mata para construção da estrada, quando o presidente de São Paulo encarregou-o de fundar uma colônia na região do Rio Negro, aos moldes de uma colônia de alemães fundada no Rio Grande do Sul.

No dia 16 de fevereiro de 1829, Rio Negro recebeu 12 famílias de alemães. A exemplo de tantas outras colônias estabelecidas no Paraná, a falta de infra-estrutura e assistência fez com que os colonos ficassem à margem da própria sorte. Mesmo assim, ela teve certo sucesso, com a fundação de uma capela e de uma escola primária. O caso de Rio Negro é contado como um exemplo para todo o estado, para que os erros cometidos não sejam repetidos, além de incentivar a vinda de imigrantes para a região, repleta de oportunidades. A solução para os vazios demográficos do estado estaria na imigração, a exemplo de Rio Negro.

4.3.4 Estratégias para o progresso

Os três últimos textos são ensaios sobre meios para o desenvolvimento do Paraná. O primeiro foi escrito por um dos irmãos engenheiros Rebuças, figuras proeminentes do período Imperial Brasileiro e responsáveis pela construção da estrada de ferro que liga o litoral a capital.

Datado de 1876, nele André Rebouças relata a necessidade da formação de Parques Nacionais no Brasil, tanto para o enobrecimento na nação, como um atrativo turístico para a região. Ele baseia seu texto nos Parques Nacionais existentes nos Estados Unidos e como eles ajudam a reforçar a conexão entre a população e a natureza da terra em que vivem. Ele ressalta as qualidades naturais da região de Guayra, com as sete quedas e as cataratas do Iguaçu que, segundo o autor, tão ou mais imponentes que o *Cânion* do Yellow –Stone nos Estados Unidos. Indiretamente, André Rebouças reforça a idéia de uma nação baseada na geografia.

O curitibano Alcides Munhoz (1873-?), filho do coronel Caetano Alberto Munhoz, exerceu diversos cargos da administração pública, tais como Diretor Geral da Secretaria de Fazenda e Diretor Geral da Secretaria Geral do Estado. Além disso, foi membro de diversas instituições do início do século, tais como a Academia de Letras do Paraná e o próprio *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, tendo

maior destaque como escritor. Seus textos versavam sobre diversos assuntos, da literatura a política, publicados em jornais e revistas da época.

Nos *Boletins do IHGP* ele publicou *Saudações à Bolívia*, uma exaltação aos povos da América Espanhola, suas origens, e a proclamação da Independência. Para fazer uma homenagem à república da Bolívia, que se tornara independente, o autor percorre toda a história de luta e opressão dos povos latinos. Franklin, Washington, Bolívar e Pedro Primeiro são colocados lado a lado como heróis das pátrias americanas. “Que o Mediterrâneo demonstre ao mundo, que as divisas que Deus traçou com as suas águas foi para que o domínio de um dos lados não viesse a oprimir o do outro” (MUNHOZ, 1925, p. 25). A visão de Munhoz era de uma nova civilização que despontava no mundo, da qual o Brasil deveria fazer parte, tendo em seus povos e em suas riquezas naturais o combustível para o desenvolvimento.

O terceiro texto é do então Comandante Didio Costa, intitulado *A estrada do paralelo médio*. Para Didio, era imprescindível o investimento em Paranaguá e nas vias fluviais do estado para uma comunicação mais eficiente, tanto com a Argentina e o Paraguai, como também outras regiões do Brasil. Importante para comunicação, para o transporte, Paranaguá serviria, inclusive para facilitar a penetração pelo território paranaense e assim diminuir os vazios demográficos existentes no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suponha-se que um dia, após uma guerra nuclear, um historiador intergaláctico pouse em um planeta então morto para inquirir sobre as causas da pequena e remota catástrofe registrada pelos sensores de sua galáxia. [...] Após alguns estudos, nosso observador conclui que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e do vocabulário que dele deriva. (HOBSBAWN, 2003, p.11)

A nação nasce de um postulado e de uma invenção. Mas só se mantém viva com a adesão colectiva a essa ficção. As tentativas falhadas são inúmeras. Os sucessos são fruto de um proselitismo tenaz que ensina aos indivíduos o que são, obriga-os a conformarem-se e incita-os a difundir, por sua vez, esse saber colectivo. O sentimento nacional só é espontâneo quando já está totalmente interiorizado; tem de ser ensinado previamente. Esta pedagogia é posta em prática graças a estudos baseados nas experiências levadas a cabo por outras nações e importadas quando se revelam eficientes. (THIESSE, 2000, p. 18)

A história das sociedades do século XIX e XX está repleta de exemplos de casos de grupos de indivíduos que, através da construção de identidades coletivas, puderam constituir-se como uma comunidade política homogênea, denominada de nação. Ainda que as motivações para a união dos grupos sejam distintas, os meios utilizados para a obtenção das coesões foram mais ou menos os mesmos.

Os diversos autores que estudam o fenômeno das nações e o surgimento de movimentos como o nacionalismo, tendem a destacar como seus fundadores, elementos como os territórios, os idiomas e as etnias. Alguns desses elementos podem ter maior ou menor destaque na constituição do passado de cada coletividade, contudo, isso dependerá do contexto social, econômico e histórico em que se encontravam os grupos sociais no momento das suas constituições. Por vezes, o elemento central do processo de coesão pode estar relacionado com o aspecto mais forte para a integração daquele grupo, como, por exemplo o compartilhamento do mesmo território, ou pode estar relacionado ao ponto central de possíveis conflitos, como a questão étnica.

Ao longo dessa dissertação foi possível perceber que a construção de uma identidade coletiva não é uma exclusividade dos grupos nacionais, sendo possível também em contextos menores, regionalizados. O Paraná do início do século apresentou-se como um exemplo valioso para compreender, em diferentes contextos, quais dinâmicas os grupos sociais podem adotar para se constituírem em uma unidade.

Há algumas peculiaridades no caso paranaense, que conduziram todo o processo de construção de um imaginário regional sobre o estado e possibilitaram a formação não apenas de um SER paranaense, mas de uma idéia própria de Paraná.

Em primeiro lugar, levou-se em consideração a forma específica de dependência dos grupos dominantes do Paraná em relação ao governo nacional. Emancipado em 1853 pelo Império como parte de uma estratégia geopolítica de manutenção e ampliação do poder da coroa sobre a região sul e sudoeste do país, o Paraná contava com o apoio do governo central para obtenção de recursos e benefícios políticos. A Proclamação da República fez com que os grupos dominantes da região, independente da postura ideológica que tivessem sobre a mudança política do país, se movimentassem no sentido de apoiar o novo governo central e, assim, mantivessem o status de região emancipada, os recursos e os apoios políticos. Esse movimento amalgamava os diferentes políticos em torno da causa paranaense que, naquele momento era a província e logo o estado mais frágil do Brasil. Seu território carecia de consolidação em suas fronteiras e limites. Sua “ossatura política” ainda era pouco consistente e influente no cenário nacional, principalmente com relação aos seus vizinhos como São Paulo e Santa Catarina.

Outra peculiaridade observada no do Paraná do início do século XX, era um conjunto de problemas com relação as suas condições geográficas e demográficas. Apesar dos diversos aldeamentos indígenas existentes no interior do seu território, a falta de unidades políticas como cidades e vilas, fez com que a região fosse considerada repleta de vazios demográficos. Por outro lado, seus limites com São Paulo e Santa Catarina, e suas fronteiras com a Argentina foram motivos de disputas até a primeira metade do século XX. Povoar era preciso e para tanto, foi privilegiado como projeto Imperial a imigração européia. Com ela, defendia-se a construção de um estado modelo, majoritariamente branco. O processo de imigração acarretou o estabelecimento no território paranaense de italianos, de poloneses, de alemães, ou seja, de grupos étnicos distintos em suas culturas, idiomas, costumes e tradições que, através da constituição de clubes, agremiações esportivas ou culturais, tendiam a manutenção das diferenças e não a constituição de uma unidade populacional, gerando uma nova forma de tensão ainda não vivenciada, com tamanha magnitude, em outro ponto do território nacional.

Enquanto isso, no campo das idéias, prevalecia o positivismo, o simbolismo, a eugenia e o anti-clericalismo. Boa parte dos pensadores do período tinha alguma

ligação com a classe dos militares e defendiam os princípios positivistas de ordem e civismo como fundadores da organização da vida pública. Com relação ao campo cultural, o simbolismo prevaleceu na literatura, destacando-se entre as suas características o anti-clericalismo. A colonização imigrante tinha o apoio do pensamento eugenista que prevalecia no Brasil do início do século, que acreditava no ideal de progresso a partir da prevalência de brancos na população, considerados racialmente mais evoluídos. A valorização da ciência como meio para a conquista do progresso foram motivos que possibilitaram o surgimento de diversas instituições públicas e privadas de fomento a pesquisa.

O Paraná do início do século XX era, portanto, um estado com uma emancipação recente, uma população majoritariamente estrangeira e um grupo de brasileiros estabelecidos que desejavam manter a autonomia política e os recursos advindos do governo central. A fundação de instituições públicas e privadas, científicas e culturais, foi o que possibilitou a esses brasileiros formarem uma coletividade, através da padronização de práticas coletivas, da instituição de um passado e de um projeto de futuro para o estado que envolvesse a todos os seus habitantes.

O objetivo não era rivalizar com o nacional, mas manter-se como parte do mesmo, pois, como um estado brasileiro de importância periférica do ponto de vista político, econômico e cultural, os grupos dominantes do Paraná sabiam de suas fragilidades. Encontraram na constituição de um imaginário regional e de um projeto para o estado, os meios através dos quais foi possível vencer os obstáculos que as primeiras décadas do século XX impuseram a manutenção do status político que tinham. Construir um imaginário é imaginar, é simbolizar o cotidiano, é re-significar todo e qualquer mito que o tempo tenha feito perder o sentido, é dar sentido ao que antes não tinha.

O ponto central desse imaginário foi o território, um espaço físico e delimitado que unia os diversos grupos sociais. Se para ser paranaense era necessário nascer no Paraná, para construir o estado bastava ser um paranista nas palavras de Romário Martins, ser um entusiasta disposto a construir um futuro próspero para a região.

A partir desse contexto histórico e social, pensar o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* apenas a partir das suas funções e dos seus objetivos seria limitar a sua importância para a sociedade paranaense e para a formação do

seu imaginário. Essa dissertação buscou demonstrar que, se a partir da efetividade de suas funções e de seus objetivos o IHGP foi uma instituição quase inativa, por outro lado, no campo do simbólico, seus membros e sua pequena produção foram significativos para o Paraná. A partir deles foi possível a construção de imagens sobre o que era Paraná e o que esperava-se que ele se tornasse, constituindo assim um imaginário do estado para o século XX, que em seu interior tivesse elementos de contenção as tensões existentes. Esse olhar sobre o objeto abre uma série de perspectivas distintas para sua exploração que precisam ser aprofundadas em trabalhos futuros.

Seus sócios, dos fundadores aos auxiliares, são o modelo de paranaense que se esperava que o estado tivesse, “homens bons”, dispostos a construir o estado com palavras e ações. Eles compunham o que se denominou ao longo da dissertação como os grupos dominantes do estado, líderes políticos, ervateiros, criadores de gado, militares e funcionários públicos que dominavam todos os aparelhos de estado, e assim pretendiam seguir dominando.

O Estatuto e o discurso de fundação vão além das funções e objetivos esperados pela instituição, eles revelam as angustias e os anseios desses paranaenses do início do século.

Ainda que uma fosse uma instituição dependente de seus sócios e não do poder público, ela era composta por homens públicos que estavam dispostos a construir uma sociedade homogênea, a partir dos seus próprios valores e conceitos. Os textos publicados nos *Boletins do IHGP* entre 1917 e 1925 por si só não são o imaginário paranaense, pois este extrapola o campo das imagens mentais e também abarca as imagens visuais composta, por exemplo, pelo simbolismo impresso nas obras de artistas plásticos como João Turin e Lange de Morretes. A análise desses textos permitiu revelar qual imaginário os grupos dominantes consideravam como oficial e digno ao Paraná, bem como qual projeto se tinha para o mesmo.

Quase cem anos depois é possível perceber que aquele incipiente imaginário sobre o Paraná foi acolhido pelas gerações seguintes e persiste entre as atuais. Mesmo com todos os problemas sociais e econômicos que o estado tem, tal qual as demais unidades da federação brasileira, seguem sendo interiorizada nos que residem no Paraná aquelas imagens construídas no início do séculos além de veiculadas reiteradamente pelos meios de comunicação à sociedade brasileira. Sua capital Curitiba é vendida como um exemplo de estrutura urbana. Os descendentes

de imigrantes ainda seguem celebrando suas origens européias, com a diferença de que eles não se vêem mais como diferentes, nem desconexos da terra que acolheu seus ascendentes: ao contrário, se colocam como paranaenses, brasileiros de um “país diferente”. Paranaenses são todos, seja por uma imposição legal do local de nascimento, como também porquê instituições como o *IHGP* possibilitaram o conhecimento do que é SER paranaense e possibilitaram a adesão a essa idéia de coletividade.

Toda crítica só é possível quando há um objeto de contestação. Não é possível se repensar sem ao menos se conhecer. Se hoje é possível discutir o *IHGP* em suas múltiplas contribuições para a sociedade paranaense, é porque em algum momento um grupo de homens pensou na importância da construção de uma Instituição e de um passado para o estado e, mais do que isso colocou em prática tal projeto. A vasta produção dos intelectuais paranaenses do início do século XX foi o maior legado que eles puderam deixar à formação da sociedade paranaense de ontem e de hoje, por isso, pesquisá-los nunca será demais.

REFERÊNCIAS

1 BIBLIOGRAFIA GERAL

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1900.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionallismo*. Madrid: Alianza Universidade, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3. Ed. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOHN, Hans. Nacionalismo. In: CRESPIGNY, Anthony; CRONIN, Jeremy. *Ideologias políticas*. 2.ed. Brasília: UNB, 1999.(p.131-140)

MIX, Miguel Rojas. *El imaginario: civilización y cultura del siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

PECHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed Campinas: Pontes, 2006.

RIVERO, Alberto Rosa; BELLELLI, Guglielmo; BAKHURST, David. Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional. In: _____ *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nuova, 2000.

SILVA, Rogério Forastieri. *Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, Anthony D. Criação do Estado e construção da nação. In: HALL, John. *Os Estados na História*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.(p.334-385)

STALIN, Joseph. Nationalism. In: HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony D. (org). *Nationalism*. New York: Oxford University Press, 1994.

2 BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

2.1 Trabalhos acadêmicos

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba: UFPR, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção da identidade regional*. São Paulo: USP, 2001.444f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BELOTTO, Divonzir Lopes. *A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora*. São Paulo: PUCSP, 2003. Dissertação (Mestrado em História).

BELTRAMI, Rafael C. de. *Da poesia na ciência: fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história das idéias*. Curitiba: UFPR, 2002. 116 f.Dissertação (Mestrado em História). – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853-1953*. Curitiba: UFPR, 2007. 215 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

GOULART, Mônica Helena Harrich. *Classe Dominante e jogo político na Assembléia Legislativa Paranaense (1889-1930)*. Curitiba: UFPR, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia).

KEINERT, Ruben Cesar. *Regionalismo e anti regionalismo no Paraná*. São Paulo, USP, 1979. 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo..

NEUNDORF, Alexandro. *Intelectualidade, fronteiras e identidade: o Paraná no início do século XX*. Curitiba, UFPR, 2009. 192f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

RIBEIRO, Luis Carlos. *Memória, trabalho e resistência: Curitiba 1890-1920*. São Paulo: USP, 1985. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SALTURI, Luis Afonso. *Frederico Langes de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista cientista*. Curitiba: UFPR, 2007. 268f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

VASCO, Ediméri Stadler. *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890 a 1920*. Curitiba: UFPR, 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

2.2 Livros

BALHANA, Altiva. Política imigratória do Paraná. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um mazzolini de Fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. (volume 1).

CARDOSO, Alcina Maria de Lara. As greves e a questão social na Primeira República. In. *História do Paraná: Idéias em debate*, n. 5. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

CARONE, Edgar. *A república velha: Instituições e Classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain, Banco do Estado do Parana, 1991. 654 p.

ESTEVES, Giovani Teixeira. *Romanização: uma análise da criação do Colégio Imaculada Conceição de Jacarezinho no Bispado de Dom Fernando Tadei*. Jacarezinho: FAFJA, 2006.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. rev. amp. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LAMB, Robero Edgard. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná 1867-1882*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

LAVALLE, Aida Mansani. *A madeira na economia paranaense*. Curitiba: secretaria de Estado e cultura e do Esporte do Paraná. Grafipar, 1981.

LINHARES, Temistocle. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1969.

LOVE, Joseph L. Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos*: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. (p.180-223).

MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: UFPR e SEED, 2001.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1950. (1990).

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná*. Curitiba: Moinho do Vento, 2001.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PILATTI BALHANA, A; PINHEIRO MACHADO, B; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*: volume 1. Curitiba: Grafipar, 1969.

POMBO, José Francisco Rocha. *O Paraná no centenário*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1900 (1980).

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *Vida material, vida econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 5. reim. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SZVARÇA, Décio. *O forjador: ruínas de um mito – Romário Martins*. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Universidade do Mate: história da UFPR*. Curitiba: UFPR, 1983.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 10.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

2.3 Artigos

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.40, 2001. (p.59-83)

CARDOSO, Alcina Maria de Lara. As greves e a questão social na Primeira República. In: *História do Paraná: Idéias em debate*, n. 5. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1998. (p.5-27)

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se escreve a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v.6, n.24, jan. 1845. (p.381-403)

MESSARI, Nizar. Kosovo e o Ocidente: exercícios na construção da identidade ocidental. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan/jul 2000. (p.193-225).

OLIBEIRA, Maria da Gloria. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografias, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, Franca, v.26, n.1, 2007.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.1, n.2, out 1986. (p.68-74).

PACHALY, José; MARQUES, Daiane; SILVA, Lourdes; MARGARIDO, Tereza. A contribuição de José Candido da Silva Muricy ao conhecimento da fauna de vertebrados do Estado do Paraná – Brasil. *Arq. ciên. vet. zool. UNIPAR*, 8(1): 2005. (p. 41-46).

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. In: *Revista da SBPH*. n.13 Curitiba, 1997, (p.65-74).

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993. (p.89-112).

3 FONTES

ALMANACH DO PARANÁ. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1890-1930

3.1 Artigos dos Boletins do IHGP

BARROS, Edmundo de. Partilha internacional dos grades saltos do iguassu. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.5, 1918, (p.10-25).

CAPANEMA, Barão de. Investigações no sertão paranaense: questões a estudar, em relação aos princípios da nossa história. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917, (p.301-310).

CASTRO, Nestor de. Bento Cego. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.8, 1918, (p.125-168).

COSTA, Comandante Didio. A estrada do paralelo médio. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.45-63).

COSTA, Comandante Didio. D. Pedro II: Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, edição especial, 1925, (p.5-68).

D'ASSUMPÇÃO, Pamphilo. O rio da villa. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.11-15).

ELLIOT, John Henrique. Viagem de exploração de 1845. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.6, p.3-24, 1918.

FERNANDES JUNIOR, Antonio Manoel. O Paraná em 1854. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.3, 1917, (p.223-244).

GARCEZ, João Moreira. Primeiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v. 1, n.1, 1917, (p.25-53).

GRILLO, José Franco. A paleoethologia. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.3, 1917, (p.171-181).

GUANABARINO, Oscar. Lenda do Itararé. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.2, 1917, (p.147-155).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. Notícia Histórica da Fundação do Instituto. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.1, 1917, (p.5-13).

LEÃO, Ermelino de. A conquista de Guayra. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.5-8).

LEÃO, Ermelino de. Curytiba em 1820. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917, (p.287-297).

LEÃO, Ermelino de. Pinhaes: 1905. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.7, 1918, (p.105-121).

LOPES, José Francisco. Itinerário. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.7, 1918, (p.69-86).

MACEDO, Antonio Ribeiro de. A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, edição especial, 1925, (p.119-125).

MAGALHÃES, Basílio. Regime administrativo e fiscal das minas: época colonial. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917 (p.263-273).

MARTINS, Romário. Branco, amarelo e preto. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.37-42).

MARTINS, Romário. Fundação da villa de Curytiba: 29 de março de 1693. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917, (p.277-284).

MARTINS, Romário. Os rios do sahy:1904. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.6, p.29-50, 1918.

MARTINS, Romário; VANZOLINI, Camillo; VELLOZO, Dario. Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v. 1, n.1, 1917, (p.17-21).

MERCER, Edmundo. Far west paranaense. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.73-78).

MONT'ALEGRE, Visconde. A confluência do Ygoassu no rio Paraná. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.6, p.53-57, 1918.

MUNHOZ, Alcides. Saudações à Bolívia. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.17-25).

MURICY, J. Candido da Silva; TOURINHO, F.A. Monteiro; RIBAS, J. Lourenço de Sá. Descrição geral da província do Paraná: 1867. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.7, 1918, (p.89-101).

NEGRÃO, Francisco. O povoamento do rio negrão. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.29-34).

NEGRÃO, Francisco; PEREIRA, Altamirano N. A viagem de D. Pedro II pelo Paraná: extrahido dos jornais da época. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, edição especial, 1925, (p.71-116).

OLIVEIRA, Euzébio de. Contribuições á geologia da bacia do rio das cinzas: segunda memória. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.5, 1918, (p.53-69).

OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. Geologia econômica: feldspathos. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.5, 1918, (p.1-8).

OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. Noticia sobre as Minas de Carvão de Pedra: da bacia do Rio das Cinzas. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.1, 1917, (p.57-72).

OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. Pesquisas de Petróleo. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.3, 1917, (p.185-196).

OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. Sobre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra morena, município de Palmas, estado do Paraná. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917, (p.313-320).

PARANÁ, Sebastião. Descobrimientos Marítimos. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.2, 1917, (p.131-143).

PESSOA, Lindolpho. Um discurso na Liga da Defesa Nacional em Curitiba. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.2, 1917, (p.117-127).

REBOUÇAS, André. O parque nacional do Guayra. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.2, 1917, (p.159-168).

REIS, Jayme Dormund dos. Ligeiras notas sobre ethnologia paranaense. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.4, 1917, (p.247-259).

RODRIGUES, J. Barbosa. Lendas, crenças e superstições. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.3, 1917, (p.199-220).

RODRIGUES, J.C. Descobrimento do Brazil. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.2, 1917, (p.101-114).

ROMERO, Sylvio. A união do Paraná e Santa Catharina: o estado do Iguassu. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.1, n.1, 1917, (p.77-98).

SANTOS, Enéas Marques dos. Os limites dos municípios do estado do Paraná em 1916. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.5, 1918, (p.29-49).

SCHIMIDT, Felipe. O sitio da Lapa. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.81-104).

TADDEI, Padre Fernando. A pré-história brasileira. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.3, n.9, 1925, (p.67-70).

TOURINHO, Monteiro. A nova Guayra. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v.2, n.6, 1918, (p.61-66).

ANEXOS

ANEXO 1 – PERIÓDICOS PUBLICADOS NO BRASIL (1907-1912)	126
ANEXO 2 – BIBLIOTECAS EXISTENTES (1907-1912)	128
ANEXO 3 – IMPRENSA (1912): IV CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO OS IDIOMAS	129
ANEXO 4 – TABELA GERAL DOS ARTIGOS PÚBLICADOS PELO IHGP ENTRE 1917 E 1925	130
ANEXO 5 – TABELA GERAL DOS SOCIOS DO IHGP E STATUS	132
TABELA 6 – SOCIOS CORRESPONDENTES E LOCAL DE RESIDÊNCIA ...	137

ANEXO 1 – PERIÓDICOS PUBLICADOS NO BRASIL (1907-1912)

IMPrensa

Imprensa

Presse

Periodicos publicados no Brasil (1907-1912)

Journaux publiés au Brésil

Séde Siège	Nome Nom	Natureza Nature	Periodicidade Périodicité	Anno da fundação Année de la fondation
Paraná (*)				
Antonina (?)	Recreio	Litterario	Semanal	1909
	21 de Abril	Noticioso	Mensal	1904
Campo Largo	Campo-Larguense (O)	Noticioso	Quinzenal	1908
Colombo	Colombense	Noticioso	Quinzenal	1905
	Almanach do Paraná	Almanach	Annual	1897
	Anjo da Guarda	Religioso	Quinzenal	1906
	Atalaia Christão (O)	Religioso	Mensal	1905
	Beobachter (Der)	Noticioso	Trisemanal	1889
	Boletim Colonial Agricola.....	Agronornico	Mensal	1907
	Boletim da Associação Commercial do Paraná	Commercial	Mensal	1909
	Boletim do Archivo Municipal de Curityba	Historico	Trimestral	1906
	Cartão Postal	Litterario	Mensal	1905
	Diario da Tarde	Noticioso	Diario	1897
	Escola	Didactico	Irregular	1907
	Fanal	Litterario	Mensal	1911
	Gazeta Polska w Brazylia	Noticioso	Semanal	1892
	Jerusalém	Religioso	Semanal	1899
Curityba (?)	Kompass (Der)	Noticioso	Bisenranal	1902
	Luz (A)	Scientifico	Mensal	1907
	Monitor Espirita	Espirita	Mensal	1910
	Naród	Noticioso	Semanal	1908
	Noticia (A)	Noticioso	Diario	1905
	Olho da Rua.....	Humoristico	Quinzenal	1 907
	Paraná.....	Litterario	Quinzenal	1 907
	Paraná Moderno.....	Noticioso	Semanal	1 910
	Physiôlatra (O).....	Philosophico	Mensal	1 910
	Polak w Brazylia.....	Noticioso	Semanal	1 904
	Raios X.....	Humoristico	Quinzenal	1 911
	Republica (A).....	Noticioso	Diario	1 886
	Revista Homoeopathica Brasileira.....	Scientifico	Mensal	1 906
	Senhorita.....	Litterario	Quinzenal	1 910
Entre Rios.....	Refrigerio.....	Litterario	Mensal	1 906
	Comarca (A).....	Noticioso	Semanal	1 910
Guarapuava.....	Guaira (O).....	Noticioso	Semanal	1 898
	Luneta (A).....	Humoristico	Mensal	1 909
Lapa ...	Lapeano (O).....	Noticioso	Quinzenal	1 907
	Wegweiser.....	Religioso	Mensal	1 903
	Bisturi (O).....	Humoristico	Sernanal	1 907
Morrêtes.....	Echo do Povo (O).....	Noticioso	Mensal	1 909
	Lutador (O).....	Noticioso	Decendiaro	1 907
	Morretense (O).....	Noticioso	Semanal	1 910
Palmas	Palmense (O).....	Noticioso	Semanal	1 888

Paranaguá (1).....	{	Xanxerê (O).....	Noticioso	Quinzenal	1 909
		Boletim Municipal.....	Official	Quinzenal	1 910
		Correio da Marinha.....	Noticioso	Semanal	1 911
		Correio da Semana.....	Noticioso	Semanal	1 910
		Janota.....	Noticioso	Semanal	1 907
Ponta Grossa (1)	{	Estudo (O)	Litterario	Quinzenal	1908
		Folha Rosca	Litterario	Mensal	1910
		Ponta Grossa (O)	Noticioso	Semanal	1903
		Progresso (O)	Noticioso	Trisemanal	1907
		Revista Mensal	Commercial	Mensal	1910
Prudentópolis	{	Missionar.....	Religioso	Mensal	1911
		Pracia	Noticioso	Quinzenal	1912
		Prapôr.....	Noticioso	Quinzenal	1910
Rio Negro		Rio Negro (O)	Noticioso	Semanal	1910
União da Victoria	{	Iguassú (O)	Noticioso	Quinzenal	1908
		Diario de Ypiranga.....	Noticioso	Diario	1900
		Iris Ypiranguense.....	Noticioso	Semanal	1906
Ypiranga	{	Serrote	Humoristico	Semanal	1906
		Sertanejo	Noticioso	Quinzenal	1905
		Ypiranga (O)	Noticioso	Mensal	1911

FONTE — Anuario estatístico do Brazil 1908-1912.Rio de Janeiro:Diretoria Geral de Estatística,v. 1-3,1916-1927.

(1) No Municipio de São João do Trímpho foram publicados : o « São Matheus » e « O Azul », desaparecido em 1907 ; o « Colibri », a « Gazeta do Trímpho » e « O Município ». (2) Publicou-se tambem « O Progresso », fundado em 1904 e desaparecido em 1910 (3) Foram publicados mais: « A Carga » e « O Combate »,desaparecido em 1907 ; « Rodzina Polskan »,fundada em 1909 ; « Boletim da Repartição da Estatística e do Archivo do Estado do Paraná », creado em 1911 ; « Boletim da Diocese de Curityba », « Correio do Sul » e « Diario official do Estado do Paraná »,fundados em 1912 ; e « A Doutrina »

(1) Foram publicadas tambem "A Luta", e a "Tribuna Paranguense", desaparecidas em 1907 e 1908, respectivamente.

ANEXO 2 – BIBLIOTECAS EXISTENTES (1907-1912)

BIBLIOTHECAS

Bibliothèques existentes (1907-1912)

Bibliothèques existantes

(continua)

Séde do estabelecimento Séde de l'établissement	Nome do estabelecimento ou da Instituição a que elle pertence Nom de l'établissement ou de l'institution à laquelle il appartient	Administração a que está sujeito o estabelecimento Administration dont dépend l'établissement	Data da fundação Date de la fondation
Parahyba do Norte			
Paiahyba	Bibliotheca Publica do Estado	Estadual	5 de Agosto de 1890
	Bibliotheca São Luiz Gonzaga	Particular	Junho de 1912.
	Instituto Historico e Geographico Parahybano	Particular	7 de Setembro de 1905
Paraná			
	Associação Cluritybana dos Empregados no Commercio	Particular	8 de Dezembro de 1895
Curityba	Bibliotheca Municipal (1)	Municipal	24 de Outubro de 1884
	Bibliotheca Publica do Paraná	Estadual	25 de Fevereiro de 1859
	Club Curitybano	Particular	6 de Janeiro de 1882
	Gymnasio Paranaense	Estadual	—
	Sociedade "La Gauloise"	Particular	15 de Junho de 1890
	Universidade do Paraná	Particular	19 de Dezembro de 1912
Itayopolis	Tadeusz Kosciuzko	Particular	6 de Janeiro de 1896
Paranaguá	"Club litterario	Particular	9 de Agosto de 1872
Santo Antonio de Imbituva	Club Recreativo União Imbituvense	Particular	4 de Abril de 1909
Pernambuco			
Barreiros	Bibliotheca Municipal	Municipal	1 907
Cabo	Club Philarmonico e Litterario Cabense (3)	Particular	—
Canhotinho	Sociedade Litteraria, Musical e Recreativa Cnhotense	Particular	7 de Setembro de 1896.
Caruarú	Bibliotheca Antonio de Moraes (4)	Particular	26 de Julho de 1908.
	Nucleo de Diversões Caixeiral Caruaruense (5)	Particular	3 de Outubro de 1906.
	União Caixeiral Caruaruense	Particular	6 de Janeiro de 1911
Cimbres	Nucleo Recreativo Commercial Pesqueirense (6)	Particular	17 de Maio de 1908
Gamelleira	Gabinete de Leitura Instructiva e Recreativa Gamelleirense	Particular	8 de Setembro de 1878.
Goyanna	Gabinete de Leitura 24 de Dezembro (7)	Particular	24 de Dezembro de 1876.
Jaboatão	Gremio Jaboatense 6 de Março	Particular	13 de Maio de 1903

FONTE: Tabela extraída de : Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927.

(1) Extincta. (2) Só prestou informações acêrca da bibliotheca, em relação ao anno de 1907. A fundação do Gymnasio data de 5 de Julho de 1858. (3) Extincto . Só prestou informações quanto aos annos de 1907 a 1910. (4) Da Loja Maçonica Dever e Humanidade. (5) Extincta em 1911. (6) No Districto de Pesqueira . (7) Da Loja Maçonica Fraternidade e Progresso.

ANEXO 3 – IMPRENSA (1912): IV CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO OS IDIOMAS

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

Imprensa (1912)

Presse

IV — Classificação segundo os idiomas

Classement d'après les langues

ESTADOS, DISTRICTO FEDERAL E TERRITORIO ÉTATS, DISTRICT FÉDÉRAL ET TERRITOIRE	NUMERO DE PERIODICOS NOMBRE DES JOURNAUX									
	escriptos écrits									TOTAL Total
	no idioma nacional en portugais	em francez en français	em hespanhol en espagnol	em italiano en italien	em inglez en anglais	em alemão en allemand	em polaco en polonais	em arabe en arabe	em mais de um idioma en plus d'une langue	
Acre	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Alagôas	22	—	—	—	—	—	—	—	—	22
Amazonas	21	—	1	—	—	—	—	—	—	22
Bahia	93	—	—	—	—	—	—	—	—	93
Ceará	42	—	—	—	—	—	—	—	—	42
Distrito Federal	113	2	—	2	1	—	—	2	2	122
Espirito Santo	25	—	—	—	—	—	—	—	1	26
Goyaz	10	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Maranhão	19	—	—	—	—	—	—	—	—	19
Matto Grosso	7	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Minas Geraes	189	—	—	—	—	—	—	1	1	191
Pará.....	45	—	—	—	—	—	—	—	—	45
Parahyba do Norte	12	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Paraná.....	34	—	—	—	—	3	6	—	—	43
Pernambuco	62	—	—	—	—	—	—	—	—	62
Piauihy	12	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Rio de Janeiro.....	93	—	—	—	—	1	—	—	—	94
Rio Grande do Norte	31	—	—	—	—	—	—	—	—	31
Rio Grande do Sul	112	—	—	3	—	9	—	—	—	124
Santa Catharina	34	—	—	3	—	9	—	—	—	46
São Paulo	318	1	3	12	—	3	—	3	1	341
Sergipe	11	—	—	—	—	—	—	—	—	11
TOTAL	1 307	3	4	20	1	25	6	6	5	1 377

FONTE — Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

ANEXO 4 – TABELA GERAL DOS ARTIGOS PÚBLICADOS PELO IHGP ENTRE 1917 E 1925

N.	Ano	Fasc.	Texto	Autor	Ano escrita	Temática
1	1917	1	Noticia Histórica da fundação do Instituto	Instituto Histórico e Geográfico Paranaense	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
2	1917	1	Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense	MARTINS, Romário; VANZOLINI, Camillo; VELLOZO, Dario	1900	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
3	1917	1	Memória apresentada pelo Dr Moreira Garcez, delegado do Paraná, ao 1º Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem	GARCEZ, João Moreira	1916	TEXTOS TÉCNICOS
4	1917	1	Noticia sobre as Minas de carvão de pedra da Bacia do rio das Cinzas, pelo Dr. Euzebio de Oliveira (1916)	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1916	TEXTOS TÉCNICOS TEXTOS DE PROJETO PARA O
5	1917	1	A união do Paraná e Santa Catarina	ROMERO, Sylvio.	1912	PARANÁ
6	1917	2	O descobrimento do Brasil	RODRIGUES, J.C.	1905	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA TEXTOS DE PROJETO PARA O
7	1917	2	Um discurso na Liga de Defesa Nacional	PESSOA, Lindolpho	1917	PARANÁ
8	1917	2	Descobrimientos marítimos	PARANÁ, Sebastião	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA TEXTOS DE PROJETO PARA O
9	1917	2	Lenda do Itararé	GUANABARINO, Oscar.	1894	PARANÁ TEXTOS DE PROJETO PARA O
10	1917	2	O Parque Nacional do Guayra	REBOUÇAS, André.	1876	PARANÁ
11	1917	3	Paleoethologia	GRILLO, José Franco.	1917	TEXTOS TÉCNICOS
12	1917	3	Pesquisas de Petróleo	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1915	TEXTOS TÉCNICOS TEXTOS DE PROJETO PARA O
13	1917	3	Lendas e superstições	RODRIGUES, J. Barbosa.	1917	PARANÁ
14	1917	3	O Paraná em 1853	FERNANDES JUNIOR, Antonio Manoel.	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA TEXTOS DE PROJETO PARA O
15	1917	4	Ethologia Paranaense	REIS, Jayme Dormund dos.	1917	PARANÁ
16	1917	4	Regimen Administrativo e Fiscal das Minas	MAGALHÃES, Basílio	(época colonial)	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
17	1917	4	Fundação da Villa de Curytiba	MARTINS, Romário.	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
18	1917	4	Curitiba em 1820	LEÃO, Ermelino de	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
19	1917	4	Investigações do Sertão Paranaense	CAPANEMA, Barão de.	1917	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
20	1917	4	Sobre a ocorrência de rochas petrolíferas na serra morena, município de Palmas, Estado do Paraná	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1917	TEXTOS TÉCNICOS
21	1918	5	Geologia Econômica	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1918	TEXTOS TÉCNICOS
22	1918	5	Partilha Internacional	BARROS, Edmundo de.	1918	TEXTOS TÉCNICOS
23	1918	5	Os limites dos municípios do Paraná (Relat. de 1916, do Dr. Enéas Marques)	SANTOS, Enéas Marques dos	1916	TEXTOS TÉCNICOS
24	1918	5	Contribuição à Geologia da Bacia do rio das Cinzas (segunda memória)	OLIVEIRA, Euzébio Paulo de	1918	TEXTOS TÉCNICOS

N.	Ano	Fasc.	Texto	Autor	Ano escrita	Temática
25	1918	6	Viagem de exploração	ELLIOT, John Henrique.	1845	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
26	1918	6	Os dois rios do Sahy	MARTINS, Romário.	1904	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
27	1918	6	A confluencia do Yguassú do Rio Paraná	MONT'ALEGRE, Visconde.	1851	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
28	1918	6	A Nova Guayra	TOURINHO, Monteiro.	1918	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
29	1918	7	Itinerário	LOPES, José Francisco.	1848	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
30	1918	7	Descrição Geral da Província em 1867	MURICY, J. Candido da Silva; TOURINHO, F.A. Monteiro; RIBAS, J. Lourenço de Sá.	1867	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
31	1918	7	Pinhaes	LEÃO, Ermelino de	1905	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
32	1918	8	Bento Cego	CASTRO, Nestor de	1918	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
33	1925	1(9)	A conquista de Grayrá	LEÃO, Ermelino de	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
34	1925	1(9)	O Rio da Villa	D'ASSUMPÇÃO, Pamphilo.	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
35	1925	1(9)	Saudação á Bolivia	MUNHOZ, Alcides	1925	TEXTOS DE PROJETO PARA O PARANÁ
36	1925	1(9)	Povoamento do Rio Negro	NEGRÃO, Francisco.	1925	TEXTOS DE PROJETO PARA O PARANÁ
37	1925	1(9)	Branco, Amarello e Preto	MARTINS, Romário.	1925	TEXTOS DE PROJETO PARA O PARANÁ
38	1925	1(9)	A estrada do Parallelo Medio	COSTA, Comandante Didio	1925	TEXTOS DE PROJETO PARA O PARANÁ
39	1925	1(9)	A prehistoria brasileira	TADDEI, Padre Fernando.	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
40	1925	1(9)	Far West Paranaense	REBOUÇAS, André.	1925	TEXTOS TÉCNICOS
41	1925	1(9)	O Sitio da Lapa	NEGRÃO, Francisco.	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
42	1925	E.Esp	D. Pedro II, Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil	COSTA, Comandante Didio	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
43	1925	E.Esp	A viagem de D. Pedro II pelo Paraná , extractos dos jornaes da época	NEGRÃO, Francisco; PEREIRA, Altamirano N.	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA
44	1925	E.Esp	A passagem de D. Pedro II por Porta de Cima	CAPANEMA, Barão de.	1925	TEXTOS DE RESGATE DE MEMÓRIA

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

ANEXO 5 – TABELA GERAL DOS SOCIOS DO IHGP E STATUS

SÓCIO	STATUS	STATUS SECUNDÁRIO
Abel Botelho	Correspondentes	
Adolar Hygreville Hintze	Efetivos	
Adolpho Botelho de Abreu Sampaio	Correspondentes	
Affonso A. de Freitas	Correspondentes	
Affonso Alves Camargo	Efetivos	
Affonso Cicero Sebrão	Auxiliares	
Affonso Descragnolle Taunay	Correspondentes	
Agostinho Ermelino de Leão	Honorários	
Albano Drumond dos Reis	Efetivos	
Alberto Alves Guimarães	Auxiliares	
Alberto dos Santos Dumond	Correspondentes	Honorários
Alberto Ferreira de Abreu	Correspondentes	
Alberto José Gonçalves	Efetivos	
Alberto Oncken	Efetivos	
Alcebiades Furtado	Correspondentes	
Alcebiades Plaisant	Efetivos	
Alcides Cruz	Correspondentes	
Alcides Munhoz	Efetivos	
Alfredo Caetano Munhoz	Efetivos	
Alfredo Coelho	Auxiliares	
Alfredo de Carvalho	Correspondentes	
Alfredo de Toledo	Correspondentes	
Alfredo Ferreira Rodrigues	Correspondentes	
Alfredo Romario Martins	Fundador	
Almirante Henrique Boiteux	Correspondentes	
Aluizio Ferreira França	Efetivos	
Alvares Camara	Correspondentes	
Alvaro Belford	Correspondentes	
Anselmo de Carvalho	Correspondentes	
Antonio Augusto de Carvalho Chaves	Auxiliares	
Antonio Cardoso de Gusmão	Efetivos	
Antonio da Cunha Barbosa	Correspondentes	Honorários
Antonio de Toledo Peja (piza)	beneméritos	Correspondentes
Antonio Egydio Martins	Correspondentes	
Antonio Jorge Machado Lima	Auxiliares	
Antonio Ribeiro de Macedo	Efetivos	
Aristides de Oliveira	Auxiliares	
Aristides Pinho	Efetivos	
Arnaldo Barbosa	Correspondentes	
Arthur da Silva Lima	Auxiliares	
Arthur Martins Franco	Efetivos	
Arthur Orlando da Silva	Correspondentes	
Arthur Pedreira de Cerqueira	Auxiliares	
Arthur Rangel Christofell	Correspondentes	
Augusto Porto Alegre	Correspondentes	
Augusto Stresser	Auxiliares	
Barão de Studart	Correspondentes	
Belisario Pernambuco	Auxiliares	
Benjamim Franklin Ramiz Galvão	Honorários	
Benjamim Pessoa	Auxiliares	
Bento Fernandes de Barros	Fundador	
Bento José Lamenha Lins	Efetivos	
Bernardino Machado	Correspondentes	
Brasílio Ferreira da Luz (Rio de Janeiro)	Auxiliares	

SÓCIO	STATUS	STATUS SECUNDÁRIO
Brazilino Moura	Auxiliares	
Caetano Alberto Munhoz	Auxiliares	
Caio Gracho Machado Lima	Efetivos	
Camillo Vanzolini	Fundador	
Candido Ferreira de Abreu	Fundador	
Carlos Alberto Simões da Silva	Correspondentes	
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	Auxiliares	
Carlos Teixeira Coelho	Auxiliares	
Claudino Ferreira dos Santos	Efetivos	
Clemente Ritz	Auxiliares	
Cyrillo Junior	Correspondentes	
Cyro Velloso	Auxiliares	
Dario Persiano de Castro Vellozo	Fundador	
Dario Rodrigues de Moraes	Correspondentes	
Didio Afonso Costa	Efetivos	
Diogo de Moraes	Correspondentes	
Domingos Duarte Velloso	Efetivos	
Domingos Virgilio do Nascimento	Efetivos	
Edmunod Krug	Correspondentes	
Elias Figueiredo Nazareth	Correspondentes	
Elysio de Oliveira Vianna	Efetivos	
Emiliano David Pernetta	Fundador	
Emilio Goeldi	Correspondentes	
Emygdio Westphalen	Auxiliares	
Ermelino Agostinho de Leão	Fundador	
Ernesto de Vasconcellos	Correspondentes	
Ernesto Luis de Oliveira	Efetivos	
Ernesto Senna	Correspondentes	
Euclides da Motta Bandeira	Efetivos	
Eurico de Goes	Correspondentes	
Euzebio de Paula Oliveira	Correspondentes	
Felippe Nery Dras	Auxiliares	
Fernandes Eugenio Martins	Auxiliares	
Fernando Muller	Efetivos	
Francisco de Paula Negrão	Efetivos	
Francisco de Paula Oliveira	Correspondentes	
Francisco Guimarães	Efetivos	
Francisco Guttierrez Beltrão	Efetivos	
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Efetivos	
Francisco Xavier da Silva	Honorários	
Frederico Ferreira Teixeira de Oliveira	Correspondentes	
Frederico Gonçalves	Correspondentes	
Frederico Oliveira Ferreira	Honorários	
Fulgencio de Lima Mindello	Correspondentes	
Generoso Borges	Efetivos	
Generoso Marques dos Santos	Efetivos	
Gentil de Moura	Correspondentes	
Gil Pinheiro	Correspondentes	
Hartmann - Reichenbach	Correspondentes	
Heitor Soares Gomes	Auxiliares	
Henrique Martins	Correspondentes	
Henrique Villanova	Correspondentes	
Hermann Von Ihering	Correspondentes	
Hugo Reis	Auxiliares	
Ignacio da Costa Pinto	Auxiliares	
Irineu Ferreira Pinto	Correspondentes	
Ismael da Rocha	Auxiliares	

SÓCIO	STATUS	STATUS SECUNDÁRIO
J. de Mello Moraes Filho	Correspondentes	
Javiert de Madureira Paula	Auxiliares	
Jayme Ballao	Efetivos	
Jayme Dormund dos Reis	Efetivos	
Jeronymo Lopes de Ayala	Correspondentes	
João Antonio Barros Junior	Auxiliares	
João Antonio Xavier Filho	Efetivos	
João Baptista da Costa Carvalho	Auxiliares	
João Baptista Peters	Efetivos	
João Barcellos	Efetivos	
João Baylas	Correspondentes	
João Candido Ferreira	Auxiliares	
João Capistrano de Abreu	Correspondentes	
João David Pernetta	Efetivos	
João de Menezes Doria	Auxiliares	
João de Paula Moura Brito	Auxiliares	
João Eugenio Gonçalves Marques	Efetivos	
Joao Evangelista Braga	Efetivos	
João Evangelista Espindola	Auxiliares	
João Guilherme Guimarães	Auxiliares	
João Itiberê da Cunha	Auxiliares	
João Maria	Correspondentes	
João Pedro Cardoso	Correspondentes	
Joaquim da Costa Barradas	Correspondentes	
Joaquim Procopio Pinto Chichorro Junior	Efetivos	
Jocelym Morosini Borba	Fundador	
Jorge Galdino Nunes da Costa	Efetivos	
José Arthur Boiteux	Correspondentes	
José Bernardino Bormann	Fundador	
José Cândido da Silva Muricy	Fundador	
José Carlos de Carvalho	Correspondentes	
José Celestino de Oliveira Junior	Auxiliares	
José Francisco da Rocha Pombo	Efetivos	
José Franco Grillo	Auxiliares	
José Gonçalves Lobo	Honorários	
José Henrique de Santa Rita	Efetivos	
José Jacintho Ribeiro	Correspondentes	
José Joaquim da Costa	Auxiliares	
José Maria de Paula	Efetivos	
José Maria Moreira Guimarães	Correspondentes	
José Maria Pinheiro Lima	Efetivos	
José Osório	Efetivos	
José Pedro da Silva Carvalho Junior	Auxiliares	
José Pereira de Sampaio	Correspondentes	
José Pinto Rabello Junior	Auxiliares	
José Venancia do Mello	Efetivos	
José Vieira Fazenda	Correspondentes	
Julia Wanderley Petrich	Efetivos	
Júlio David Pernetta	Fundador	
Julio Prestes	Correspondentes	
Julio Theodotico Guimarães	Efetivos	
Justiniano de Mello e Silva	Correspondentes	
Leoncio Correia	Correspondentes	
Leoncio Gurgel	Correspondentes	
Lindolpho Pessoa da Cruz Marquez	Auxiliares	
Lindolpho Pires da Rocha Pombo	Auxiliares	

SÓCIO	STATUS	STATUS SECUNDÁRIO
Lobo D'Avilla	Correspondentes	
Lucas Alexandre Boiteux	Correspondentes	
Luciano Rocha Junior	Auxiliares	
Lúcio Leocádio Pereira	Fundador	
Luiz Antonio Xavier	Auxiliares	
Luiz Braga de Carvalho	Auxiliares	
Luiz Daniel Cleve	Efetivos	
Luiz Ferreira França	Auxiliares	
Luiz Gonzaga Duque Estrada	Honorários	
Luiz Tonisse	Fundador	
Lysimaco Ferreira da Costa	Efetivos	
Manoel Coelho Rodrigues	Correspondentes	
Manoel Correia de Freitas	Efetivos	
Manoel da Silva Telles	Correspondentes	
Manoel da Silveira Netto	Efetivos	
Manoel de Alencar Guimarães	Efetivos	
Manoel de Azevedo da Silva Netto	Correspondentes	
Manoel Franscisco Ferreira Correia	Fundador	
Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça	Efetivos	
Manuel do Rosario Correia	Efetivos	
Manuel Francisco Correa Netto	Auxiliares	
Manuel Franscisco Correia	beneméritos	
Manuel Gomes Maria Junior	Auxiliares	
Marcelino Nogueira Junior	Auxiliares	
Marcos Leschaud	Efetivos	
Mariana Coelho	Efetivos	
Marins Alves Camargo	Efetivos	
Marquez de Paranaguá	Correspondentes	
Max Fleiuss	Correspondentes	
Mello Moraes Filho	Honorários	
Moysés Marcondes	Correspondentes	
Nelson de Senna	Correspondentes	
Nestor Pereira de Castro	Fundador	
Nestor Victor dos Santos	Correspondentes	
Nilo Cairo da Silva	Efetivos	
Nivaldo Teixeira Braga (prof)	Efetivos	
Octacillo Barbedo	Correspondentes	
Octaviano Ferreira do Amaral	Efetivos	
Orville Derby	Correspondentes	
Pamphilo de Assunção	Efetivos	
Paulo Ildefonso de Assunção	Efetivos	
Pedro Augusto de Mello	Correspondentes	
Raul Gomes	Efetivos	
Reynaldo Machado	Efetivos	
Ricardo Negrão Filho	Efetivos	
Ricardo Pereira de Lemos	Efetivos	
Rio Branco	Correspondentes	
Rodrigo Octavio de Menezes	Correspondentes	
Ruy Barbosa	Correspondentes	beneméritos
Samuel Cesar de Oliveira	Auxiliares	
Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior	Fundador	
Sebastião Von Saposki	Efetivos	
Seraphim França	Efetivos	
Sylvio Romero	Correspondentes	Honorários
Telemaco Morosini Borba	Efetivos	
Theodorico Julio dos Santos	Auxiliares	
Theophilo Soares Gomes	Efetivos	

SÓCIO	STATUS	STATUS SECUNDÁRIO
Torres Homem	Efetivos	
Trajano Joaquim dos Reis	Auxiliares	
Ubaldo do Amaral Fontoura	Correspondentes	
Valfrido Ferreira de Abreu	Auxiliares	
Vicente Machado Silva Lima	Honorários	Efetivos
Vicente Montepoliciano do Nascimento	Efetivos	
Victor Ferreira do Amaral	Efetivos	
Zacarias de Borba Cordeiro	Auxiliares	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 6 – SOCIOS CORRESPONDENTES E LOCAL DE RESIDÊNCIA

CORRESPONDENTES	LOCAL
Joaquim da Costa Barradas	Rio de Janeiro
Max Fleiuss	Rio de Janeiro
Leoncio Correia	Rio de Janeiro
Nestor Victor dos Santos	Rio de Janeiro
Manoel de Azevedo da Silva Netto	Rio de Janeiro
Antonio da Cunha Barbosa	Rio de Janeiro
Sylvio Romero	Rio de Janeiro
Justiniano de Mello e Silva	Rio de Janeiro
Rodrigo Octavio de Menezes	Rio de Janeiro
Rio Branco	Rio de Janeiro
Francisco de Paula Oliveira	Rio de Janeiro
Euzebio de Paula Oliveira	Rio de Janeiro
Orville Derby	Rio de Janeiro
J. de Mello Moraes Filho	Rio de Janeiro
Ubaldo do Amaral Fontoura	Rio de Janeiro
José Arthur Boiteux	Rio de Janeiro
Almirante Henrique Boiteux	Rio de Janeiro
José Vieira Fazenda	Rio de Janeiro
Alcebiades Furtado	Rio de Janeiro
José Carlos de Carvalho	Rio de Janeiro
José Maria Moreira Guimarães	Rio de Janeiro
Fulgencio de Lima Mindello	Rio de Janeiro
Carlos Alberto Simões da Silva	Rio de Janeiro
Marquez de Paranaguá	Rio de Janeiro
João Capistrano de Abreu	Rio de Janeiro
Manoel Coelho Rodrigues	Rio de Janeiro
Ernesto Senna	Rio de Janeiro
Alvares Camara	Rio de Janeiro
Alvaro Belford	Rio de Janeiro
Alberto Ferreira de Abreu	Rio de Janeiro
Henrique Villanova	Rio de Janeiro
Frederico Ferreira Teixeira de Oliveira	Rio de Janeiro
Alberto dos Santos Dumond	Rio de Janeiro
Ruy Barbosa	Rio de Janeiro
Dario Rodrigues de Moraes	São Paulo
Diogo de Moraes	São Paulo
Affonso Descragnolle Taunay	São Paulo
Affonso A. de Freitas	São Paulo
João Pedro Cardoso	São Paulo
Edmunod Krug	São Paulo
Cyrillo Junior	São Paulo
Hermann Von Ihering	São Paulo
Hartmann - Reichenbach	São Paulo
Adolpho Botelho de Abreu Sampaio	São Paulo
Arthur Rangel Christofell	São Paulo
Anselmo de Carvalho	São Paulo
Antonio Egidio Martins	São Paulo
Gil Pinheiro	São Paulo
João Baylas	São Paulo
Eurico de Goes	São Paulo
Leoncio Gurgel	São Paulo
Alfredo de Toledo	São Paulo
José Jacintho Ribeiro	São Paulo
Gentil de Moura	São Paulo
Julio Prestes	São Paulo
Frederico Gonçalves	São Paulo
Antonio de Toledo Piza	São Paulo
Octacillo Barbedo	Rio Grande do Sul

CORRESPONDENTES	LOCAL
Arnaldo Barbosa	Rio Grande do Sul
Henrique Martins	Rio Grande do Sul
Alfredo Ferreira Rodrigues	Rio Grande do Sul
Augusto Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Alcides Cruz	Rio Grande do Sul
João Maria	Rio Grande do Sul
Alfredo de Carvalho	Pernambuco
Arthur Orlando da Silva	Pernambuco
Emílio Goeldi	Pará
Barão de Studart	Ceará
Lucas Alexandre Boiteux	Santa Catarina
Nelson de Senna	Minas Gerais
Irineu Ferreira Pinto	Paraíba
Elias Figueiredo Nazareth	Bahia
Pedro Augusto de Mello	Bahia
Moysés Marcondes	Portugal
Manoel da Silva Telles	Portugal
Abel Botelho	Portugal
Lobo D'Avilla	Portugal
José Pereira de Sampaio	Portugal
Bernardino Machado	Portugal
Ernesto de Vasconcellos	Portugal
Jeronymo Lopes de Ayala	Espanha

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA